



Diário Oficial

Nº. 169

Ano XLIII • Rio de Janeiro
Quarta-feira • 9 de setembro de 2020

Câmara Municipal do Rio de Janeiro • Poder Legislativo

Mesa Diretora Lideranças

PRESIDENTE
JORGE FELIPPE • DEM

1º VICE-PRESIDENTE
TÂNIA BASTOS • REPUBLICANOS

2º VICE-PRESIDENTE
ZICO • REPUBLICANOS

1º SECRETÁRIO
CARLO CAIADO • DEM

2º SECRETÁRIO
ROCAL • PSD

1º SUPLENTE
FELIPE MICHEL • PROGRESSISTAS

2º SUPLENTE
ELISEU KESSLER • PSD

LÍDER DO GOVERNO
DR. JAIRINHO

BLOCOS E PARTIDOS

BLOCO POR UM RIO MAIS HUMANO

Líder: DR. JORGE MANAIA
Vice-Líder: FELIPE MICHEL

BLOCO INDEPENDENTE POR UM RIO MELHOR

Líder - CESAR MAIA
1ºVice-Líder - ROSA FERNANDES
2ºVice-Líder - WILLIAN COELHO

BLOCO PARLAMENTAR RIO EM PRIMEIRO LUGAR

Líder: JUNIOR DA LUCINHA

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA • PDT

Líder: FERNANDO WILLIAM

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE • PSOL

Líder: TARCÍSIO MOTTA
Vice-Líder: PAULO PINHEIRO

PARTIDO DOS TRABALHADORES • PT

Líder: REIMONT

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CESAR ABRAHÃO

SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DIRETORA
TANIA MARA MARTINEZ DE ALMEIDA

SUMÁRIO

ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	2	Projetos de Lei.....	36
MESA DIRETORA		Projetos de Decreto Legislativo.....	37
PRECEDENTE REGIMENTAL.....		Projetos de Resolução.....	
EXPEDIENTE DESPACHADO PELO PRESIDENTE		Requerimentos	
PLENÁRIO.....	2	Indicações.....	
Grande Expediente.....		CONSULTORIA E ACESSORAMENTO LEGISLATIVO.....	38
Prolongamento do Expediente.....		COMISSÕES.....	42
Ordem do Dia.....	2	ATOS E DESPACHOS	
Expediente Final		Mesa Diretora	46
EXPEDIENTE		Presidente.....	
Ofícios.....	35	Secretário	
Projetos de Emenda à Lei Orgânica.....		Procurador-Geral	
Projetos de Lei Complementar		Diretoria-Geral de Administração.....	
		Diretor de Pessoal.....	46
		EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES	46
		ERRATAS	



ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que, com fulcro nos artigos 56, inciso IV e 45, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 121 e 206, inciso XIII, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 4334, de 2020, de autoria dos Senhores Vereadores TERESA BERGHER, PAULO MESSINA, ÁTILA A. NUNES, PROF. CÉLIO LUPPARELLI, ROSA FERNANDES, CARLO CAIADO, LUCIANA NOVAES, BABÁ, PAULO PINHEIRO, DR. MARCOS PAULO, TARCÍSIO MOTTA, FERNANDO WILLIAM, REIMONT e VERONICA COSTA, deferido em 1º de setembro de 2020, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro resolve e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 1.512, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020.

Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar os fatos que constituem a denúncia da existência de um grupo chamado “Guardiões do Crivella”, representado por servidores públicos do Município.

Art. 1º Fica constituída Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar os fatos que constituem a denúncia da existência de um grupo chamado “Guardiões do Crivella”, representado por servidores públicos do Município, que atuam nas portas das unidades municipais de saúde para defender o Prefeito Marcelo Crivella e impedir críticas à sua gestão, conforme documentos anexados ao Requerimento nº 4334/2020.

Art. 2º A Comissão será composta por cinco membros e terá o prazo de funcionamento de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, na forma determinada pelo art. 121, §§ 3º e 4º do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente

PLENÁRIO

10ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 8 DE SETEMBRO DE 2020

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente; e Rocal, 2º Secretário.

A Presidência constata, neste momento, às 15 horas, que o Plenário Virtual da Câmara Municipal do Rio de Janeiro atingiu o quórum mínimo para a abertura dos trabalhos. Com a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Áttila A. Nunes, Babá, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Jairinho, Dr. João Ricardo, Dr. Jorge Manaia, Dr. Marcos Paulo, Eliseu Kessler, Fátima da Solidariedade, Felipe Michel, Fernando William, Inaldo Silva,

Italo Ciba, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jones Moura, Jorge Felipe, Junior da Lucinha, Leandro Lyra, Leonel Brizola, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Major Elitusalem, Marcelo Arar, Paulo Messina, Paulo Pinheiro, Prof. Célio Lupparelli, Professor Adalmir, Rafael Aloisio Freitas, Reimont, Renato Cinco, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Thiago K. Ribeiro, Vera Lins, Veronica Costa, Wellington Dias, Willian Coelho e Zico Bacana (48), assume a Presidência o Sr. Vereador Rocal, 2º Secretário, e ocupa o lugar de Secretário o Sr. Vereador Italo Ciba, a convite.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

Convido o nobre Vereador Italo Ciba para proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

Com a palavra, Sua Excelência.

(É lida e considerada aprovada, na forma regimental, a Ata da Sessão anterior)

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – A íntegra da Ata está publicada no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Aprovada a Ata, dou abertura à Sessão, reiterando que, embora seja uma Sessão Extraordinária, nós deliberamos que os primeiros 60 minutos são para que os vereadores façam uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um.

Passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. CESAR MAIA – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Cesar Maia, líder do Bloco Independente Por Um Rio Melhor, que dispõe de cinco minutos.

O SR. CESAR MAIA – Obrigado, Senhor Presidente.

A comunicação de liderança é um texto sobre o Gabriel Tarde, que foi o pai da Micropolítica, da Microsociologia, no final do século XIX. Peça que Vossa Excelência dê como lido e publique no Diário Oficial.

“Um pouco de teoria para candidatos que acreditam na boca a boca para formar opinião!”

1. Gabriel Tarde (1843-1904), sociólogo francês, pai da microsociologia (e da micropolítica), viu suas ideias serem obstruídas pelas escolas estruturalistas, como as de Marx, Durkheim, Weber etc., que prevaleceram no século 20. Sua obra capital foi ‘*Les Lois de l’Imitation*’ (1890), texto fundamental para entender a lógica da internet 110 anos depois. Em ‘*Leis da Imitação*’, Tarde analisa o processo de formação de opinião a partir das relações entre os indivíduos.

2. Nos termos de hoje: os meios de comunicação, sistemas de publicidade, vocalizadores etc... distribuem informações, que são filtradas pelos indivíduos. Para assumi-las como opinião sua, o indivíduo as testa com alguém em cuja opinião confia. Na medida em que haja coincidência, ele afirma a informação como opinião e a repassa. Esse processo ocorre em múltiplos pontos, que vão formando fluxos de opinamento. Alguns são linhas tênues, que desfalecem. Outros fluxos se ampliam e vão avançando com diversas intensidades viróticas.

3. Para Tarde, há três tipos de indivíduos: os ‘loucos’, que iniciam fluxos de opinamento; os ‘tímidos’ ou ‘sonâmbulos’, que são repassado-





res de fluxos, ou imitadores, na expressão de Tarde; os ‘tolos’, ou ‘descrentes’, que pouco repassam os fluxos recebidos. Para Tarde, a imitação difunde-se em ondas concêntricas. Por esse processo se forma a opinião pública. Se um grupo social afirma ideias, outros podem repassá-las por ‘imitação’. Olhando para os meios de comunicação de hoje, que são os mais importantes distribuidores de informação, estes obedecem à lógica da audiência, pois esta define suas rentabilidade e competitividade.

4. Estrito senso, os meios de comunicação não formam opinião, mas reforçam e multiplicam opinião em formação. Como estão inseridos socialmente, seja por sensibilidade, estudos ou pesquisas, dão conta de fluxos de opinamento em formação sustentada. Quando a mídia propaga esses fluxos, acelera enormemente a velocidade de transformação deles em opinião pública.

5. Fluxos que constituiriam opinião pública em, por exemplo, dois anos, podem ser acelerados pela TV e formar opinião em poucos dias ou horas, como ocorre algumas vezes. A lógica da internet e de suas redes é essa, agregada à diversidade informacional de hoje. ‘Louco’ é quem cria um fluxo e vê sua repetição às centenas e aos milhares nas redes. ‘Tímidos’ são os mais importantes para os iniciadores pois são estimuladores de fluxos (fluxos políticos entre estes). São os ‘tímidos’ que garantirão aos fluxos os múltiplos acessos e a aceleração na formação de opinião e o voto. Um processo muito mais complexo que na TV dos anos 70/80.”

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhor Presidente, senhoras e senhores. Aproveito este momento para apresentar cinco notas curtas, que eu reputo importantes.

“1 – Pesquisa Ibope

A volta às salas de aula encontrará resistência no Brasil. Pesquisa do Ibope encomendada pelo Globo mostra que para 72% dos entrevistados os alunos só devem retornar presencialmente às escolas depois que uma vacina para o novo coronavírus estiver disponível. O levantamento foi realizado entre os dias 21 e 31 de agosto, pela internet, com 2.626 brasileiros com mais de 18 anos e das classes A, B e C.

Atualmente, apenas o estado do Amazonas já liberou o retorno presencial às escolas. São Paulo e o Rio Grande do Sul seguem a mesma medida a partir desta semana. Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco e Pará também já têm datas marcadas que vão do próximo dia 14 até outubro. Todos possuem planos para a volta de forma escalonada e com medidas de prevenção. O Acre, de acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), está em fase de planejamento. E os outros 19 estados não têm data definida.

Na pesquisa Ibope, 54% concordam totalmente com a afirmação de que o retorno dos alunos à sala de aula deve ocorrer somente quando houver uma vacina; outros 18% concordam parcialmente; 12% não concordam, nem discordam. Outros 7% discordam parcialmente; 6% discordam completamente; e 3% não souberam responder. Reiteramos que a posição do nosso mandato e da Comissão de Educação continua sendo contrária a esse retorno.

2 – Creches conveniadas e denúncia que nosso gabinete recebeu

As creches conveniadas não recebem o repasse do convênio com a Prefeitura há três meses. Segundo os diretores das mesmas, as despesas aumentaram com a pandemia. São 158 creches conveniadas que pagam luz, água, funcionários e encargos. Segundo a denúncia que recebemos, a fala do prefeito de que teria retirado R\$ 300 das escolas de samba e repassado às creches não procede. Só ocorreu em dois meses e o restante está em débito.

3 – UFRJ

Primeira e maior universidade do Brasil, a UFRJ completou, ontem, seu centenário e acolhe 53 mil estudantes na graduação espalhados em 176 cursos, sendo 24 no horário noturno e 4 a distância. Em 100 anos de história científica, a universidade é considerada de excelência na formação superior e reconhecida como importante instituição de pesquisa. Parabéns UFRJ!

4 – IGREJA DA PENNA

Hoje, comemora-se o Dia de Nossa Senhora da Penna, Padroeira dos escritores e dos jornalistas.

Erguida no século XVII, a igreja de Nossa Senhora da Penna se situa no topo da Pedra do Gallo, na Freguesia, em Jacarepaguá, local de peregrinação dos devotos da Santa e de grande valor cultural, histórico e turístico. Um símbolo de Jacarepaguá.

5 – A Comissão de Educação comunica que amanhã, dia 9 de setembro, haverá uma Audiência Pública, em ambiente virtual, para tratar do retorno às atividades da Educação Infantil, da rede privada, às 10h. Convidamos todos os vereadores a participarem. É claro que o cerne é dar a palavra, a vez a esses gestores, que alegam não terem tido nas outras audiências que fizemos e priorizamos o ensino público, a vez, a voz para poderem se posicionar.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Na última quinta-feira, o povo do Rio de Janeiro assistiu à maioria dos vereadores cancelar as milícias neopentecostais financiadas com o dinheiro público.

Ao não me calar diante desse absurdo inadmissível, fui atacado por diversos vereadores, que inclusive me denunciaram à Conselho de Ética desta Casa. Tenho a plena consciência de que esses ataques estão relacionados ao combate que venho travando contra os interesses poderosíssimos da “Igreja Multinacional do Reino do Dinheiro”. Quero dizer aqui que minha voz sempre se levantará contra o Bispo Macedo e seu perigoso projeto de poder fundamentalista, que quer acabar com a nossa cultura, destruindo a nossa ancestralidade e a nossa história. Um projeto que hoje utiliza o Rio de Janeiro como laboratório. Na figura de Crivella, diz que vai cuidar das pessoas, mas contratam jagunços para ficarem em frente aos hospitais em plena pandemia. Um projeto que nega comida às crianças necessitadas, mesmo havendo verba destinada a esse fim; quando entrega cesta básica, entrega comida estragada. Um desgoverno que abandona as pessoas à própria sorte, a morrerem na pandemia, que alimenta o des-caso e a incompetência de um lado e o autoritarismo e o terror de outro.

É inaceitável defender que o seu deus é o deus único, e que o deus dos outros é o deus falso. O deus dele é verdadeiro, e o deus dos outros é falso. E, pior, trabalham para aniquilar a diversidade brasileira.

Eu estou denunciando um projeto racista, que persegue as religiões de matriz africana. Estou gritando contra a lógica que persegue a liberdade das mulheres, do LGBTQI+. Esse projeto que está diretamente relacionado à retirada recente dos direitos dos trabalhadores e que se aproveita, da forma mais espúria, das mazelas das pessoas.

Eu estou nesta Casa há três mandatos. Não me escondo atrás do nome do meu avô. Pelo contrário, eu me orgulho muito de ter aprendido com ele a lutar contra o imperialismo e contra a “Igreja Multinacional “Reino do Dinheiro”. Insisto: não é pelo nome. É pelo legado, porque, antes de ser neto, eu sou Brizola.

Meu mandato popular trabalha em diálogo com a cidade inteira e cumpre o papel de fiscalizar e legislar sem abrir mão de compreender essas questões que passam pelo debate do Brasil que queremos. Que a indignação domine os brasileiros contra esse projeto de estado fundamentalista miliciano! O Brasil precisa de guardiões e guardiãs da democracia e da civilização.

Eu gostaria de finalizar, senhores vereadores, com uma reflexão dirigida a todos os cariocas e a todos os vereadores também: ética é uma





palavra de origem grega que baseia as regras de conduta na noção do bem e do mal. Ou seja, ética é a regra de conduta na noção do bem e do mal.

Onde está o mal na crítica que dirigi às milícias do Crivella? Onde está? A minha conduta foi contra a Câmara? Eu vou mostrar as placas aqui. “*Impeachment* já!”, ela tem uma ordem; “Fora Crivella e Edir Macedo!”, “Associação criminosa”, “Fora milícia!” e “Democracia”. Minha conduta foi contra algum vereador aqui? Minha conduta foi contra o povo do Rio de Janeiro? Eu sou contra as milícias. As milícias são do mal.

Quero dizer que falta de ética não é denunciar as milícias. Falta de ética é organizar milícias com dinheiro do povo. Disse e repito: *impeachment* já! Fora Crivella! Fora Edir Macedo! Fora associação criminosa! Fora milícia! Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro! Viva a democracia! Viva a civilização!

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Pela ordem, o nobre Vereador Fernando William.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Presidente, senhores vereadores, demais cidadãos que nos assistem, trabalhadores da Câmara, boa tarde.

Em primeiro lugar, já em resposta ao Vereador Leonel Brizola, quero dizer que nem ao Conselho de Ética, nem a mim, como Presidente, não foi entregue nenhuma denúncia, nenhuma manifestação de qualquer vereador ou de grupo de vereadores no sentido de solicitar avaliação de conduta de quem quer que seja. Pode ser que tenha sido encaminhada, como é comum também, ao Presidente da Câmara, e o Presidente esteja avaliando, analisando e já tenha tomado alguma decisão que ainda não publicou. Tanto é – quero que fique clara essa situação – que não quero me manifestar com precedência, até pelo fato de ser do Conselho de Ética.

Mas entendo que muito da fala de Vossa Excelência é uma fala que eu também tenho feito, que, no fundo, defende o Estado laico. E, por estar previsto na Constituição brasileira, deve haver distância entre as religiões, de modo geral, sejam elas quais forem, e o Poder Público, o poder de Estado.

Não custou barato afastarmos a Igreja Católica, lá, no século XVIII do Estado. O custo foi de muitas vidas. E isso foi um problema extremamente complicado, extremamente grave. Acho que foi um aprendizado enorme para a civilização, acho que foi uma conquista civilizatória afastar a Igreja – seja de que natureza for, seja de que origem for – do Estado.

E realmente temos observado – e não estou acusando, em princípio ninguém... Não é à toa que se fala no Congresso em “bancada evangélica”. Não é à toa que vimos na Bolívia o golpe de estado que teve origem, lá, no Senhor Luis Fernando Camacho, que é um líder supostamente religioso, mobilizando suas milícias religiosas contra o Estado democrático e contra uma eleição. Uma eleição que, se foi e seria questionada – o próprio presidente que foi eleito, fruto de questionamento de uma parte da sociedade, se dispôs a fazer novamente a eleição. Mas como a intenção era o golpe – e um golpe que teve forte participação de organizações religiosas e tal.

Isso é um perigo. Perigo para a humanidade, perigo para o Brasil. E a gente tem visto isso em outros locais. Agora mesmo, nos Estados Unidos, o recurso, na eleição do Presidente Trump, a essas radicalizações verbais, a essas narrativas que colocam as pessoas sob o medo de que o mundo está caminhando para a sua destruição e precisamos resgatar valores tradicionais da igreja, e ser colocado de uma forma fluída, de uma forma subjetiva, sem se dizer exatamente o que significa. E, aliás, se a gente for observar na prática, os americanos são, exatamente, os que, dominando o mercado do cinema, divulgam cotidianamente nas televisões, no mundo inteiro, de todas as populações do mundo inteiro, filmes de violência, filmes que abordam, muitas vezes, temas que são contestados pelos setores mais radicais, pentecostais, normalmente, das igrejas que combatem a moralidade. Mas, em última análise, apoiam um presidente que é líder de uma nação que, do ponto de vista prático, prega a imoralidade no dia a dia, por meio de uma série de filmes, manifestações, ações, etc.

Há, sem dúvida, na minha opinião, uma prática – não estou dizendo que isso seja liberado, não estou dizendo que todos aqueles que estejam

nessas igrejas são pessoas que estão lá para ser, para praticar o engodo. Acho que tem muita gente séria e decente em todas as religiões, preocupadas com o próximo.

Eu, sinceramente, vejo aí, em manifestação de alguns colegas, preocupação. Como é o caso do Inaldo, colega que veio de origem pobre, se envolveu com a criminalidade e foi encontrar na igreja uma solução para os seus problemas. Eles acreditam naquilo ali realmente como solução para os problemas da sociedade.

Mas concordo inteiramente que, acima, muitas vezes da legítima preocupação de colegas, da legítima preocupação de integrantes e membros dessas igrejas, existem cúpulas que manipulam o interesse da base da igreja, no sentido de favorecer politicamente A, B ou C, e, muitas vezes, levando ao engodo; levando à enganação; levando à mistificação de determinadas concepções políticas, ideológicas, em favor do atraso, em favor do retrocesso, em favor de um conservadorismo que não tem o menor sentido no mundo contemporâneo em que nós estamos.

Vou ficando por aqui. Eu até iria discutir outro assunto. Quero discutir a questão das privatizações, que está contemplada, de certa forma, no quarto projeto que vamos votar hoje, que é a questão do saneamento, do marco do saneamento básico, que libera recursos aqui para o município. Mas, quando tiver oportunidade, voltarei a tratar desse tema.

Agora, me fixei mais na fala do Vereador Leonel Brizola, porque eu tenho preocupação, também, de que a gente aproveite a fala e as manifestações dos vereadores – que é livre, inclusive, segundo a Constituição e a Lei Orgânica do Município –, para fazer tumultos e tomar atitudes que não são corretas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Pela ordem, o nobre Vereador Reimont.

O SR. REIMONT – Prezado Vereador Rocal, Presidente dos trabalhos neste momento, vereadoras e vereadores, quero, na pessoa do Vereador Cesar Maia – dos que eu estou vendo aqui na minha tela –, cumprimentar todos os vereadores e vereadoras. Quero cumprimentar também os trabalhadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; cumprimentar as pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, de modo particular, pelo YouTube da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, da Rio TV Câmara.

E, aliás, quero parabenizar a Rio TV Câmara pelo trabalho belíssimo que faz; a Assessoria de Comunicação da Câmara, a Ascom; todos os trabalhadores e trabalhadoras que nos permitem fazer estas sessões híbridas, em que alguns vereadores se dispõem a estar na Câmara, e outros, por suas impossibilidades, mantêm-se à distância.

Na última quinta-feira, eu confesso que o Parlamento carioca deu uma sinalização para a Cidade do Rio de Janeiro que eu resumo na seguinte expressão: nós abrimos mão daquilo que é nossa prerrogativa.

Eu abro a minha conversa colocando esta frase. Não a coloco entre aspas porque ela é minha. Não a coloco entre aspas porque não quero me esquivar desta fala. Estou dizendo que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro disse: nós abrimos mão de sermos responsáveis por aquilo que é nossa atribuição, que é de fiscalizar o Poder Executivo.

As pessoas que nos acompanham sabem muito bem, e, hoje, as informações estão muito claras. Na quinta-feira, o que nós votamos foi a admissibilidade ou não de um processo de abertura de investigação do Prefeito Marcelo Crivella no qual 23 vereadores votamos favoráveis à abertura; e 25 votaram contrários à abertura. Um vereador estava impedido de votar, por ser Presidente dos trabalhos, e dois vereadores se abstiveram – não deram nem o seu “sim”, nem o seu “não”.

Esse foi o momento que nós vivemos na Câmara na quinta-feira. E o que estávamos dizendo: houve um processo feito pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que é usar recurso público, dinheiro público, para pagar trabalhadores contratados pela Prefeitura, para embarreirar aquilo que nós lutamos tanto na democracia para que tenha transparência, que são os serviços que o Executivo presta à população; embarreirar informações; agredir as informações.

A linhagem é a mesma – não há outra: é a linhagem do Governo Bolsonaro, que tem ódio ao pensamento diverso; tem ódio ao pensamento



diferente, à publicização dos seus feitos. Onde eles podem interferir, eles interferem; metem a mão; trocam juízes; trazem pra si, evocam pra si o direito de colocar o novo Procurador-Geral do Ministério Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

É essa a movimentação para interromper processos que deveriam ter a máxima transparência. Quero dizer com clareza que eu, Vereador Reimont, e outros 22 companheiros e companheiras não abrimos mão de investigar os maus feitos do Crivella. Ninguém estava colocando o Crivella contra a parede nem tirando o Crivella da Prefeitura. Nada disso. Ele continuaria governando a cidade da mesma forma. O que a gente estava dizendo é que era preciso abrir uma Comissão Processante para investigar o que estava acontecendo. Mas 25 senhores vereadores disseram: “Não, isso não precisa. Nós estamos aqui para defender o Crivella. Nós somos os guardiões do Crivella. Estamos aqui para defender o Crivella. Nós o guardaremos, nós vigiaremos por ele”.

Eu quero acreditar que isso foi um péssimo exemplo para as pessoas que estão se formando e se aproximando da atividade política. Um péssimo exemplo para nossos jovens, nossa juventude, que vem atrás de nós e que, naturalmente, deve nos substituir, para que tenha processos éticos, para que tenha processos transparentes, para que tenha processos que, de fato, deem conta de cumprir com sua responsabilidade.

Alguns vereadores foram à Tribuna e disseram: “Não, eu não vou votar esse projeto. Eu não vou votar nesse pedido de denúncia, na abertura de investigação, porque a pessoa que assinou esse projeto, que assinou esse processo, que colocou essa denúncia, é candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro e ela é a principal interessada”. Alguns vereadores disseram isso. Eu não quero, aqui, fazer juízo de valor se essa foi a melhor estratégia, se foi a melhor tática. Não quero botar isso em juízo de valor. Mas eu quero dizer que esses vereadores – querido Vereador Fernando William, a quem estou vendo aqui, agora, na minha tela –, ao dizerem isso, estavam dizendo: “Se não fosse isso, nós votaríamos pela abertura do processo de *impeachment*”.

E, aí, eu queria colocar já luz sobre um tema que pretendo discutir hoje, nesta Casa, agora, e depois na Ordem do Dia. Existe outro pedido de processo de *impeachment* feito pelo Vereador Átila. A. Nunes. Ora, senhores vereadores que votaram contra a abertura porque foi a candidata a prefeita do PSOL que pediu, que fez a denúncia: agora, o Vereador Átila. A. Nunes não é candidato a prefeito e os senhores votarão a favor ou votarão contra? Admitirão abertura ou não admitirão abertura?

E nós haveremos de dizer ao Presidente Jorge Felipe que é preciso colocar em pauta, sim. Eu li as duas denúncias. Elas têm nuances distintas. Elas têm elementos distintos. Têm robustezas distintas. É preciso a gente dizer e, aí, a gente vai ver. Vamos tirar a prova dos nove. Vamos tirar a prova dos nove? Vamos, agora, saber? O Átila. A. Nunes não é candidato a prefeito. Que eu saiba, ele não é candidato a prefeito. Portanto, não tem interesse direto na queda do Prefeito para ele não concorrer e abrir flanco para ele. Vamos, então, agora ver a prova dos nove.

Então, é isso, Senhor Presidente. Quero, já nesta minha fala inicial, colocar esse tema e abrir esse tema de debate, aqui, com os senhores vereadores.

Muito obrigado. Boa tarde a todas e todos. Paz e bem.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Pela ordem, o nobre Vereador Renato Cinco.

O SR. RENATO CINCO – Obrigado, Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhores e senhoras.

Senhor Presidente, eu estou aqui com a revista Carta Capital desta semana, que traz um artigo muito interessante do Pedro Serrano. Está até na capa da revista – é daquelas entrevistas que o Mino Carta faz toda semana –, com o Pedro Serrano, que trata de um conceito muito interessante, que é o autoritarismo líquido. E aqui, na capa, está a chamada: “Chegou o tempo do autoritarismo líquido, que mistura medidas de exceção no interior da democracia”.

Eu já tinha lido outros artigos, acho que do próprio Pedro Serrano, na Carta Capital, falando desse conceito de autoritarismo líquido. Eu acho um conceito muito interessante, que ajuda a gente a entender, por exem-

plo, o Governo Putin, ajuda a gente a entender o Erdogan. Quantas ditaduras, hoje, no mundo acontecem tentando manter uma fachada de democracia, não é? E, pelo o que eu estou entendendo, uma das preocupações, um dos medos desse professor é que a gente esteja vivendo no Brasil um processo de autoritarismo líquido, em que o autoritarismo vai penetrando nas instituições democráticas, mudando o caráter dessas instituições, fazendo com que fique uma aparência de democracia.

Então, eu acho que, na semana passada, a gente deu um bom exemplo disso, quando a Câmara Municipal chancela que o Prefeito hoje use de capangas e use da estrutura do município para organizar um grupo de capangas para intimidar os outros. E a Câmara, ao negar o pedido de abertura do processo de *impeachment*, dá meio que uma chancela a essa infiltração autoritária no meio das instituições democráticas.

Eu só costume discordar... nunca tive a oportunidade de conversar com o Pedro Serrano, não o conheço pessoalmente, mas, no meu diálogo silencioso com os textos dele ou de outros com esse conceito do autoritarismo líquido, a minha grande questão é que eu acho que isso não é uma invenção de agora. Eu acho que talvez esteja mais fácil agora para a classe média entender a natureza do regime no Brasil, mas o regime brasileiro sempre foi um regime extremamente autoritário, dependendo da classe social em que você se encontra, porque, nas favelas e nas periferias do Brasil, não houve democracia, não houve redemocratização durante a Nova República.

É só olhar que o número de encarcerados pulou de menos de 50.000 para quase 800.000, quase todos jovens, negros, favelados; o direito à vida nunca foi respeitado pelos agentes do Estado nas favelas e nas periferias – tanto que não faz nenhum sentido... Eu já fui questionado por um morador de favela: “Você vai me dizer o quê? Ah, vai acabar a democracia no Brasil, então a polícia vai subir o morro atirando?”, e começou a rir de mim, porque esse conceito do autoritarismo líquido é muito interessante.

Mas talvez o que a gente tenha que perceber é que aquele líquido autoritário que impregnava as relações do Estado com as favelas e com as periferias, especialmente com os trabalhadores e as trabalhadoras negras do Brasil, parece que está transbordando, e tem outras classes sociais no Brasil que estão sendo empurradas, vamos dizer assim, do Estado democrático de direito para uma situação mais parecida com a situação que os nossos moradores de favela e de periferias já viviam.

Se para o jornalista da Globo, para a empresa Globo, por exemplo, é muito chocante ser agredida na porta de uma unidade hospitalar, ser calada na porta de uma unidade hospitalar, eu, por exemplo, tenho algumas cicatrizes no meu corpo provocadas pela Polícia Militar em ações absolutamente violentas e que depois eram justificadas pela TV Globo no seu telejornal, muitas vezes alterando a ordem cronológica dos eventos, com a polícia atacando a manifestação primeiro, e depois os manifestantes reagindo, e a Globo colocando a culpa na manifestação.

Da mesma maneira, nas favelas e nas periferias do Brasil – é bom a classe média entender isso –, aquilo ali que aconteceu com os repórteres da Globo, em boa parte das favelas e das periferias do Brasil é muito pouco perto do que acontece com o cidadão comum quando critica a Polícia Militar, quando tenta resistir a uma ação ilegal da Prefeitura fazendo remoção ilegalmente de favela, quando ele questiona o chefe da milícia.

Então, eu acho muito bem-vindo esse conceito de autoritarismo líquido pra gente entender a relação entre estado de exceção e Estado democrático de direito no Brasil, mas essa não é uma invenção desse momento, essa é talvez a grande invenção da Nova República enquanto tecnologia de dominação de classes no Brasil. A Nova República circunscreveu o processo de redemocratização aos ricos e a classe média e, nesses 30 anos de Nova República, manteve os pobres das favelas e das periferias fora do Estado democrático de direito.

Então, talvez a classe média esteja colhendo os frutos da pouca solidariedade que ela dispensou aceitando a lógica de que a gente vivia numa democracia, fingindo durante muito tempo que uma parcela do nosso país não vivia numa ditadura. Talvez a grande lição seja a gente aprender que, se a gente não consegue fazer a democracia avançar para todas as classes sociais. Em algum momento ela retrocede.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Para concluir, Vereador.





O SR. RENATO CINCO – E eu acho que é isso que está acontecendo no Brasil. O líquido autoritário das periferias está começando a sufocar agora os setores médios da nossa população. Espero que eles reajam e que, nessa reação, a gente possa, finalmente, instaurar uma democracia neste país, porque já tem muito tempo que se fala em democracia, mas é só para alguns.

Muito obrigado a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Obrigado, Senhor Presidente, Vereador Rocal. Senhoras vereadoras, senhores vereadores; trabalhadores desta Casa, que nos auxiliam nesta Sessão híbrida; aqueles que nos assistem pela Rio TV Câmara e pelas redes sociais, boa tarde.

Eu vou dividir a minha fala em duas partes – as duas tratando da educação, tema fundamental na minha vida e muito importante na vida e nas preocupações de muitos de nós. Com a primeira parte, eu queria falar alguma coisa sobre a questão do retorno às aulas no momento pós-pandemia. Sem sombra de dúvida, eu tenho dito isso já há algum tempo, é um desafio enorme, talvez o maior desafio para os educadores do mundo inteiro. Em vários lugares do mundo, o retorno às aulas tem sido complexo.

Em alguns lugares, há o retorno de atividades presenciais e, logo depois, a suspensão, porque se desencadeia um novo pico do surto, da própria difusão da pandemia, do contágio. Em outros lugares, há precaução e a preocupação com quais protocolos devem ser adotados.

Esse final de semana, nós tivemos a notícia de uma pesquisa conduzida pelo Ibope, que mostrava que uma parte importante das pessoas entrevistadas, das classes A B e C – curiosamente, eles não perguntaram às classes D e E, o que, até agora, não consegui entender muito bem o porquê, mas pra gente localizar e ser justo com a pesquisa –, apontava que a maior parte das pessoas dizia que só pretendia ou só gostaria do retorno às aulas quando nós tivermos a vacina, uma vacina eficaz contra a Covid-19. Isso significa que o desafio segue sendo muito grande, inclusive para grande parte da população.

Nós aqui já fizemos uma série de audiências, uma série de reuniões, uma série de pronunciamentos. Já vimos muita gente falando sobre esse assunto e ouvimos a Secretaria Municipal de Educação dizendo: “Olha, o que a gente está fazendo agora, nesse primeiro momento, é abrir as escolas, enviar as equipes diretivas para preparar o ambiente para que as escolas possam retornar quando as condições sanitárias permitirem”. Apesar de os sucessivos decretos do prefeito começarem sempre a dizer que as aulas poderiam retornar a qualquer momento, em tese, o discurso oficial – pelo menos aqui na Câmara – da Secretaria era um pouco diferente: de que as escolas precisavam estar abertas para, por exemplo, os refeitórios estarem abertos ou distribuir cartões alimentação, por conta da relação entre educação e segurança alimentar.

Nosso gabinete tem recebido uma série de denúncias. Dessa fase, eu sigo achando que mesmo a abertura das escolas para as equipes diretivas era um erro, mas isso está acontecendo. E aí nós começamos a receber uma série de denúncias da falta de planejamento do Governo Crivella, o que é comum neste governo. Escolas que não têm recebido material de limpeza suficiente; que, quando ligam para a CRE ou para a Secretaria, não têm sido respondidas; cartões alimentação que não chegam ou, quando chegam e são distribuídos, demora cerca de uma semana para que tenha saldo nesses cartões, deixando as famílias em uma situação de ansiedade, sem informação para que isso aconteça.

Escolas em que os servidores testaram positivo para a Covid, e não houve o cuidado de modificação do atendimento dessa própria escola; nem mesmo aqueles servidores que estavam trabalhando, que eram contactantes, foram encaminhados para fazerem os exames. E, em uma perspectiva de não deixar com que a contaminação siga, se isso está acontecendo agora com uma equipe reduzida, imagina quando os alunos voltarem.

Direções que estão informando funcionários que não retornaram por causa de comorbidades que eles vão perder auxílio-transporte, difícil acesso, contrariando informações que a gente tinha até então, deixando

vários desses servidores absolutamente ansiosos, inclusive pressionados a voltar ao trabalho, porque esse tipo de coisa faz parte da renda dessas famílias. Além disso, a gente hoje viu mais uma manifestação de porteiros, de agentes de portaria, que estão meses sem receber salário, por conta, exatamente, dessa política irresponsável de terceirização irrestrita, que não cuida da questão do salário desses mesmos trabalhadores essenciais para a escola.

Portanto, eu queria aqui alertar que essa fase, que o governo diz que é apenas uma fase de planejamento, já está cheia de erros e cheia de problemas. Vou propor à Comissão de Educação, e tenho certeza de que o Prof. Célio Lupporelli, que é sempre muito preocupado com essas questões, não vai discordar disso. Nós, inclusive, mandemos um requerimento de informação para a Secretaria, perguntando sobre essas coisas; para que ela possa informar qual é o procedimento quando falta material de limpeza; para que possa nos informar sobre a questão do pagamento dos porteiros; e sobre o saldo dos cartões, para que tenhamos uma resposta oficial sobre esse caos que está acontecendo. Tudo me leva a crer que, pelas condições sanitárias ou mesmo de planejamento da rede, não é hora do retorno das aulas.

Hoje é Dia Mundial da Alfabetização e eu não queria deixar passar essa data em branco. Queria citar Paulo Freire, pois, na próxima semana, lembraremos os 99 anos dele – ano que vem será o centenário. Ao falar sobre o processo de alfabetização, diz algo que é muito importante e muito caro para nós: “Não basta saber ler que Eva viu a uva, é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” Paulo Freire dizia que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e acreditamos que escola deve ser o lugar onde a leitura da palavra ajude a ler o mundo.

É exatamente por isso a perspectiva de uma educação calcada no conhecimento concreto daqueles que entram na sala de aula, sejam eles as crianças em idade de alfabetização, sejam os jovens e adultos, seja, sem dúvida alguma, um processo de aprendizagem onde o conhecimento da palavra, o conhecimento da ciência; o conhecimento da cultura é também o conhecimento do mundo. Essa é uma perspectiva de uma educação emancipatória, de uma educação importante e engajada, sem sombra de dúvidas, na construção de um mundo melhor.

E, aí, para fechar mesmo – porque o Presidente Rocal já está me olhando e eu devo ter passado do tempo embora não tenha ouvido a sirene –, queria dar um viva aos 100 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, completados ontem. Viva a UFRJ! Um viva para a ciência, a cultura e a educação! Vamos que vamos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Com a palavra, pela ordem, a Senhora Vereadora Tânia Bastos.

A SRA. TÂNIA BASTOS – Quero dizer, Presidente, que o nobre Vereador Leonel Brizola foi denunciado ao Conselho de Ética por 20 vereadores por desrespeitar o colega Vereador Marcello Siciliano; por desrespeitar, por diversas vezes, os colegas que usam da palavra para expressar a sua opinião e a forma com que ele conduziu, na quinta-feira, a sua expressão foi muito ruim. O Vereador Marcello Siciliano não merece isso.

Todos os vereadores que assinaram perceberam o quanto foi desrespeitoso o Vereador Leonel Brizola. Quando o vereador quer denegrir a imagem do colega, ele fica *on*. Ele está igual ao Neymar: ele fica *on*, mas na hora de pedir desculpas, ele fica *off*. Porque, assim que as assinaturas foram colhidas para representar o nobre vereador, ele ligou para o Vereador Marcello Siciliano pedindo desculpas. Ele deveria ter feito esse pedido de desculpas on-line e não off-line, e aí por diversas vezes ele faz isso.

Eu não vou entrar no mérito da questão da igreja porque são tão insignificantes as palavras do vereador. Talvez ele não conheça o trabalho da Igreja Universal. Os pastores abrem a igreja às 6h e só fecham às 22h. Sabe por quê? Porque lá é um pronto-socorro para essas pessoas que estão sofrendo, que vão lá pedir oração, pedir ajuda, esse é o trabalho da Igreja Universal, vereador, que talvez incomode tanto Vossa Excelência.

Os membros da igreja têm tanta história para falar para Vossa Excelência, têm tanta história para contar, muita gente viciada, muita gente



tentando suicídio, mas que, por meio de uma palavra de ânimo e de fé, conseguiu se erguer. Isso Vossa Excelência não conhece. Eu faço um convite a Vossa Excelência para visitar uma casa ou alguém que frequente a igreja ou você mesmo pode ir até a Igreja Universal para conhecer.

Ora, estamos aqui lutando por dias melhores, a cidade está passando por transformações, acabamos de ver agora um problema seriíssimo, onde pela manhã, não só a Polícia Civil, mas o Ministério Público, juntamente com o TRE, estiveram na casa do ex-prefeito desta cidade, que está concorrendo a uma eleição.

Então, é triste para todos porque o Prefeito Crivella quer entrar no embate, quer entrar nessa eleição para concorrer. Na verdade, a gente vê muitas pessoas dizendo: “Vamos que vamos, agora vamos tirar o Prefeito Crivella, agora é *impeachment*”, não sei o quê. Mas o Vereador Thiago K. Ribeiro foi feliz em suas palavras: “Vamos para a eleição, vamos para o pleito, todo mundo quer isso”. Tirar o Prefeito Crivella, como alguns de vocês votaram a favor do *impeachment*! *Impeachment* de quem, meu Deus? O que é isso?

A gente não pode, de maneira alguma, misturar alhos com bugalhos. Tem que ter respeito, Vereador Leonel Brizola. Vossa Excelência não respeita ninguém nesta Casa; Vossa Excelência, quando eu digo que precisa respeitar a história dos seus colegas, é verdade – precisa respeitar. Nós estamos aqui tentando dar o melhor à população da Cidade do Rio de Janeiro, com nossos projetos de lei. Essa é a nossa proposta.

Vossa Excelência tem que estar preocupado com os seus projetos de lei, para serem bons para a cidade, não é fazendo críticas a igrejas, a pessoas, isso não vai levar a nada, vereador. Nós estamos aqui sempre tentando pautar o nosso mandato nas questões da cidade e aí Vossa Excelência quer fazer uma discussão particular, uma discussão que não tem cabimento, não dá, vereador. Foram mais de 20 assinaturas porque Vossa Excelência não respeita ninguém, nem os seus próprios colegas.

Colocar um cartaz no momento em que um colega nosso está falando, chamando de milícia – “Fora, milícia!” O que é isso? É desrespeitoso. Vossa Excelência tinha que ter ido a público, on-line, e pedido desculpas ao colega e não ligar, atrás das câmeras, para pedir desculpas a ele! Aí não vale! Se realmente quer se desculpar, que faça isso para que todos vejam.

Agradeço ao Presidente e finalizo a minha fala, vereador, dizendo que o Prefeito Marcelo Crivella é um homem íntegro, um homem que não é corrupto. Quero ver apontarem alguma coisa na gestão dele nesse sentido. Não tem, não tem! Não existe!

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Para concluir, Vereadora.

A SRA. TÂNIA BASTOS – Então, é engolir mesmo. É descer quadrado, como diz aí uma propaganda, porque não tem como! As pessoas têm que entender que, infelizmente, o trabalho, ou melhor, o mandato de alguns gestores que passaram por esta cidade e por este estado está aí sendo manchete nos jornais. Aí, querem pegar coisas pontuais, isoladas, para tentar incriminar uma pessoa que de nada tem culpa.

É isso aí, Senhor Presidente. Muito obrigada pela participação. Desculpe por ter estendido a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (ROCAL) – Pela ordem, o nobre Vereador Babá.

O SR. BABÁ – Senhor Presidente, primeiro, quero enaltecer os 100 anos da UFRJ, um centro de pesquisa avançado com milhares de estudantes, de professores e de servidores, que está completando – completou ontem – 100 anos. Depois, vou ter uma fala específica sobre os 100 anos da UFRJ, que muito nos orgulha. Eu também sou professor da UFRJ.

Agora, eu queria me dirigir à Vereadora Tânia Bastos. Não é possível que, nos últimos 15 dias, ela não tenha visto a imprensa. Aliás, não viu tudo, porque a gangue – isso se chama gangue, Vereadora! – do Crivella tentou impedir que a imprensa e trabalhadores que estão doentes possam se manifestar na frente dos hospitais. Ou não viu isso? E isso é crime! Ou também não viu um pastor – da Igreja Universal – que recebe R\$ 20 mil para fazer o que fez na Ilha do Governador, impedindo que uma senhora levantasse uma placa contra o Prefeito Marcelo Crivella? Não é possível que a Vereadora não tenha visto!

Não adianta fazer cena, Vereadora, frente a essa situação. Tem que escutar. Não adianta querer pegar a discussão com relação à questão que estamos vivendo, porque foram 20 – como Vossa Excelência fala – vereadores que assinaram o pedido da Comissão de Ética em desfavor do Vereador Leonel Brizola.

E os 25 que votaram contra o *impeachment* do Crivella, entre os quais está Vossa Excelência? Tem que assumir isso perante a sociedade. Foram 25 contra 23 votos. Isso é vergonhoso para esta cidade. Um prefeito que paga anualmente cerca de R\$ 975 mil para os Guardiões do Crivella, salários que estão entre R\$ 20 mil, R\$ 15 mil, R\$ 10 mil, R\$ 3 mil. Para quê? Para defender a população? Não! Para impedir que a população reclame contra o Crivella, contra o problema da Saúde na nossa cidade.

E lá na Ilha do Governador, aquele pastor da Universal, que comanda, na verdade, todo um processo e, nesse sentido, essa discussão tem que vir a público. De onde sai esse dinheiro?

O SR. RENATO CINCO – Um aparte de 30 segundos, Vereador Babá, por favor.

O SR. BABÁ – Pois não.

O SR. RENATO CINCO – É porque a Vereadora Tânia Bastos fica cobrando respeito do Vereador Brizola, mas enquanto você fala, ela já gesticulou para a câmara com o dedo fazendo um movimento como se você fosse maluco, está fazendo vários comentários sem som. Mais uma vez a hipocrisia da Igreja Universal: cobra respeito no momento que ninguém está faltando, e depois vem ficando dizendo que o vereador que está falando é maluco. Então, é hipócrita.

O SR. BABÁ – Isso, pra mim, Vereador, eu só menosprezo. Só menosprezo essas ações, porque, aliás, várias vezes, quando alguém está falando, e a vereadora não concorda, ela fica fazendo ceninha com a mão.

Fale, Vereadora! Fale que você votou contra o *impeachment* do Crivella, que na verdade pagou os “guardiões” para impedir que a população reclamasse na frente dos hospitais; para impedir, lá na Ilha do Governador, que é onde você atua! Impediu que uma senhora, frágil, levantasse uma placa para denunciar o Crivella. Lá estavam os guardiões para impedir, não só na porta de hospital, não. Não só na porta de hospital. Isso é uma vergonha para esta cidade, porque pagar, vereadora, uma verdadeira gangue que se distribui na frente dos hospitais é crime.

Se esta Câmara fosse correta, teria votado pelo *impeachment* do Crivella, mas não. Com desculpas variadas e algumas furadas: “Ah, a eleição é em novembro. Vamos analisar essa situação agora”. Ela atacou fortemente a companheira Renata, nossa candidata, como se ela não tivesse direito democrático de apresentar o pedido de *impeachment*.

Vereadora Tânia Bastos, você tem que perceber que essa discussão tem que vir a público. Eu lhe pergunto: quanto o dono da Universal, Edir Macedo, que tem hoje uma fortuna de R\$ 4 bilhões, doou para lutar contra a Covid-19? Eles queriam o retorno à igreja, e não era por qualquer coisa, não. É porque eles queriam a contribuição dos fiéis para continuar aumentando seus patrimônios.

Finalizo aqui para dizer que o filho do R.R. Soares, que é de outra vertente da igreja, agora que é deputado em São Paulo – o Senhor David Soares – está pedindo a isenção da contribuição social do lucro líquido. Lucro? A igreja é fonte de lucro? Lucro líquido, quando eles não pagam a Previdência Social. Isso significa sabe quanto, vereadora? R\$ 1 bilhão.

Esse valor deveria estar sendo aplicado, na verdade, na saúde, na educação, mas não. É para aumentar o patrimônio do R.R. Soares, do Edir Macedo, de alguns pastores que enriquecem. Essa nunca foi a palavra de Cristo.

Você que tanto fala em Cristo... Cristo morreu porque atacou os poderosos. Cristo foi para a cruz por causa disso. Jamais Cristo poderia pensar em algo como vocês tentam implementar: a cobrança do dízimo para enriquecer alguns pastores da Igreja Universal. Além disso, o Pastor Crivella ainda paga uma gangue para poder impedir a mobilização da imprensa e a mobilização das pessoas que vão à frente dos hospitais para reclamar da saúde.





(Durante o discurso do Sr. Vereador Babá, assume a Presidência o Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador Babá, rogo concluir.

O SR. BABÁ – Quanto a isso, você fica calada, não reclama e ainda vota contra o *impeachment*. Não só você, como 25 vereadores desta Casa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador Babá.

Pela ordem, o nobre Vereador Major Elitusalem.

O SR. MAJOR ELITUSALEM – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, população que nos assiste, boa tarde.

Senhor Presidente, eu tinha muita coisa para falar, mas como o tempo está curto eu vou tentar sintetizar. Ontem, a população do Rio de Janeiro ficou chocada com as imagens de uma criança e um senhor sendo atropelados por marginais que pilotavam uma moto em alta velocidade, portanado fuzis de guerra, no complexo da Maré.

Primeiro, quero lembrar que os defensores da moralidade, da ética, da vida, da liberdade individual, do direito à pessoa humana – do PSOL e do PSB – foram os que provocaram, incentivaram esse Estado de exceção, em que marginais desfilam fortemente armados, com armas de guerra, de grosso calibre, com motos roubadas, inabilitados, fazendo da comunidade sua lei.

Aí, vejo o nobre Vereador Renato Cinco falando de autoritarismo líquido, falando do Governo Bolsonaro, que depois do governo militar se implantou um autoritarismo líquido, que faz com que as instituições tenham um caráter democrático falso, porque, na verdade, existe um autoritarismo.

Ora, Vereador Renato Cinco, eu não ouvi o senhor falar, em momento nenhum, do autoritarismo real que é imputado a milhares de cariocas, por narcotraficantes, milicianos também, mas também narcotraficantes, porque denunciar milícias a gente faz. Mas eu não vejo você denunciando narcotráfico, ou seja, é seletiva essa moral, é muito seletiva. É falar do governo que busca uma legalidade, que busca empoderar as instituições, mas não se fala dos marginais.

Então, uma pessoa ferida, uma criança totalmente lesada pelo tráfico, pelo crime que vocês protegem. E outra, vereador, se o senhor for agredido pela PM, com certeza, ou o senhor estava apoiando a marcha da maconha ou fazendo algum ilícito.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, obrigado.

O SR. MAJOR ELITUSALEM – É só mudar o comportamento e as amizades.

Um abraço a todos e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado.

Antes de proceder à leitura do primeiro projeto, a Presidência responderá à questão de ordem formulada na 67ª Sessão Extraordinária.

“No decorrer da 67ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 3 de setembro p.p., quando da discussão da denúncia de infração político-administrativa contra o Senhor Prefeito, de iniciativa da Deputada Estadual Renata Souza, o Senhor Vereador Carlo Caiado fez consideração sobre a denúncia também apresentada pelo Vereador Átila A. Nunes.

Ao discorrer sobre o assunto, S. Exa. disse que a representação oferecida pelo nobre edil possui espectro jurídico mais abrangente que o da deputada, ainda que reconheça que o objeto da denúncia é o mesmo. E assim, conjectura que, se caso (como realmente aconteceu) a denúncia em debate fosse rejeitada, deveria ser rediscutida aquela acusação como atalho diferencial do fundamento da impetração sob deliberação naquela sessão plenária.

Sobre essa questão, sem a pretensão de análise pormenorizada da extensa e bem elaborada imputação, não será necessário mais que a transcrição de um excerto da fundamentação de sua peça de inculpação do Se-

nhor Prefeito, alicerçada nos fatos amplamente divulgados na imprensa. Vejamos, então:

‘Como visto, as ações do Prefeito ora denunciadas estão a se enquadrar tanto como crimes de responsabilidade, à medida que nega vigência a determinações constitucionais para a administração pública e liberdade de imprensa, além de utilizar-se indevidamente dos serviços públicos em proveito próprio ou de um grupo do qual se faz parte, quanto como infrações político-administrativas, adotando prática contrária à administração pública, de forma incompatível com a dignidade e o decoro que o cargo exige.’

Por esse extrato imputativo da representação do Vereador Átila A. Nunes, observa-se que S. Exa. sintetizou o conteúdo da sua denúncia em dois domínios distintos, quais sejam, os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas.

Na primeira parte do trecho reproduzido, S. Exa. qualificou como crimes de responsabilidade do Senhor Prefeito o descumprimento ao comando constitucional da moralidade administrativa e da liberdade de imprensa; no segundo, predicamentou corretamente como infração político-administrativa a denúncia dos atos classificados como incompatíveis com a dignidade e o decoro do cargo público exercido.

Ora, é cediço que coexistem dois instrumentos jurídicos bastante diferenciados no processo político de apuração de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, que estão consubstanciados no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e subsidiariamente pela Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa de Leis. Mas há contornos, delineamentos, que não permitem amplamente o julgamento pelo Poder Legislativo Municipal.

Em síntese, por infração político-administrativa, o Prefeito será julgado pelo Plenário da Câmara Municipal e somente por esse balizamento (os crimes de responsabilidade fogem à competência da Edilidade), na forma e nos casos estabelecidos na legislação aplicável. Então, em harmonia com o art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67, a Câmara Municipal julga tão somente as infrações político-administrativas elencadas.

Da mesma forma e em sintonia com o Decreto-Lei 201, a Lei Orgânica do Município dispõe textualmente:

‘Art. 112. São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentem contra a Constituição da República, a Constituição do Estado, a Lei Orgânica do Município e, especialmente, contra:

.....

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

.....

V- a probidade na administração

.....

Art. 114. São infrações político-administrativas do Prefeito (...):

.....

XIV - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.’

E mais, com muita propriedade, a Lei Orgânica esclarece a diferenciação entre a extinção do mandato e a cassação do mandato do Prefeito, reforçando-se que a Câmara Municipal apenas poderá cassar o mandato (art. 5º do Decreto-Lei 201/67).

Não mais que o deslindamento dessa questão, transcreva-se a seguir a disposição inscrita na Lei Orgânica do Município:

‘Art. 117. O Prefeito perderá o mandato

I - por extinção, quando:

.....

c) sentença definitiva o condenar por crime de responsabilidade.

.....

II- por cassação, quando:





b) incidir em infração político-administrativa, nos termos do art. 114.’

Finalmente, em conclusão, depreende-se que o arrazoado de imputação da representação impetrada pelo Senhor Vereador Átila A. Nunes, embora seja mais amplo, incorreu em extrapolação, pois sobrepôs o limite da competência da Câmara Municipal para julgamento do Senhor Prefeito.

Como vimos, basta se reportar àquele abreviado fragmento da exposição de S. Exa. para verificar que as alegações de improbidade administrativa e de atos contrários a liberdade de imprensa são predicamentados como crime de responsabilidade, respectivamente, ao teor dos incisos V e III, do art. 112 da Lei Orgânica do Município.

Portanto, após essa breve análise da representação em comento, verifica-se que remanesceu tão somente a denúncia com fundamento na infração político-administrativa referente ao cometimento de ato incompatível com a dignidade e o decoro do cargo público (art.4º, inciso X, do Decreto-Lei 201/67 e art. 114, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município).

Exatamente igual ao fundamento apresentado na denúncia de infração político-administrativa de iniciativa da Deputada Estadual Renata Souza.

Por consectário, esta Presidência em resposta à questão de ordem formulada pelo Senhor Vereador Carlo Caiado no decurso da 63ª Sessão Extraordinária, mantém o despacho de PREJUDICABILIDADE da representação impetrada pelo Senhor Vereador Átila A. Nunes, e, agora, em decorrência da rejeição da denúncia de autoria da Deputada Estadual, remete também ao ARQUIVO a representação do nobre edil.

Gabinete da Presidência, 4 de setembro de 2020.

Vereador Jorge Fellippe – Presidente”

O SR. ÁTILA A. NUNES – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Pela ordem, o nobre Vereador Átila A. Nunes, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILAA. NUNES – Primeiro, boa tarde a todos e todas, vereadores, imprensa, os que estão acompanhando a Sessão.

Presidente, eu gostaria – conversando com o nobre Vereador Carlo Caiado, nós gostaríamos... Eu só quero saber exatamente qual é o melhor procedimento: eu queria recorrer da vossa decisão. Entendo os motivos, bem explicados, mas entendemos, também, que o meu pedido de *impeachment* deveria ter sido analisado em conjunto com o pedido da Deputada, o que não aconteceu. Foi entendido como se tivesse sido prejudicado, o que foge ao entendimento como trâmite, o trâmite do pedido de *impeachment* que deve ocorrer nas câmaras municipais.

A gente já preparou, tanto eu quanto o Vereador Carlo Caiado, o pedido para esse recurso. Gostaria só de saber exatamente como devo proceder agora para recorrer.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Cabe a Vossa Excelência recurso contra decisão da Presidência.

O SR. ÁTILA A. NUNES – E vai ao Plenário, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Vai à Comissão de Justiça e Redação e, posteriormente, ao Plenário.

O SR. ÁTILA A. NUNES – Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Pela ordem, o nobre Vereador Fernando William, que dispõe de três minutos.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Bom, a questão de ordem que faço é a seguinte: diversos vereadores, quando se manifestaram em relação à

proposição apresentada pela Deputada Renata Souza, alegaram motivos de ordem política, eventual favorecimento da sua própria candidatura. Eu não vi, sinceramente, nenhum vereador defendendo que o prefeito tivesse possibilidade legal de pagar pessoas para estarem na porta de unidades públicas para se contraporem à imprensa ou debaterem e defendê-lo, exercendo claramente a advocacia administrativa junto, inclusive, a cidadãos que reclamam do atendimento.

Bom, o que me surpreende, e eu quero que isso seja levado em conta na consideração, no questionamento que será levantado pelos Vereadores Átila A. Nunes e Carlo Caiado, é que esses cidadãos que se apresentaram na porta dos hospitais dando plantão – inclusive, detectado por WhatsApp que eles se reportavam, reportavam as suas atividades ao Marcos Luciano, que é o assessor direto do prefeito – desapareceram. Eles não estão nem na porta do hospital nem na Prefeitura. Não se fala também onde está o Senhor Marcos Luciano. Portanto, o que eu gostaria de saber é que atitude a Câmara vai tomar em relação ao fato de estar se configurando claramente da parte do prefeito?

Eu entendo – pode ser que eu esteja enganado – que o prefeito, diante de uma situação como essa –, aí não importa se a Câmara votou dessa ou daquela forma: o fato foi constatado, poderia se dizer que a culpa não foi dele, a responsabilidade não foi dele, mas o fato é absolutamente verdadeiro, incontestavelmente comprovado. Então o prefeito deveria, na minha opinião – isso é algo absolutamente razoável – suspender, pelo menos, esses funcionários, esses trabalhadores pagos para defendê-lo até que tivesse uma avaliação interna.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Vereador Fernando William, não é questão de ordem o que Vossa Excelência está formulando.

O SR. FERNANDO WILLIAM – A questão de ordem é a seguinte: constatou-se que havia um crime, não se imputou a responsabilidade do crime ao prefeito e ele ficou isento. Mas o crime continua a existir, a ilegalidade continua a existir. Quem está pagando por essa ilegalidade é o cidadão comum, somos nós todos que estamos pagando impostos para que se pague a pessoas que não estão nem nas portas dos hospitais praticando advocacia administrativa, nem...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Qual é a questão de ordem?

O SR. FERNANDO WILLIAM – Que ações a Câmara poderia adotar em relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vossa Excelência permite? Já foi deferida a constituição, mas de Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, a Câmara já se utilizou dos procedimentos que cabem a ela.

Em relação ao pedido de *impeachment*, esse já foi objeto de deliberação. A Câmara não acolheu a denúncia, então não há que se rediscutir sobre o mesmo tema.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Uma consulta ao Tribunal de Contas, por exemplo, para saber como é que fica a aplicação desse tipo de recurso? Apesar de eu já ter entrado com ação cautelar para que o prefeito devolva os recursos, é preciso uma manifestação rápida do Tribunal de Contas, e eu peço que Vossa Excelência tenha a incumbência de tomar essa medida, porque ela é flagrantemente ilegal.

Nós continuamos a pagar, com os nossos impostos, pessoas que não estão desenvolvendo atividade nenhuma. Estavam desenvolvendo atividades irregulares e agora não estão desenvolvendo atividade nenhuma. Isso é grave, porque é crime continuado e nada acontece, como não aconteceu da última vez que o prefeito foi levado a...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador. Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA





EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1886-A/2020 DE AUTORIA DO VEREADOR REIMONT, VEREADOR LEONEL BRIZOLA, QUE “ALTERA A LEI Nº 5.358, DE 2011, QUE CRIA NO ÂMBITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA – CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

O SR. LEANDRO LYRA – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Com a palavra, para discutir, o nobre Vereador Leandro Lyra.

O SR. LEANDRO LYRA – Boa tarde. Cumprimento o Presidente, os demais vereadores e os cidadãos que nos assistem.

Presidente, eu venho aqui discutir o PL, porque talvez eu não tenha o tempo suficiente na declaração de voto para mais uma vez explicar meu posicionamento contrário a essa iniciativa. Eu queria aqui chamar, justamente, toda a Câmara a uma reflexão e, com certeza, os guias que estão nos assistindo, sobre o momento que nós estamos vivendo. A gente vive agora, no mês de setembro, o marco da sexta fase do plano de retomada escrito pela Prefeitura, e esta semana mesmo foi aberto, foi dado o pontapé inicial do Plano Nacional feito pelo Ministério do Turismo, pelo Governo do Presidente da República Jair Bolsonaro, o Plano Nacional de Retomada do Turismo.

É justamente esse o marco que eu quero chamar a atenção aqui, porque o que esse projeto faz é que ele subverte a lógica. Em vez de viabilizar a retomada do setor – investir, por exemplo, na abertura do Parque Nacional da Tijuca, onde eu estive presente, endossei e promovi, estive lá, justamente, e vi o esforço que o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles está fazendo para retomar, para tirar as amarras do turismo do país aqui no Rio de Janeiro, neste ponto icônico, que é, por exemplo, o Cristo Redentor. Mas não só isso. Se a gente pegar as linhas de crédito que lá atrás foram lançadas para os profissionais, para as atividades de turismo no Brasil, sempre pelo Governo Federal.

Estou aqui querendo destacar a questão do Governo Federal, porque justamente os parlamentares que hoje subscrevem este PL, particularmente o parlamentar do Partido dos Trabalhadores e o parlamentar do PSOL, são justamente parte do grupo político que em toda oportunidade ataca o Governo Federal sem qualquer melindre de prejudicar os trabalhadores do turismo.

Quando eu venho aqui, desde a primeira discussão, apontando a inconsistência crassa, porque justamente esses parlamentares criticaram desde o primeiro momento da derrubada de vistos do Canadá, dos Estados Unidos, da Austrália, do Japão. Derrubada essa que, veja só, este ano, se não fosse a pandemia, iria quase que triplicar a procura de turistas desses países pelo Brasil, por destino o Brasil. E o Rio de Janeiro, obviamente, é destino aclamado dentro do país. Mas pergunta se eles se importaram com os trabalhadores do turismo lá atrás? De forma alguma. E aí, justamente agora, depois de terem passado desde o início desse ano vociferando contra quem alertava que é preciso ter racionalidade, é preciso ter parcimônia. Esse é um problema complexo. Não adianta investir no fecha tudo, como eles querem.

Agora que eles começam não ter mais como negar as consequências perniciosas desse “fecha tudo” que eles defenderam, vem querer, justamente, posar de salvadores dos guias. E aqui eu voto contrário a essa matéria porque, em primeiro lugar, eu tenho consciência. Porque nós estamos na véspera de período eleitoral e não é coincidência que esse projeto veio agora.

Em segundo, que essa é uma medida ilegal. Porque todos os parlamentares e os autores aqui sabem que a Lei Orgânica do Município não

permite que parlamentar saia distribuindo milhões por meio de projeto de lei. Se fosse assim, em um período pré-eleitoral, como esse, não tinha quem segurasse essa Câmara Municipal. Cada um aqui ia disputar quem distribuiu os maiores milhões. Mas é claro que nesse período, justamente final de pandemia, porque o projeto também fala que apenas enquanto durar a pandemia, não vai ser colocado em prática o PL. Mas, obviamente, do ponto de vista político eleitoreiro, o objetivo, talvez, seja alcançado.

Mas eu, justamente, não vou compactuar com essa matéria. Não vou compactuar justamente porque, para mim, a medida mais importante é que nós retomemos o país. A medida mais importante é que nós coloquemos o Rio de Janeiro para andar. Coloquemos o setor de turismo de volta de pé. Para não ficar dependendo de repasse do governo. Pra não ficar dependendo de ajuda e, por exemplo, acreditando na conversa de quem lá atrás atirou sempre que pôde no setor de turismo, nas medidas mais importantes da década. E, agora, por meio desse projeto de lei, acha que as pessoas vão esquecer o que aconteceu, e vão posar de vencedores, ganhando voto em véspera de período eleitoral.

Eu não vou compactuar com essa matéria. Não tem como, sei que não tem como ser implementado. Sei que viola a legislação. Sei que viola o calendário que, justamente, está previsto para a retomada. Como eu falei no início, nós já estamos na Fase 6. Se você reparar especificamente, o discurso desses parlamentares, eles, inclusive, colocam em xeque o Carnaval. Pergunta se eles estão preocupados com o turismo da cidade quando assumem, por exemplo, que não vai ter Carnaval ano que vem, a entender do discurso atual deles. Salvo engano, foi o Vereador Tarcísio Motta, inclusive, que admitiu aqui, por eles, não precisa ter Carnaval ano que vem. Mas e o turismo na Cidade do Rio de Janeiro, não é essa a preocupação?

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Um aparte para eu explicar, já que você me citou.

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência pode se inscrever e explicar, fazer um discurso completo.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Obrigado por me citar.

O SR. LEANDRO LYRA – É claro. E, justamente, em vez de colocarem a população para poder voltar a trabalhar, poder ter como tirar o seu sustento, o seu emprego, preferem investir na narrativa de que o governo vai bancar tudo. Preferem, justamente, que o setor de turismo dependa desse tipo de projeto de lei, que é claramente, eu reitero, ilegal.

E aqui, Presidente, a gente tem que ter muita clareza nisso porque eles começam a plantar a semente agora. Começa plantar a semente agora para tentar perseverar nesse caminho de obstrução. Nesse caminho de fechamento. Nesse caminho de estagnação da economia. E para se proteger disso adotam, em contrapartida, o discurso que é só o governo pagar. Ora, o governo já pagou. O Presidente da República, inclusive, colocou os R\$ 600. Que eles insistem em falar que foi a oposição. É mentira. Quem colocou os R\$ 600 foi o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o Major Vitor Hugo. Eles insistem em negar isso.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, o seu tempo está esgotado.

O SR. LEANDRO LYRA – Vou concluir, Presidente.

Insistem em negar com a lógica de que o governo paga, o governo paga, o governo paga. O governo não é um saco sem fundo. Se todo mundo parar de produzir, o pessoal vai fazer o que? Vai comer papel? Vai comer cédula? Claro que não. O país tem que andar para frente. E é por isso, Presidente, que eu venho aqui reiterar de novo o meu posicionamento contrário ao PL. Eu quero ver o turismo da cidade, tenho um grande apreço, grande solidariedade pelo o que os guias turísticos estão passando, desde o primeiro momento aqui eu briguei para que nós tivéssemos o turismo de pé, as atividades econômicas. A cidade, de fato, de uma forma racional, encarando essa pandemia. Mantenho o meu posicionamento até hoje.





E é por isso que eu não tenho condição de compactuar com uma medida dessas, feita às vésperas do período eleitoral, claramente ilegal e claramente descompassada do que a gente realmente precisava, que era estar olhando pra frente, pra cima, colocar o trilho da Cidade do Rio de Janeiro em pé e não ficar fazendo propaganda negativa, como todos esses parlamentares que agora assinam esse projeto e essas bancadas sempre insistem em fazer, propaganda negativa, propaganda negativa, propaganda negativa, não só dentro do país como fora.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, obrigado.

O SR. LEANDRO LYRA – E aí, pouco se importam com o turismo do país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para discutir o projeto, o nobre Vereador Dr. Jairinho.

O SR. DR. JAIRINHO – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, os senhores que nos assistem agora aqui por meio das redes sociais, eu acho que tenho legitimidade para falar desse assunto, porque eu conversei com o Vereador Thiago, conversei com o Vereador Reimont, revi posicionamento e dei constitucional na matéria e a matéria está tramitando. Inclusive, foi votada em 1ª discussão.

Mas eu me coloco aqui numa posição, e aí, assim, eu devia... eu podia ficar quieto diante do que está acontecendo. Acho que eu... De repente, não soma, mas eu sou parlamentar e tem coisas sobre as quais realmente nós não podemos ficar omissos. Eu tenho falado sempre aqui de diversas coisas em que eu concordo com o posicionamento, por exemplo, do vereador que é o autor do projeto, a iniciativa, e ele é uma pessoa muito aguerrida em determinados segmentos. Enfim, eu entendo.

Mas volto a dizer, por exemplo, das realidades que acontecem na nossa cidade e que são muito diferentes de um lugar para o outro. Eu tive a oportunidade de dizer que meu filho assiste à aula online, e é uma guerra, tem sete anos de idade, e a gente tenta fazer o possível para que ele tenha a melhor qualidade de ensino que é possível. Mas eu sei também que nas favelas do Rio de Janeiro, não existe banda larga, o pai e a mãe estão brigando, existe violência doméstica, a criança não está comendo proteína...

Então, essa balança é muito difícil. O isolamento que propõe determinado grupo de vereadores, ficar dentro de casa e não sair – nem para fazer campanha acredito que vão sair – é algo que nós temos que conversar. Eu acho que é inteligente rever posições. Eu, como médico, eu já falei isso, sou intransigente em relação à vida. Foi assustador o que aconteceu em março. O mês de maio foi um mês terrível, de muitas mortes, irreparáveis perdas, inclusive, psicológicas, enfim, foi horrível o que nós passamos e estamos passando, e só vamos superar isso através de uma vacina. Temos que ter realmente empenho para que isso ocorra, finalmente a vacina, para que nós possamos voltar à realidade, à normalidade.

Sobre o projeto em tela, aproveitando a Sessão híbrida, porque acho que a gente deve retomar determinados campos da economia mas, ao mesmo tempo, eu acho que deve proteger determinados nichos, determinadas pessoas. E esse projeto, por que eu estou conversando sobre ele? Eu tenho uma amiga minha que é guia turística. Ela está achando que vai receber o dinheiro assim que nós votarmos o projeto. Está me dando dó dela entender isso dessa maneira, entende? Porque, na verdade, isso não vai acontecer.

Eu sei que é coisa feita com boa-fé. Eu sei do coração do Vereador Reimont, daquilo que gostaria de fazer, mas, enfim, essa matéria não é aquela matéria que nós sinalizamos com estado de calamidade pública e que nós falamos: “Prefeito, olha só, acorda, é importante que nós...” É algo que, realmente, está fora do orçamento, algo que eu não sei se criar essa falsa expectativa no coração dessas pessoas é algo que possa vir a causar uma revolta, enfim. “A Câmara dos Vereadores vota um projeto tão importante, dando dinheiro para a gente, e aí nós não recebemos por quê? Quem é o culpado disso?”. Então, eu peço aos vereadores, inclusive àqueles que estão sentados fazendo os projetos, que possam avaliar esse tipo de coisa, como isso chega na população.

O vereador que me antecedeu pegou um pouquinho mais pesado, apesar de que as questões nacionais nós também trazemos aqui para este Plenário. Mas também é verdade, assim, você ensinar a pescar é importante. No meio da pandemia, eu sou a favor do Estado grande. Se está no meio da pandemia, o Estado tem que prover, tem que tocar a guitarra e rodar a moeda, tem que chegar e dar dinheiro para a população mesmo, porque são nesses momentos que o Estado tem que ser grande. É inconcebível, já falei diversas vezes, nós exportarmos comida para um 1,3 bilhão de pessoas e termos pessoas no país que morrem de fome. Isso também é inconcebível.

Então, nós, como homens públicos, temos que nessa balança passar para a população aquilo que nós também entendemos como certo e tentar fazer de alguma forma que eles entendam nosso papel.

Reimont, eu tenho muito prazer em votar esse projeto, mas tenho muito receio daquilo que vai no coração das pessoas. Espero que você possa, na sua discussão e no seu encaminhamento, de todo o coração, dirimir as minhas dúvidas daquilo que você pensa que as pessoas... daquilo que está dentro da sua cabeça, que você pensa como isso vai impactar na vida das pessoas; se realmente você acredita que votar um projeto criando renda para essas pessoas sem nenhum tipo de orçamento para isso é algo que vai ao encontro daquilo que aquelas pessoas gostariam de escutar e de realmente acontecer.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, senhoras e senhores vereadores.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado.

Com a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Tânia Bastos.

A SRA. TÂNIA BASTOS – Presidente, primeiro, quero aqui, on-line, pedir desculpas ao Vereador Babá por alguns gestos que fiz no momento da fala dele, e eu sou mulher o suficiente para reconhecer os meus erros. Quero aqui falar para que todos ouçam e que também para que todos me vejam, não o faria ao contrário em negar para ele ou mandar pelo WhatsApp a mensagem de desculpas. Então, faço aqui o meu pedido de desculpas, para que todos ouçam e vejam.

Com relação ao projeto do Vereador Reimont, é um projeto realmente que eu considero muito bom na questão de esse auxílio chegar até as mãos desses profissionais que tanto se dedicam à nossa cidade, que são os guias turísticos. Mas, como bem disse o Vereador Dr. Jairinho, a minha preocupação é no momento de executar o projeto. É um pouco difícil, a cidade está passando por momentos muito difíceis, o próprio prefeito da cidade tem tentado ao máximo pelo menos colocar aí a folha de pagamento dos servidores em dia para não atrasar, e lembrando bem que o projeto do Governo Federal, que lançou várias linhas de auxílio financeiro e de crédito para as pessoas, a gente vê que ele abrange milhares de pessoas, sendo que alguns profissionais também estão aqui, na cidade, com o mesmo problema: não estão conseguindo trabalhar por conta da pandemia. Aí, se nós dermos esse crédito apenas para esses profissionais, esses trabalhadores do turismo, eu, sinceramente, não sei se a Prefeitura terá condições de fazer. Por isso eu aqui peço desculpas aos guias.

Tenho um tremendo respeito pelo profissionalismo, pelo trabalho que eles têm, que eles fazem. Ressalto aqui a importância desses trabalhadores, mas não resta dúvida de que o projeto é inexecutável. Realmente, eu acredito que a Prefeitura não terá condição de executar, por isso faço minhas as palavras do Vereador Dr. Jairinho.

Verdadeiramente, a Prefeitura e o prefeito não terão condições de manter esses trabalhadores por meio desse crédito, que aí... propriamente dito aí é o projeto do Vereador Reimont. Eu, sinceramente, votarei contra o projeto porque sei que outros profissionais também estão precisando.

Recentemente, estive conversando com uma senhora que é dona de uma casa de festas. Ela está desesperada porque precisou cancelar casamentos, festas de 15 anos. Ela já tinha feito um planejamento, com aquele valor, pensando que fosse receber, com compra de material mesmo, para executar, e viu que, realmente, não conseguiu. Ela até me perguntou se haveria possibilidade de a Prefeitura dar alguma coisa para ela. Então, vejam que não são só esses trabalhadores.

Nós temos também outros profissionais, outros trabalhadores que estão na mesma linha, precisando de ajuda.





Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para discutir, o nobre Vereador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Obrigado, Senhor Presidente.

Quero dialogar aqui com os guias de turismo, uma categoria que foi extremamente afetada, que está passando fome, e para a qual urge uma ajuda essencial. Seria do Executivo, se o Executivo, de fato, trabalhasse para cuidar das pessoas, e não do curral eleitoral dele. Essa é que é a grande verdade.

Eu fico muito chocado com as falas, nesta Câmara de Vereadores, da base do Governo Crivella. Eu fico extremamente chocado.

É prerrogativa desta Casa trabalhar para auxiliar a população diante de uma crise sem precedente na nossa história. Às vezes eu fico chocado. Quanto pode ser desumano, não é? Que parte as pessoas não entenderam? Qual parte dos mais de 127 mil mortos no país? São quase 130 mil mortos. Mais de quatro milhões de infectados. Qual foi a parte que não entenderam?

As pessoas que faleceram tinham nome, sobrenome, pai, mãe, irmãos, marido, esposa, avós. Essa desumanidade, pra mim, revela a crueldade de setores da política que estão interessados em quê? No lucro acima da vida.

Eu escutei aqui, falando de turismo, de liberar o visto para o turismo como uma grande ideia. Olha, o direito internacional trata da paridade das armas. Você só alivia o visto no seu país se lá tiver a mesma moeda. Vereadores, eu duvido – **nós somos mestiços – se vamos ter uma entrada facilitada na alfândega americana. Vai ser tratado que nem cucaracha**, porque é assim que eles nos tratam. *Cucaracha* latino-americana: é assim que os Estados Unidos pensam. E se utilizam justamente da exploração da mão de obra barata, da drenagem dos recursos energéticos. Neste governo, 12% do Pantanal foram queimados.

Não há política de meio ambiente. Tem-se, inclusive, um ministro que responde na Justiça; que disse claramente que iria aproveitar a crise causada pela pandemia para “passar a boiada”. É isso que está dando essa república gospel, autocrática, oligárquica, vendilhona da pátria e milicianina. É isso que está sendo estabelecido no nosso país.

Engraçado os vereadores da base do Crivella aqui falarem do Carnaval. O prefeito detesta o Carnaval! O prefeito mentiu dizendo que não iria dar dinheiro para o carnaval para dar às creches. O Vereador Prof. Célio Lupporelli comprovou hoje aqui – na sua fala primordial e excelente – o que é de fato a realidade. O Prefeito cortou R\$ 30 milhões da merenda dos alunos. E quando deu cesta básica, deu estragada. Se isso não é o ápice da crueldade, eu não conheço o que pode ser mais cruel. Nem o diabo é tão malvado para cortar a alimentação das crianças. O que deveria ser a prioridade das prioridades.

A direita gosta de inverter a verdade. É uma coisa impressionante. Ou seja, quem está de olho no voto aqui – e eu gosto e penso que nós temos que nomear, dar nome aos bois, até porque não existe político mudo e a fala da tribo é importante –, é ele, Vereador Leandro Lyra, que era do Partido Novo, quando, então, pediu o impeachment do Crivella. Aí, viu que não poderia se reeleger pelo Partido Novo, mudou para o partido do Crivella e da família do Bolsonaro, e agora é a favor do Crivella. Ou seja, quem está de olho na questão eleitoral não somos nós, Vereador! Vossa Excelência pediu o *impeachment* do Crivella lá atrás. Tem uma fotinho bem bonita do senhor, inclusive, ao lado da nossa bancada do PSOL.

Estava o senhor lá pedindo, naquela questão absurda da Márcia. Vamos, então, fazer o fio da história de quem é esse governo? Crivella vai pra Miami e não toma posse. Não faz, inclusive, a transição. O primeiro ato dele é nomear o filho para a Casa Civil. Só tirou porque a Justiça mandou. Logo depois, quis furar a fila para os irmãos da própria igreja fazerem as operações de catarata e também para regularizar o IPTU.

E, vejamos só! Pontos de ônibus! O povo está debaixo do sol, da chuva, mas, se for da Igreja Universal, pode botar o ponto de ônibus perto da sua igreja.

Crivella reuniu todos os seus funcionários, obrigando alguns, inclusive, a participarem de uma reunião para a eleição do Crivellinha, menino

criado a sucrilhos no prato, bem formado, que estudou nos melhores colégios... Aí, houve uma tentativa de *impeachment* pelos contratos obscuros com multinacionais e agora, essa dos jagunços contratados com dinheiro público.

Quer dizer, tem dinheiro público para contratar jagunços, R\$ 1 milhão. Tem dinheiro, R\$ 350 milhões, de encargos para as secretarias que fizeram o toma-lá-dá-cá com a Câmara de Vereadores, para impedir o *impeachment* do Crivella. Foram milhões e milhões em pracinhas e em campos de futebol no meio da pandemia. Pra isso tem dinheiro!

Esta Câmara já tem todas as condições...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, queira concluir, por favor.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Eu vou concluir, Senhor Presidente. Peço a mesma urbanidade que o senhor deu aos outros. Eu estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Eu estou tendo, Vereador. Vossa Excelência já passou 50 segundos.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Isso. Os outros três passaram três minutos. Eu já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Não. Rogo que conclua, por favor.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Concordo, Senhor Presidente. Vou concluir. É só para que eu não perca o raciocínio desse fio da história, mostrando que o Crivella se utiliza daquilo que eu sempre falei: ele usa de maneira eleitoreira a máquina pública. Na Prefeitura ele é bispo; e na Igreja Universal ele é o prefeito. É isso o que ele faz. E esta Casa não teve coragem de abrir um processo de *impeachment*, porque utiliza desse mesmo mecanismo eleitoreiro. Infelizmente. Não é só uma prerrogativa desta Câmara. É de todas as câmaras legislativas, o que é uma falha! Talvez nós tenhamos que, realmente, combater dentro da democracia. Apurar e melhorar.

Eu só queria dizer que é um grande projeto. Faz parte que a Câmara dos Vereadores proponha soluções econômicas. E, depende do prefeito! Depende do prefeito assinar e carimbar. Coisa que o prefeito não tem feito.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Só concluindo, Presidente. 30 segundos. Assim como nós fizemos... Olha, a Lei do Absorvente que esta Câmara aprovou, que dá dignidade às estudantes. O Crivella sequer sancionou, não fez nada. A Câmara que sancionou o projeto. A Lei do Pé Descalço, projeto nosso, da Câmara de Vereadores. O Crivella negou, a Câmara derrubou. E hoje é lei. E ele faz propaganda eleitoral faltando...

Final do ano. Não deu uniforme nenhum. Perto da eleição, agora, ele promove, não é? Então, quero dizer a todos os vereadores da base do Crivella que só não vota e aprova este projeto porque o Crivella não quer, porque dinheiro tem. A Câmara deu todas as condições para que a gente possa votar. E esses trabalhadores necessitam. É uma questão de dignidade humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado. Com a palavra, para discutir, o nobre Vereador Reimont.

O SR. REIMONT – Senhor Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores. De vez em quando, eu fico meio abismado com algumas colocações expostas aqui.

Eu vou dialogar mais com o Vereador Dr. Jairinho, que tem sido muito camarada. Tem discutido alguns projetos comigo de forma muito republicana. E coloca preocupações que eu compreendo perfeitamente, Vereador Jairinho.



Eu não vou discutir com o Vereador Leandro Lyra, que é um camarada que, se para ficar ao lado da turma do Trump, da turma do Guedes, da turma da economia, da turma do Bolsonaro, tiver que asfixiar o povo do turismo com o joelho no pescoço deles, ele asfixia. Então, não vou discutir com o Leandro Lyra. Porque o lado dele é um lado de asfixiar. Tudo aquilo que não vai engordar a economia dos bancos, dos banqueiros, do mercado internacional, dos Estados Unidos, da bandeira norte-americana e de Jair Bolsonaro. Então, não vou discutir com Leandro Lyra.

Nós não vamos discutir com Leandro Lyra quando ele fala, por exemplo, do Ricardo Salles. Ricardo Salles, pelo amor de Deus, não é? Falar de Ricardo Salles... O cara levou gente do garimpo, lá do norte do país, no avião da FAB para Brasília, para ajudar e ajeitar as falcatruas. Não vou discutir sobre Ricardo Salles.

Aliás, Ricardo Salles esteve lá no Parque Nacional da Tijuca, lá no Cristo. E, quando os guias de turismo perguntaram a ele: “Como é que fica a nossa situação de turismo?”, sabe qual a resposta dele? Ele disse assim: “Só o fato de eu estar aqui já está resolvido”. Olha só a resposta de um camarada que é do primeiro escalão de um governo, que é um governo de morte!

Eu, de fato, não posso dialogar com Leandro Lyra. Porque o Leandro Lyra defende...

O SR. LEANDRO LYRA – É falsa essa informação.

O SR. REIMONT – O Leandro Lyra é falso. Exatamente. Muito obrigado. O Leandro Lyra é falso. Ele é uma *fake news* ambulante.

O SR. LEANDRO LYRA – A informação.

O SR. REIMONT – É uma *fake news* ambulante. E gostaria que não me interrompesse, porque não o interrompi em sua fala.

E, portanto, o Leandro Lyra é partidário de um governo de morte. Ele não está preocupado com os trabalhadores. Quando ele fala, por exemplo, dos vistos: liberação dos vistos para entrar no Brasil, no Canadá, Estados Unidos, Austrália e Japão. Eu vou tomar as palavras do Vereador Leonel Brizola. E, me dou por bem satisfeito com a fala dele. Até porque, ao chegar aos Estados Unidos, a gente é tratado como se inimigo fosse.

E o Governo Federal, no Dia da Independência, no dia 7 de setembro, quer haster a bandeira norte-americana, gente! Pelo amor de Deus! Não dá pra conversar, não é? Não dá pra conversar. É página virada, Leandro. Vai para o outro lado. Vai para o seu lado, que é a melhor coisa que você faz.

A medida mais importante é retomar o país. Sabe quando que o Leandro Lyra está falando isso? Eu não vou discutir com ele sobre isso. Sabe quando que ele está falando isso? Desde o início da pandemia. Por ele, a cidade não tinha feito sequer o isolamento social. “A economia tem que ser salva”. Ele é partidário daquele pessoal do Madero, daquela hamburgueria, que disse assim: “Ah, vão morrer 7.000”. Ele disse: “se morrerem 130 mil, qual é o problema? Tem problema nenhum. O importante é salvar o Banco Itaú, o Santander, salvar a economia, salvar a política de Guedes, salvar... O importante é isso. Não tem que se preocupar”. Nós, ao contrário...

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência me dá um aparte?

O SR. REIMONT – Claro que não.

É claro que nós sempre defendemos o isolamento social. Mas defendemos o isolamento social com proteção social. O Leandro Lyra, não. Ele mente o tempo todo. Quando ele diz que tem solidariedade aos guias de turismo, é falso, isso é *fake news*. Essa fala, se for colocar lá no “Fato ou Fake”, todo mundo vai descobrir. É *fake*, não é fato. Então, tem um quê de farisaísmo, de falsidade, de ironia, de cinismo, porque o mais importante não é retomar o país, o mais importante é defender a economia. E nós, não; nós queremos defender a vida. A atividade do turismo foi uma das primeiras a parar, e os guias de turismo estão, de fato, passando fome.

Esse trabalho é um trabalho que a gente está fazendo em conjunto com eles. Então, deixando de lado, porque eu não quero discutir com bol-

sonarista que defende liberação de arma, defende proteção das grandes empresas. Imagina, R\$ 2,3 trilhões para os bancos, e chorou para liberar R\$ 60 bilhões para os estados e municípios cuidarem da pandemia. Então, com esse governo eu não converso, e o Vereador Leandro Lyra o representa.

Mas agora eu quero voltar para falar com o Vereador Dr. Jairinho, que foi muito sensato na sua fala. Vereador Dr. Jairinho, eu queria discutir contigo uma coisa muito simples. Primeiro, essa guia de turismo que falou com você que, de fato, está doida para ver o projeto ser aprovado, que o dinheiro vai cair na conta dela no outro dia... Desculpa, mas essa guia de turismo não está participando da discussão da Liga Independente dos Guias de Turismo do Rio de Janeiro (Liguia). Não está participando. Sabe por quê? A Liguia conseguiu aprovar, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei da mesma forma desse, e até hoje o governador do estado ainda não pagou.

Sabe o que os guias de turismo estão fazendo? Acha que eles estão lá brigando com o deputado que aprovou para eles? Não. Eles estão na luta. Na luta, lá no governo do estado, para o governo do estado pagar. Então, eles sabem isso. Aí você diz: “É preciso ensinar a pescar”. O guia de turismo, Vereador Dr. Jairinho, já sabe pescar. O problema é que o rio não tem peixe. Como é que vai pescar? O cara sabe pescar, é um ás em pescaria, mas o rio não tem peixe. O turismo não é assim, estalou o dedo e voltou. Ah, abriu o Corcovado, voltou. Abriu o Pão de Açúcar, voltou. Abriu a Floresta da Tijuca, voltou. Abriam as praias, voltou. Não é assim, não é num estalar de dedos. Isso é uma coisa lenta, gradual.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, rogo concluir.

O SR. REIMONT – A retomada da pandemia é uma retomada de fato gradual. Se quero colocar alguma coisa no coração e na cabeça das pessoas, eu quero colocar a possibilidade e a importância da luta. E isso eu tenho certeza absoluta de que os guias de turismo estão dispostos a fazer: lutar pelos seus direitos. Eu acho que a Prefeitura tem condições, sim, e é bom para ela. Eu volto a dizer aqui: sabe o que é isso? É defender que a galinha dos ovos de ouro não morra. Porque o turismo, meus amigos, minhas queridas, meus queridos, o turismo é uma ferramenta de empoderamento econômico para a Cidade do Rio de Janeiro.

É por isso que a gente está aqui, e eu estou contando muito com o voto dos senhores e das senhoras. Os guias de turismo agora, não são muitos os que estão aqui no YouTube...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador Reimont, rogo concluir, por favor.

O SR. REIMONT – Concluindo, Presidente. Mas eles estão agora numa *live*. Há centenas de pessoas com eles numa *live* discutindo exatamente isso, numa expectativa muito grande de que a Câmara hoje aprove o projeto deles.

Quero pedir aos vereadores que votem conosco para que, com esse projeto, eles possam, depois, com ele debaixo do braço, lutar na Prefeitura, para a Prefeitura fazer a regulamentação e fazer o pagamento devido. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Com a palavra, para discutir, o nobre Vereador Fernando William.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Eu gostaria de começar lembrando um vereador que nós tivemos aqui na Casa. Acho que poucos vereadores o conheceram; talvez o Presidente, alguns outros, não é? A Vereadora Rosa Fernandes, que esteve presente lá no mandato de 1993. Nós tivemos um vereador nesta Casa que se chamava Wilson Leite Passos. Ele era um vereador de extrema direita, mas absolutamente coerente. Ele defendia a eugenia, defendia todas as teses da extrema direita e não ficava nesse jogo de cena, ora defende tese da direita, ora a esquerda, ora tenta confundir as pessoas com determinadas teorias.

Quero dizer o seguinte: eu respeito muito mais pessoas que se comportam dessa forma do que essas pessoas tipo camaleões, que, na verda-





de, estão sempre tentando mais confundir os outros do que propriamente definir uma posição clara que elas eventualmente venham a ter.

Eu estou me referindo, por exemplo, quando se fala que não há recursos para pagar os guias de turismo. Na semana passada, eu denunciei aqui que o prefeito liberou R\$ 15 milhões aproximadamente para que se construíssem pracinhas, consertassem pracinhas, para que se fizessem pequenas reformas etc. E o argumento da Secretária de Fazenda, quando questionada sobre o motivo de o Prefeito estar fazendo isso no auge de uma dificuldade financeira bastante acentuada, ela disse que vocês – eu digo a Câmara de Vereadores; eu não, e certamente muitos outros vereadores o fizeram – autorizaram o Prefeito a um orçamento de R\$ 32,8 bilhões. Ele tem o orçamento, não tem o financeiro, mas se tem autorização orçamentária, ele vai liberando os recursos irresponsavelmente, aumentando a conta da Prefeitura, para que o próximo prefeito se encaixe muito mais do que já está encaixado no pagamento de restos a pagar.

Meu querido Vereador Dr. Jairinho, essa fala que a Vereadora Tânia Bastos fez referência a isso, de que “não há dinheiro, estamos fazendo um esforço”. Se não há dinheiro, como é que continua a pagar aquelas pessoas que estavam na porta dos hospitais, as que não foram sequer suspensas dos seus cargos? Elas simplesmente foram orientadas a ficar em casa. Não há nenhuma comissão de sindicância anunciada. Nada disso.

Então, quer dizer, não há dinheiro para determinadas coisas, mas há para outras, que são absolutamente secundárias ou ilegais. Quanto a isso, a gente não vê vereador que faz a defesa tão intransigente da boa aplicação dos recursos públicos se manifestar. Deveria se manifestar. Aliás, eu tive a oportunidade de vê-lo ao lado do prefeito e ao lado do Vereador Junior da Lucinha em uma manifestação pública aos sorrisos, muito satisfeito, muito alegre, certamente com a gestão do Prefeito Crivella – e no dia em que a imprensa denunciava esses fatos gravíssimos dos “Guardiões do Crivella”, gastos dos recursos públicos de forma absolutamente indevida, incorreta, ilegal. Mas quanto a isso, nada. Nenhuma palavra. Na hora de votar, por exemplo, nós não votamos, até corrigindo o meu querido colega Vereador Babá.

Nós não votamos um *impeachment* do Prefeito. Muito pelo contrário. Nós votamos o que deveríamos ter a obrigação de votar a autorização para que se constituísse uma comissão processante, para que essa comissão avaliasse se o prefeito cometeu erros ou não. Tudo leva a crer que sim, pois os erros foram comprovados, existiram. Mas se havia a responsabilidade dele ou não, como na situação lá dos imobiliários urbanos, em que ficou evidente de que havia irregularidades, mas que o prefeito não estava envolvido e ele acabou sendo isento em um acordo político.

Isso deveria acontecer da mesma forma. Nós, vereadores, tínhamos a obrigação moral, porque nós quando assinamos a posse, nós assumimos como uma das principais atribuições fiscalizar as ações do Poder Executivo, do próprio Poder Legislativo e eventualmente de outros poderes que se constituem, se a gente interpretar o Tribunal de Contas como Poder Judiciário no Rio de Janeiro.

Então, isso é uma obrigação moral. Nós assinamos isso. No entanto, o vereador que faz esse discurso de preocupação permanente com a aplicação dos recursos públicos votou favorável a que não se investigasse o Prefeito. Isso é muito engraçado. É muito interessante essa dubiedade. Eu garanto que se fosse o Wilson Leite Passos, ele votaria com certeza pela apuração dos fatos, porque isso era o mínimo elementar.

Vamos voltar à outra questão que é sempre citada: a esquerda brasileira votou contra a paridade de vistos, de tal forma que os Estados Unidos, a Austrália e o Japão podem nos exigir visto para entrar em seus países, mas nós não temos que exigir visto algum. Isso é uma questão de honra, de vergonha na cara, de patriotismo. Se não nos dão visto de entrada nesses países, por que questionam que nós somos povos bárbaros, povos que vamos invadir os países? Como disse lá o Ministro da Educação: “Primeiro, vamos roubar as cadeiras dos aviões”. Se exigem de nós esse visto para saber se não somos bárbaros, é um dever patriótico nosso de agir da mesma forma: exigir que tenha visto em relação ao Brasil.

Essa coisa de que aumentaria 2/3 de turistas se nós não tivéssemos isentado o visto desses países... Onde está esse dado? Isso é uma tremenda baboseira. Quem deixa de viajar para os Estados Unidos porque tem exigência de visto? Quem deixa de viajar para qualquer parte? A não ser

que ele tenha qualquer problema grave de ilegalidade, tenha roubado, esteja envolvido em qualquer lista dessas que o impeça de viajar, se não ele pede o visto, demora lá um pouquinho, ele vai viajar. Essa questão de que aumentaria em 2/3, não sei o quê. Ao contrário, nós nos abaxamos até aparecer as nádegas a esses países, dizendo para eles o seguinte: “vocês podem continuar exigindo, mas podem vir aqui, que não tem nenhum problema”.

Isso não é ter noção de soberania, noção de nacionalidade, de respeito aos valores da pátria, como foi dito aí. Hastear a bandeira norte-americana no ato de independência do Brasil, isso, sim, é nojento; isso, sim, é vergonhoso; isso, sim, é algo que devemos repudiar com todo o nosso veemente vigor.

A gente precisa colocar as coisas em seus devidos lugares. Sem dúvida que o Governo Federal propôs R\$ 200; depois, o Congresso passou para R\$ 500; e o Presidente da República, para manter o protagonismo da iniciativa, por meio de seu líder, propôs R\$ 600; e, agora, está lá, em uma disputa enorme, se vão ser R\$ 300 ou R\$ 250, como que vai ser para estender até o final do ano.

Concluindo, acho até que, muito em breve, vamos ter vereadores desta Casa sem saberem se vão para um lado ou se vão para o outro. Se vão defender o Guedes, ou se vão defender os militares; vão ficar em uma confusão enorme, que, aliás, é uma confusão típica de pessoas que se aproveitam das oportunidades para tentarem se manter em uma crista da onda, mas que, quando as exigências práticas exigem que tomem posições claras, fazem uma confusão. Ou fazem o que fizeram na última Sessão: ficam caladinhos, pianinhos no seu cantinho; e vão, lá, e votam contra os interesses da população.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador.
Com a palavra, para discutir, o nobre Vereador Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores, o projeto que a gente está discutindo visa conceder uma renda mínima, renda básica, para os trabalhadores guias de turismo, mas, como todos que estão nos acompanhando estão percebendo, o debate foi para um debate geral, sobre a relação entre pandemia, saúde, economia.

E como se coloca a questão dos guias de turismo nesse ponto? Acho isso positivo. Existe um pano de fundo, a partir do qual a gente está discutindo esse assunto e para o qual, na minha opinião, o projeto elaborado, inicialmente, através do mandato do Vereador Reimont – mas que partiu, inclusive, de uma reivindicação dos próprios guias de turismo –, faz todo sentido.

Desde o início, esse debate sobre a questão da pandemia, da saúde, – portanto, da dimensão da saúde e da dimensão econômica –, está presente nas nossas preocupações e nos nossos discursos. É só a gente pegar, aí, exatamente tudo o que falamos desde o início, desde as primeiras sessões virtuais nesta Casa Legislativa, em que esse debate sobre a questão da economia e da saúde está presente nas nossas falas.

Hoje, estamos com aproximadamente 127 mil mortos no Brasil. Na Cidade do Rio de Janeiro foram 9.924 cariocas que perderam a vida. Quantos mais teriam morrido se não tivéssemos tomado as medidas de isolamento social? Difícil fazer esta conta. Quantos mais teriam morrido se, na verdade, no lugar do isolamento social, tivéssemos adotado a cloroquina, que alguns vereadores defendiam desde o início, e que até agora a ciência segue dizendo que não adianta, que a cloroquina não é útil para Covid-19?

Mas, seguindo o que a ciência dizia, adotamos, sim, medidas de isolamento social. Em nossa opinião, deveríamos ter sido até mais rígidos, mas adotamos. É inegável que parte da população seguiu as orientações da ciência, apesar das versões negacionistas de muitos governos. E isso fez com que houvesse tempo para a preparação do sistema de saúde, e, até, ao mesmo tempo, para que a gente obtivesse maior conhecimento sobre a doença, – uma doença absolutamente nova. Havia questões a serem feitas desde o início, como o uso da máscara, que foram atualizando, melhorando etc.

E o isolamento salvou vidas. Agora, é óbvio que o isolamento social, as quarentenas trariam reflexo econômico. Isso aconteceu no mundo inteiro. E



ninguém negava isso. Ninguém estava colocando... Ao contrário, dizíamos: a economia deve servir à vida; e não o contrário. Não devemos arriscar as vidas, porque: “Ah, a economia não pode parar”. É o contrário: em determinado momento, é preciso perceber que não parar a economia, inclusive, é perder vidas, muitas mais do que se perdeu, no final das contas.

E este é o debate do ponto – viu, Vereador Dr. Jairinho? – quem, de fato, quer dialogar e se coloca no diálogo. O Vereador Leandro Lyra não se coloca na posição de diálogo; ele se coloca na posição de apresentar verdades absolutas, inquestionáveis. Estou aqui dizendo, inclusive, que o nosso conhecimento sobre a doença foi se adaptando. Mas, desde o início, nós dizíamos: “Há elementos importantes, do ponto de vista da economia, que precisamos considerar”. Mas o isolamento social era a única forma de garantir vida. E exatamente por isso nós votamos, aqui, um projeto que teve coautoria de quase todos, de mais de 30 vereadores: Renda Básica Carioca, em que nós apontávamos para o Governo Crivella dizendo que é preciso ter uma política de renda. E dizíamos: que ela seja, inclusive, complementar à federal. Porque, quando eu protocolei o projeto de lei, a renda federal não tinha saído ainda. Depois, no próprio debate, dizíamos: Vamos fazer de forma complementar, considerando, inclusive, aquilo que já havia sido recebido. Discutimos o valor: “Vamos chegar ao salário mínimo? Não vamos?”

A vontade desta Câmara era essa. O Prefeito Crivella vetou – esperou até o último dia para vetar. Nós derrubamos o veto porque entendemos que havia a necessidade de uma perspectiva de uma política de renda – sim, da Prefeitura; sim, de forma focalizada em alguns... de forma geral, era a primeira posição. Mas à medida que a renda geral não saiu, tivemos vários projetos de lei olhando para setores específicos da economia. Eu me lembro aqui de votar e elogiar um projeto do Vereador Paulo Messina, um projeto tipicamente vindo de um liberal, de fato, propondo, inclusive, linhas, a partir do Fomento Rio, que foi só uma boa ideia que não saiu do papel no Governo Crivella, para poder dar dinheiro para pequenos e microempresários, para que pudessem, inclusive, garantir os empregos. Mas não saiu do papel aquilo, também. Até onde eu sei, até agora, não tem nenhuma linha. As próprias linhas do Governo Federal foram absolutamente subutilizadas, burocratizadas. Demorou o dinheiro a sair. Para os bancos, não. Mas para os pequenos demorou muito a sair. E até, agora, tem muito menos dinheiro nisso.

Esse debate era um debate importante. Aí, partimos para a perspectiva de que há setores mais vulneráveis do que outros. Esse da microempresa; os trabalhadores da cultura, do audiovisual; e os trabalhadores do turismo. Nós estamos apontando que, se a Prefeitura do Rio de Janeiro tivesse feito uma política geral de renda, nós não precisaríamos estar debatendo, aqui, esse projeto de lei, agora. Não precisaríamos. Na verdade, o grande problema, Vereador Dr. Jairinho, é que, quando o Executivo não cumpre o seu papel, o Legislativo está na ânsia de tentar apresentar alguma coisa.

Mas o que o Crivella pode apresentar, do ponto de vista de política de assistência social, durante a pandemia? “Ah, distribuí...”. O Vereador Reimont é que faz as contas de quantos mililitros de leite a cada criança. A distribuição das cestas básicas, pelas escolas, foi um fiasco, um caos. A distribuição, agora, dos cartões, a mesma coisa.

Portanto, para fechar, Senhor Presidente, a grande questão é que a retomada da economia também obedecerá ao ritmo e aos protocolos dos setores de formas diferenciadas. Cultura, turismo e Carnaval são setores muito vulneráveis – não são os únicos –, mas muito sensíveis. Eu quero dizer que nada me traz mais desespero, ao olhar para o futuro, do que pensar que não vai ter Carnaval. Todo mundo aqui sabe que eu adoro Carnaval. Mas é exatamente isso: entre a irresponsabilidade de colocar um bloco na rua – onde muitos podem ser contaminados com aquele desfile – e a prudência da preservação da vida, eu vou ficar com a preservação da vida.

Mas, ao mesmo tempo, a gente precisa pensar: e os trabalhadores do Carnaval? No caso do bloco em que eu sou diretor, não tem trabalhador que está perdendo com isso. Mas, no caso das escolas de samba e de muitos blocos, tem. É preciso, e, por isso, estamos batalhando para que eles sejam incluídos na Lei Aldir Blanc. E serão. Tomara que sejam, apesar da burocracia criada pelo Governo Federal, pelo próprio Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador Tarcísio Motta, rogo concluir.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Estou fechando, Senhor Presidente.

A grande questão é: falta dinheiro? Mas tem dinheiro para guardiões; para essas obras; para o pagamento da dívida. Tem dinheiro para um montão de coisas, mas não teve dinheiro para renda; não teve dinheiro para uma política de assistência social.

Foi isso que fez falta, Vereador Dr. Jairinho. Aí, a Câmara tem que sinalizar. Ela precisa sinalizar que esse setor é um setor para o qual a gente precisa de uma política agora, emergencial, durante a pandemia. O que vai prejudicar o turismo é essa postura negacionista, de um governo que bota a Amazônia para queimar; o Pantanal para queimar; que fala em cloroquina no lugar de ver a ciência. Se estou no estrangeiro, eu teria medo de vir ao Brasil com um governo como esse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador Tarcísio Motta.

Para discutir, o nobre Vereador Jones Moura.

O SR. JONES MOURA – Obrigado, Presidente.

Presidente, quero apenas ratificar aqui o nosso posicionamento em relação ao projeto em pauta. O projeto do nobre Vereador Reimont é de suma importância para a cidade, porque, além de trazer dignidade para os guias de turismo, ele também acaba corroborando o fomento do turismo na Cidade do Rio de Janeiro. E, dentro dos nossos estudos do que tange à segurança pública, nós entendemos que a maneira de conseguirmos atrair o turista para a nossa cidade é, realmente, diminuindo a violência do município do Rio de Janeiro. Por isso, nós somos totalmente a favor. É um projeto importante.

Com relação às muitas falas que foram ditas aqui, o projeto cria despesa, que não seria prerrogativa do vereador, porque criaria um adicional a ser pago aos guias de turismo. Com relação a todas essas falas, eu tenho apenas uma preocupação: eu queria, aqui, deixar bem claro, assim: logo depois desse projeto, virá o projeto de autoria do Poder Executivo. Eu não sei se vai dar tempo para hoje, mas, depois, vem o Projeto de Lei nº 1883/2020. O nosso projeto que não cria despesa, não cria gratificação, não invade competência do Executivo, não legisla sobre servidor, não cria direitos.

Inclusive, quando eu falo em legislar sobre servidor, foi feita uma questão de ordem do nosso Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o nobre Vereador Dr. Jairinho, que o projeto deveria até ser de lei complementar. Porque ele entende que se estaria a legislar sobre servidor. Mas a Mesa Diretora se pronunciou e publicou no Diário da Câmara Municipal que não, que o Projeto de Lei nº 1883/2020 não legisla sobre servidor. Eu acho importante citar isso, aqui, Senhor Presidente, porque quando esse projeto entrar em pauta, já vai direto para as comissões darem parecer. A gente não vai ter nem uma questão de ordem para ser colocada.

Então, dentro desse parâmetro de que nós temos aprovado projetos, aqui, que criam gratificação para servidor, que legisla no lugar do Chefe do Executivo e coisas parecidas com essa, o nosso não é parecido. O nosso é o inverso disso. O nosso não faz isso. Ele apenas cita a Lei Federal nº 173/2020 e diz que deputado federal não pode dizer que a lei do nosso Município do Rio de Janeiro deixa de valer. Deputado federal, lá em Brasília, legisla a Lei Federal nº 173/2020 e disse que revoga, temporariamente, a nossa lei municipal. E, pasmem, vereadores – que, de repente, não estão acompanhando esse processo –, revoga temporariamente lei municipal que paga o triênio do servidor, que paga a promoção do servidor que tem plano de carreira, que paga a licença-prêmio do servidor, quando a ele é dado por direito, porque tem lei municipal, que nós aprovamos aqui, que dá esse direito ao servidor. Aí vêm os deputados federais, se sentam e praticam essa Lei Federal nº 173/2020.

A nossa é a Lei nº 1883/2020. Logo depois dessa, vem a do Poder Executivo e depois vem essa Lei nº 1883/2020. Se der tempo, eu queria deixar isso muito claro, aqui, principalmente para a Comissão de Justiça e Reda-





ção, que olhasse com muito carinho esse parecer. Porque esse projeto de lei não invade competência, não legisla no lugar do Prefeito Marcelo Crivella, não cria direitos, não legisla sobre servidor. Apenas garante os direitos dos servidores do município. Isso é muito importante dizer. Se eu tiver uma chance de tentar defender o projeto, ainda antes do parecer da Comissão de Justiça e Redação, assim eu o farei. Mas eu já antecipo, agora, aqui, aproveitando a discussão da matéria do nobre Vereador Reimont. Porque a Comissão de Justiça e Redação deu parecer pela constitucionalidade ao projeto do Vereador Reimont. Então, eu estou aqui muito ansioso para saber qual vai ser o parecer do nosso projeto que tenta proteger o servidor.

Antes de concluir meu tempo, Presidente, eu quero batizar essa Lei Federal nº 173/2020 não como uma lei tão somente inconstitucional. Porque isso seria até uma forma corriqueira de se falar das leis. Eu preciso batizar com um nome mais pesado. Permitam-me, aqui, chamar essa Lei Federal nº 173/2020 de: “uma excrecência no Brasil”. Porque eu sou servidor há 25 anos. Eu nunca vi isso na minha vida, o servidor ter um direito e, lá em Brasília, faz-se uma lei, rapidinho, que fala que o servidor perdeu seu direito aqui, no Município do Rio de Janeiro. É invasão de competência aqui, dentro do nosso Município do Rio de Janeiro.

Para concluir, Presidente. Quem legisla sobre vencimentos, direitos, salários de servidor é o Chefe do Executivo com a comprovação da nossa Câmara Municipal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para discutir, o nobre Vereador Renato Cinco.

O SR. RENATO CINCO – Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu gostaria de saber se é possível compartilhar a tela. Se não for, não tem problema, eu vou falar só mais um pouco, porque vou ter que descrever o que estou vendo.

Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, quando nós pensamos as políticas públicas, para a gente acertar, a gente precisa de bons diagnósticos. Uma das coisas que mais me preocupou no discurso dos contrários ao projeto, especialmente um, a alegação de que “ah, não, mas esse projeto inclusive duraria pouco, porque a gente já está na sexta fase da abertura da pandemia”, “essa situação já vai se resolver, já vai recuperar, abre tudo aí que a turma vai voltar”... Isso é uma análise muito equivocada da realidade e como a realidade vai afetar o setor do turismo. Eu quero até aproveitar, porque sei que muitos guias de turismo e muitas pessoas ligadas ao turismo estão assistindo a esta Sessão, para colocar alguns pontos de reflexão sobre o futuro.

Senhor Presidente, eu posso compartilhar a tela?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Sim, pode.

(Apresentação de slides)

O SR. RENATO CINCO – Obrigado, Senhor Presidente.

Eu estou compartilhando os dados do Observatório Covid-19, porque a gente precisa entender o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Isso aqui é Município do Rio de Janeiro, os dados vão até o dia 2 de setembro. Veja aqui o gráfico de óbitos por Covid-19. Isso aqui, Senhor Presidente, é o início da pandemia em março; há uma subida vertiginosa dos óbitos. A sociedade, apesar dos problemas dos poderes públicos, fez um grande esforço que derrubou o número de óbitos.

Chega a 2 de junho, começaram as fases de flexibilização. A gente pode olhar claramente, Senhor Presidente, perceber que mudou a tendência de queda, deixou de ser vertiginosa, começou a arrefecer a queda e, hoje, há até discussão sobre uma nova subida. Neste Observatório, com dados de casos graves, qualquer desses gráficos que a gente abrir aqui, a gente vai ver a mesma tendência: subiu muito, começa a cair, flexibilizou antes da hora, não cai mais a tendência. Se não tivesse havido tanta ansiedade lá no início de junho, agora a gente poderia estar realmente em uma situação em que o debate sobre voltar atrás da flexibilização. Não fosse evidente que vai ter que acontecer mais dia menos dia aqui na Cidade do Rio de Janeiro.

Então, em primeiro lugar, é importante entender que, em um curto prazo, a tendência não é a situação ser resolvida, porque nós flexibilizamos antes da hora e estamos insistindo no erro. Em segundo lugar, temos que pensar o seguinte: aquele *meme* das três ondas. A primeira onda, a Covid-19. O segundo *tsunami*, maior, é a recessão, talvez depressão mundial que vai afetar o setor do turismo durante anos. Infelizmente, ainda tem o terceiro *tsunami*, que é o maior de todas porque a pandemia não é um raio no céu azul. Vou repetir isso um milhão de vezes se for preciso: a pandemia é a parte do colapso ambiental das condições de reprodução da sociedade industrial.

O terceiro *tsunami* chama-se aquecimento global e colapso ambiental. E o aquecimento global e o colapso ambiental vão afetar, talvez de maneira difícil de imaginar, vários setores da economia. Por exemplo, uma das saídas apontadas para a gente conseguir enfrentar o drama do aquecimento global no planeta é a redução drástica das viagens de avião. Existem documentos já assinados por 25 mil cientistas pedindo a decretação de emergência climática global imediata. Na Sibéria fez 38 graus há um mês. A aceleração da degeneração ambiental do planeta está sendo obscurecida inclusive pela pandemia. A situação é gravíssima.

Eu, infelizmente, sou obrigado a me dirigir ao setor do turismo dizendo que eles vão ter que se repensar, e muito, porque o novo normal não é o velho normal de máscara, não, gente. O novo normal vai ser muito diferente do que foi até hoje a nossa vida. A pandemia é, apenas, vamos dizer assim, um ensaio do que vem pela frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para discutir, o nobre Vereador Babá.

O SR. BABÁ – Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Vereador Reimont pela apresentação do projeto, superimportante para uma categoria que está sofrendo muito e que precisa ter um apoio do município.

Esse apoio não seria problemático. Bastava, inclusive, o Senhor Crivella demitir seus guardiões, que levam, ao ano, R\$ 975.000; quase R\$ 1 milhão. Só um deles, pastor da Universal, leva R\$ 20 mil; outro, R\$ 15 mil, que esteve com Crivella na África do Sul, no Nordeste, no IML. Outros tantos que estavam ali a pressionar as pessoas para não criticarem a saúde, não criticarem o Crivella e, ao mesmo tempo, tentar impedir o trabalho da imprensa. Isso tudo já foi divulgado amplamente. Essa é uma discussão que nós estamos aqui travando.

Agora, não dá pra ficar calado quando vemos o Vereador Leandro Lyra defendendo arduamente, e seguindo, na verdade, uma linha: Bolsonaro, Crivella, Witzel, que agora ele não fala mais, e a cloroquina, que defendeu arduamente aqui. Ou vocês se esqueceram disso aí? Mas ele não cumpre mais do que o seu papel como vereador desta Casa...

Ele repete o que Bolsonaro faz, porque o Bolsonaro nada mais faz do que seguir as ordens do seu ventríloquo Trump. Sentadinho no colo do Trump, ele levanta a bandeira dos Estados Unidos; quer levantar dia 7 de setembro junto com a bandeira brasileira e em qualquer ato que haja. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que ele foi batizado, no Rio Jordão, por um pastor que foi preso nessa leva agora. Não podemos esquecer isso aí.

O Vereador Leandro Lyra cumpre, seguidamente, e eu repito isso aqui, sentado no colo de Bolsonaro, do seu ventríloquo, mas ele tem um ventríloquo aqui dentro desta Casa, que é um vereador fantasma, que é o Vereador Carlos Bolsonaro, que não aparece nunca, não fala nunca, mas o Senhor Leandro Lyra segue tudo o que ele determina. Portanto, ele segue as ordens dos ventríloquos. Essa é a realidade.

Não adianta vir para cá e querer colocar que os vereadores defendiam, na verdade, uma situação. Ele que defendia, que vive mudando de posição, como o companheiro lembrou ainda há pouco. Foi favorável ao *impeachment* do Crivella, um tempo atrás, mas saiu do Novo, veio para o Partido Republicano do Bolsonaro e, a partir daí, passou a seguir as ordens do Crivella. Essa é uma situação vergonhosa que nós queremos colocar aqui, mas ele segue a sua risca, ele segue o seu papel.

Eu já falei uma vez aqui, não é de um cínico, simplesmente, é um “clorocínico”, porque vive defendendo coisas e depois cala. Calou o bico sobre



a cura pela cloroquina que ele defendeu ardorosamente aqui nesta Câmara, como Bolsonaro fez. Aliás, ele repetia o que Bolsonaro determinava. É interessante, porque dentro desta Casa temos um vereador fantasma que é o Senhor Carlos Bolsonaro, e é ventríloquo do Senhor Leandro Lyra. Podem perceber, na hora da votação, que ele só vota depois que o Carlos Bolsonaro vota, para saber qual é a orientação do seu ventríloquo, não mais do que isso. Então, queremos discutir aqui, sim, a questão do turismo e o dinheiro a ser gasto nesse projeto. Basta o Crivella demitir todos os seus “guardiões” para economizar R\$ 1 milhão ao ano, com certeza terá dinheiro, não apenas para o turismo como também para pagar os pobres companheiros porteiros e porteiras das escolas que estão atualmente em negociação com a Secretaria de Educação, sem receber os meses de maio, junho, julho e agosto.

Até agora a Empresa Rio de Janeiro, que é contratada pela Prefeitura, não pagou seus salários. Isso que é uma vergonha e nós não podemos aceitar, porque o governo Crivella, e finalizo aqui, Senhor presidente, que teria dinheiro tanto para o turismo como para pagar em dia o salário, não apenas dos porteiros e porteiras, mas dos enfermeiros, médico que trabalham nas OSs e que também estão com salários atrasados.

Finalizamos aqui. Portanto, Senhor Leandro Lyra, fique no “colinho” do Bolsonaro, o seu ventríloquo nº 1; sente no “colinho” do Vereador “fantasma” Carlos Bolsonaro; e agora você tem um terceiro “colinho” que é o do Crivella. Fique nesses “colinhos” que você cumpre seu papel triste e vergonhoso nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador.
Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.

A SRA. ROSA FERNANDES – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para encaminhar, a votação, a nobre Vereadora Rosa Fernandes, por delegação da liderança do Bloco Independente Por Um Rio Melhor, que dispõe de três minutos.

A SRA. ROSA FERNANDES – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, já foi dito aqui e gostaria de reforçar, antes do encaminhamento, toda a falta de planejamento e de prioridades dessa administração, não só quanto à categoria dita pelo Vereador Reimont, mas também com outras prioridades como, por exemplo, o deságue que está sendo feito do BRT da Avenida Brasil para dentro do Rio Acari, sem o menor cuidado em relação a isso. Irá afogar ainda mais a população. Não tem cuidado com as enchentes, não tem cuidado com as encostas, não tem cuidado com aquilo que é importante, que é a saúde; com essa categoria do turismo; com as coisas importantes da cidade.

E mais: a liberação é diária, é R\$ 1,7 milhão, é R\$ 1,8 milhão diariamente liberando “obrinhas” que poderiam ser importantes quando a cidade estivesse bem financeiramente, mas que, neste momento, não são prioridade para a população da Cidade do Rio de Janeiro. Fico muito triste com tudo isso, não falo isso com nenhuma alegria, falo com uma angústia muito grande quanto a uma cidade que poderia estar numa situação privilegiada em relação ao restante do país, porque tem uma arrecadação significativa. Bastava definir quais eram as prioridades da cidade e gastar dinheiro com elas.

O meu encaminhamento é favorável à categoria de turismo da cidade, que tanto já trouxe não só alegria, mas também recursos para o Rio de Janeiro; e que neste momento precisa de atenção especial do poder público e principalmente desta Casa, que tem seus vereadores comprometidos com várias questões importantes e que deve ajudar a aprovação deste projeto.

Em nome do bloco, agradeço ao Vereador Cesar Maia, pra mim, eterno prefeito, por ter autorizado o meu encaminhamento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Em votação a matéria.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Átila A. Nunes, Babá, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Jorge Manaia, Dr. Marcos Paulo, Fernando William, Inaldo Silva, Italo Ciba, Jones Moura, Junior da Lucinha, Leonel Brizola, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Marcelo Arar, Paulo Messina, Paulo Pinheiro, Prof. Célio Lupporelli, Rafael Aloisio Freitas, Reimont, Renato Cinco, Rocal, Rosa Fernandes, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Thiago K. Ribeiro, Vera Lins, Wellington Dias, Willian Coelho e Zico Bacana 32 (trinta e dois); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, João Mendes de Jesus, Leandro Lyra, Major Elitusalem e Tânia Bastos 5 (cinco). Presentes 38 (trinta e oito) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 37 (trinta e sete) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Presentes 38 (trinta e oito) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 32 (trinta e dois) senhores vereadores; NÃO 5 (cinco) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 1886-A/2020 está aprovado.

Dispensada a Redação Final, segue a autógrafo.

O SR. LEANDRO LYRA – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para declaração de voto o nobre Vereador Leandro Lyra, que dispõe de três minutos.

O SR. LEANDRO LYRA – Eu vou começar a minha declaração de voto primeiro restabelecendo a verdade. Eu estava na reabertura do Cristo Redentor com o Ministro Ricardo Salles exatamente quando foi feita a ele essa pergunta dos guias turísticos e a fala do Vereador Reimont não corresponde à realidade. O Ministro foi pego no contrapé porque ele não precisa estar ciente de tudo o que acontece em cada um dos 5.000 municípios do país e ele, diligentemente, disse que estaria disposto a analisar todas as matérias para auxiliar e colocar adiante o turismo no Rio de Janeiro e que inclusive a preocupação era tanta que a própria presença dele no Rio de Janeiro, para reabrir o principal parque da cidade, demonstrava que o governo estava, sim, atento a todas as matérias. Então, não é verdade isso que o Vereador Reimont colocou.

A segunda questão que eu queria colocar aqui é a seguinte: eu disse que a medida mais importante era essa derrubada dos vistos. O Vereador Fernando William veio aqui me questionar de onde vieram esses números. Eu queria pedir para os guias turísticos prestarem muita atenção no discurso porque eles vieram aqui dizendo que era uma questão de honra impedir que os turistas viessem para o Brasil, era uma questão de vergonha na cara, dever patriótico.

É exatamente esse discurso que eles usam para impedir que mais turistas venham para o Rio de Janeiro porque o efeito prático é esse, esse pseudo garbo com que eles se colocam tem um efeito prático, você perde seus turistas dos Estados Unidos, do Japão, da Austrália e do Canadá, não vêm mais para a Cidade do Rio de Janeiro e aí onde é que está a preocupação com os guias turísticos? É exatamente esse o ponto que eu estou levantando aqui desde o início, nunca foi pelo turismo, eles sabem que essa matéria não tem como ser implementada, que a matéria é ilegal, que está em cima da hora, sabem que está em véspera de eleição. É por isso que tem esse ímpeto aqui, é por isso que tem esse quórum inclusive.

Eu vou ler aqui uma matéria, vou ler apenas o título da matéria. A matéria é de 16 de dezembro de 2019. “Após isenção de vistos, procura pelo Brasil segue em alta. Reservas confirmadas por turistas canadenses, norte-americanos, japoneses e australianos tiveram aumento de até 160%,” – 158%, para ser exato, esse é o número. É quase que triplicar a quantidade de vistos.

Mas, se dependesse desses parlamentares, eles empoleirar-se-iam com esse discurso de dever patriótico. E aí, pouco se importam com os guias turísticos trabalhadores do setor. E é exatamente isso que eu não tenho como admitir aqui, Senhor Presidente. Marquei meu voto contrário, deixei clara a minha posição desde o início, reitero aqui que tenho grande





solidariedade e entendo as dificuldades pelas quais o setor passa. Desde o início, eu estive aqui defendendo que a gente fizesse o combate a essa pandemia de maneira racional, com isolamento vertical, diferentemente desses parlamentares que investiram no “fecha tudo” e, conforme foi muito bem dito aqui, inclusive, colocam em cheque o Carnaval do ano que vem e pouco se importam com o turismo na cidade.

Concluo esta minha declaração de voto dizendo justamente para os guias turísticos que prestem muita atenção no filme como um todo, que vejam todas as exposições e não fiquem restritos a olhar simplesmente esta votação e este Projeto de Lei, porque ele não dá a cena completa da posição desses parlamentares que hoje dizem que defendem o setor de Turismo.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para a declaração de voto, o nobre Vereador Fernando William, que dispõe de três minutos.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Eu vou voltar a argumentar aquilo que tem sido uma prática da minha história. Eu não fico indo e voltando, uma hora de um lado, outra hora de outro, uma hora critico a gestão do Prefeito, outra hora vou sorrir, dar gargalhadas e votar a favor do Prefeito, ainda que ele esteja claramente cometendo irregularidades gravíssimas. O vereador que tivesse responsabilidade, quando tomou posse, deveria votar, pelo menos, pela abertura de um processo de investigação. Então, eu não sou desses vereadores que vai para um lado, vai para outro, sai do partido porque não permitiu que fosse candidato e vai para outro. Esse tipo de jogo não consta do meu currículo não. As minhas afirmações são sempre muito coerentes com aquilo em que acredito, com aquilo que penso.

É evidente que eu tenho o maior apreço, o maior carinho e o maior respeito por toda atividade humana, por toda atividade laboral, por todos os trabalhadores, coisa que os liberais, de um modo geral, não têm. São darwinistas sociais ou estão “se lixando”, pois o que preocupa para eles é a economia, é se haverá desenvolvimento econômico. O preço que nós pagamos por esse desenvolvimento econômico não interessa. Ainda que neste primeiro momento isso possa ser vantajoso para uma parcela de trabalhadores e, no futuro, ser extremamente prejudicial, eles estão sempre a favor do capital. Isso tem que ficar claro, é muito evidente, e acho que quem lê um pouco e conhece um pouco a literatura do liberalismo e de formas alternativas do liberalismo sabe o que nós estamos falando.

Eu não abriria mão e votaria contra o Brasil abrir a portas para os países que não permitem que brasileiros entrem em seus países sem o visto, de modo que pudessem entrar no Brasil sem visto. Quero deixar claro isso. Pode contraditar alguns companheiros guias de turismo, pode ir de encontro, mas é uma questão de patriotismo mesmo, de vergonha na cara em relação ao país que eu defendo, em que moro, em que nasci, que está na essência do que nosso partido, o PDT, defende, que é a soberania, o desenvolvimento nacional e tantas outras coisas envolvidas nessa questão.

Não creio, sinceramente, que haveria aumento; ao contrário, o mundo, quando olha para o Brasil, vê uma pária internacional, pelas declarações do Presidente, pelas suas manifestações e pelo seu comportamento. Hoje, o Brasil é um país que se esvazia a nível internacional, e não é por conta de visto ou por conta de algo de qualquer outra natureza. Ao contrário. Aliás, quando o pico da pandemia ascendia no Brasil e já se havia estabelecido um platô, o próprio Presidente norte-americano, a quem o nosso Presidente segue cegamente quase como um vassalo, disse: “Olha, vocês, americanos que estão no Brasil, voltem imediatamente. Nós, americanos que estamos aqui, evitemos ir para o Brasil. O Brasil é um país de risco”. Isso foi dito claramente.

Aliás, o nosso Presidente não disse o mesmo em relação aos Estados Unidos, que tiveram um índice de mortalidade maior do que o nosso, onde morreu muito mais gente. Porque é isso, nós temos, historicamente, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial – aliás, desde que o Brasil foi descoberto, talvez – a “cultura da colônia”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Tempo encerrado, Vereador.

O SR. FERNANDO WILLIAM – A cultura da subserviência, a cultura do cachorro vira-latas, em que nós cedemos sem que os outros cedam. É claro que eu quero que venham turistas do mundo inteiro, pela qualidade, pela beleza do nosso país, pela oferta que nosso povo é capaz de dar, em termos de solidariedade, de carinho, de respeito a todos os povos. Eu quero, cada vez mais, incentivar o turismo.

Aliás, o Rio de Janeiro é uma das principais fontes de arrecadação. Mas isso, no meu entendimento, não pode ser feito a qualquer custo. Voltando rapidamente ao projeto, quero parabenizar o Vereador Reimont. Ele tem estado muito atento a diversas situações em que trabalhadores da nossa cidade pagaram e continuam a pagar um preço elevado por conta da falta de articulação, da falta de capacidade do Presidente da República, inclusive de articular uma política nacional que pudesse dar conta do atendimento a esses setores da população, que, literalmente, passaram situações quase de fome.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador Fernando William, rogo concluir, por favor.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Lembro-me que, por exemplo, no Rio de Janeiro, esta semana inclusive, estou discutindo esse assunto, por exemplo, dos ambulantes da Cinelândia, que estão há cinco meses sem trabalhar, mas até hoje ninguém foi lá dizer a eles se podem ou não podem voltar a trabalhar. Eles estão sem comer! Estão vivendo de bolsa de alimentos, mas não há uma política pública que atenda a eles. Então...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado, Vereador Fernando William.

Para declaração de voto, a nobre Vereadora Teresa Bergher, que dispõe de três minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Obrigada, Senhor Presidente.

Senhores vereadores e vereadoras, todos que nos assistem, finalmente.

Inicialmente, quero parabenizar o Vereador Reimont pela iniciativa de um projeto que é tão importante para um segmento do maior interesse da Cidade do Rio, que é o Turismo.

O SR. REIMONT – Obrigado, Vereadora.

A SRA. TERESA BERGHER – De nada. É justiça. O senhor está sempre voltado para o bem comum da sociedade e, principalmente, do trabalhador carioca.

A segunda questão, Senhor Presidente, que me assusta, me preocupa e me gera expectativa, é a demora no andamento dos procedimentos para a instalação da CPI dos “Guardiões do Crivella”. Essa CPI, senhores vereadores e vereadoras, é muito importante. A Comissão Processante visava ao Senhor Prefeito, e nós precisamos apurar com profundidade tudo que envolve esse esquema, que eu diria até criminoso, de jagunços, que se instalou na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente, eu estou preocupada. Primeiro, a CPI, após seu deferimento, demorou 72 horas para ser publicada no Diário da Câmara Municipal. Depois, até o presente momento, não foi publicada a composição dos blocos e partidos que vão compô-la.

Por último, fico muito preocupada, Senhor Presidente, com as possíveis manobras. Estranho que após nossa entrada, após nosso requerimento de andamento da CPI, houvesse mudanças em blocos e dois vereadores resolveram aderir ao bloco governista. Será um casuísmo total se for considerada – se for considerada – a adesão desses vereadores a esse bloco. Nós temos que ter muita responsabilidade e não decepcionar a população do Rio de Janeiro. Já foi um fracasso, infelizmente, apesar de 23 vereadores votarem a favor do *impeachment*. Foi um vexame para a Câmara Municipal, Senhor Presidente.

Eu acho que unanimemente os vereadores à exceção dos aliados de primeira ordem do Senhor Prefeito... Era obrigação desta Casa entrar com essa Comissão Processante de *impeachment* do prefeito. Então, eu espero que esta CPI, como alguns vereadores já disseram aqui, não vire uma CPI chapa-branca e sem resultado, que é do interesse da cidade.



A começar, Senhor Presidente, eu acompanho o Diário Oficial todos os dias. Por que o Senhor Prefeito, até agora, não demitiu nenhum desses jagunços? Fica aqui o meu questionamento, sim, e a certeza, Senhor Presidente, de que o senhor vai dar mais celeridade a esta CPI, à instalação desta CPI, para que os fatos verdadeiramente possam ser investigados, e os culpados possam ser punidos.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Antes de ceder a palavra ao Vereador Reimont, quero dar conhecimento à Vereadora Teresa Bergher de que eu deferi a constituição da CPI e que estará publicada no DCM de amanhã.

Quanto à questão de formação de blocos, não é possível modificação de bloco após a entrada com requerimento da CPI.

A SRA. TERESA BERGHER – Obrigada, Senhor Presidente.

A SRA. ROSA FERNANDES – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Reimont, que dispõe de três minutos.

O SR. REIMONT – Presidente, eu quero agradecer aos vereadores que me acompanharam no voto, aos vereadores que compreenderam a potência desse projeto de lei, que agora virará lei, e a gente espera que o Prefeito Marcelo Crivella sancione.

Depois de ter tido ajuda e adesão do Vereador Dr. Jairinho, que é Líder do Governo, e debaixo da bancada governista, eu quero pedir a esses vereadores que sensibilizem o prefeito para sancionar o projeto. Ao contrário do que disse o Vereador Leandro Lyra, esse não é um projeto eleitoral. O nosso mandato tem, por prioridade, trabalhar com a cidade toda, e a gente não abre mão de trabalhar com os mais empobrecidos ou que estão em processo de empobrecimento ou que estão mais vulnerabilizados. Essa é a nossa marca, a gente não abre mão disso.

Nós pensamos tanto eleitoralmente, conforme disse o Vereador Leandro Lyra, que trabalhamos há 12 anos com um grupo que às vezes sequer documento tem, que é a população em situação de rua. A gente se dedica a esse trabalho. Portanto, o nosso trabalho não é um trabalho eleitoral; é um trabalho político, profundamente político de compreender que esta cidade é de todo mundo e que a gente tem que lutar por todas as pessoas, mas preferencialmente pelos mais empobrecidos, vulnerabilizados ou em processo de vulnerabilização ou em processo de empobrecimento.

Eu quero agradecer aos vereadores que votaram favoravelmente. Quero dizer à Vereadora Tânia Bastos e ao Vereador João Mendes de Jesus que compreendo perfeitamente as posições da senhora e do senhor. Compreendo mesmo, compreendo mesmo. Acho que aí, sim, tem um voto consciente, clareza. Agora, em relação ao voto do Vereador Leandro Lyra – que é o outro voto “não” – não tem compreensão.

O que tem é uma definição: eles não estão preocupados com os trabalhadores do turismo. Dizem assim: “A gente tem muita sensibilidade com o turismo, tem o maior respeito”. Tem respeito não. Não é verdade, é falso. É *fake news* dizer que tem respeito com o trabalhador do turismo. Não tem respeito, porque, se tivesse respeito com o trabalhador do turismo, não estava, por exemplo, defendendo o turismo a qualquer custo.

Vou perguntar aqui para o Arnaldo Bichucher, vou perguntar para o Wagner, vou perguntar para o pessoal do turismo: vocês querem o turismo a qualquer custo no Rio de Janeiro? Podem abrir as porteiças, abrir as fronteiras e todo mundo pode vir? Lembra da história do turismo sexual que vinha para cá para, de certa forma, bolinar nossas mulheres, para atrapalhar o processo de construção de luta de gênero, de luta de direito das mulheres, de luta de direito da comunidade LGBTQI+?

Nós não estamos... Os profissionais do turismo são pessoas sérias. Eles não estão querendo que sejam abertas as tronqueiras, as porteiças, as pontes, as fronteiras para dizerem: “Podem vir pra cá para fazer o turismo, que o que interessa é a gente vender”. Não! Não é isso o que interessa! O que interessa é mostrar o Rio de Janeiro, que eles têm que vir

aqui, mas o turista também tem responsabilidade com a cidade. Os guias de turismo, inclusive, são orientados – e eles se orientam entre si.

A Liga Independente dos Guias de Turismo do Rio de Janeiro (Liguia) é uma organização maravilhosa dos guias de turismo na Cidade do Rio de Janeiro que, inclusive, quando recebe o turismo, diz para os turistas quais são as normas, as regras do país; não é a qualquer preço! O Governo Federal quer abrir as pernas, as porteiças, as pontes, as fronteiras, as barreiras para Canadá, Estados Unidos, Japão, Austrália e o mundo. Às vezes, querendo que o turista venha de qualquer forma. Nós não queremos, não! Queremos que venha de forma ordenada, a gente exige ser respeitado, não é a qualquer custo.

Então, para o Vereador Leandro Lyra e o outro que votou contrário, isso aí não tem compreensão, ou melhor, tem a compreensão de que eles não querem proteger o trabalhador: estão preocupados em proteger o capital financeiro, estão preocupados em proteger os levantamentos contra o atual governo, eles estão preocupados em se blindar. Preocupados em dizer assim: “Está tudo certo! Não tem nada de errado com nosso governo!” O próprio Vereador Leonel Brizola disse há pouco: “Olha, a galera do Novo, de repente votou no impeachment contra o Crivella; agora, passou para o lado dele e já defende o Crivella.”

Quer dizer, os “guardiões do Crivella” podem estar na porta dos hospitais atrapalhando a vida dos repórteres e negligenciando informação. Eles defendem tudo de errado, desde que seja do lado deles; eles não estão a favor dos guias de turismo. É falsa essa informação! Isso é “fake news”. Agora, os outros vereadores, não. A Vereadora Tânia Bastos e o Vereador João Mendes, eu compreendo perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, rogo concluir.

O SR. REIMONT – São organizadamente da base do governo, perfeito, está tranquilo, compreendo mesmo. E quero agradecer a todos que votaram “sim” e pedir aos vereadores... quero agora fazer um pedido, estou aqui de mãos vazias. Eu sei até onde eu posso chegar, os guias de turismo sabem que quando eu apresentei o projeto, eu não disse para eles: “Olha, amanhã vai ter o dinheiro na conta de vocês...”

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, por favor.

O SR. REIMONT – Tem luta para fazer. E eu quero contar com os vereadores para nos ajudar a fazer essa luta.

Vamos sensibilizar o prefeito, para ele sancionar e pagar os guias de turismo, porque nós precisamos salvar a galinha dos ovos de ouro e salvar nossa cidade. Muito obrigado.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Tarcísio Motta, líder do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Obrigado, Senhor Presidente, serei breve para que a gente tente ainda votar o próximo projeto. Eu venho aqui em nome da bancada do PSOL, nós tomamos conhecimento, seja pela fala do Vereador Marcello Siciliano, na última sessão, seja pela imprensa, e, hoje, na fala da Vereadora Tânia Bastos, que, embora o Presidente da Comissão de Ética tenha dito ainda que não recebeu, há uma possível representação contra o nobre Vereador Leonel Brizola. E a gente vem aqui, enquanto bancada, dizer que não viu e não considerou nenhum ato antiético por parte do Vereador Leonel Brizola.

O uso de cartazes em sessões plenárias nos parlamentos brasileiros é largamente conhecido. Nas sessões presenciais, tanto a direita quanto a esquerda se utilizam de cartazes para, muitas vezes, manifestarem, inclusive, seu posicionamento, sem que haja interrupção. Podemos lembrar que, na própria Câmara de Vereadores, nós mesmos usamos aquele “imprecionante”, quando algum vereador – que eu já não lembro quem foi – foi tentar homenagear o Weintraub. Já usamos cartazes outras vezes.





A direita usou largamente, lá no golpe contra Dilma Rousseff, no impeachment aquele “tchau, querida”. Portanto, o uso de cartazes não é algo vetado aos vereadores. O conteúdo dos cartazes tampouco tem alguma coisa de desrespeito a qualquer vereador desta Casa. A imprensa e várias pessoas estavam utilizando o termo “milícia” para denominar aqueles “guardiões do Crivella”, que agiam tal qual milícias pagas com dinheiro público.

Portanto, não há nenhum problema, não é uma ofensa a nenhum vereador desta Casa o fato de o Vereador Leonel Brizola estar protestando contra a existência desse “guardiões”; guardava, portanto, relação com o projeto votado e era uma manifestação, na nossa opinião, que não oferecia nenhum problema com relação a isso. O Vereador Marcello Siciliano, ao contrário, parece ter ficado meio indignado, entendeu mal alguma coisa por conta – ele mesmo falou isso – de outras denúncias corridas por parte da imprensa. E aí eu acho que não tem o quê...

A SRA. ROSA FERNANDES – Um aparte, Vereador?

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Eu acho que não há aparte em comunicação de liderança, querida...

A SRA. ROSA FERNANDES – Desculpe, tem razão.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Por fim, eu só acho curioso de que tão prontamente os vereadores tenham assinado essa declaração contra o Vereador Leonel Brizola. Eu, por exemplo, fiz um esforço danado para conseguir as assinaturas, quando as denúncias e os indícios de que havia servidores fantasmas no gabinete de Carlos Bolsonaro. Não consegui juntar as 21 assinaturas necessárias. Esse é o tipo de preocupação seletiva.

Na minha opinião, falta de ética é gastar o dinheiro público dessa forma como há indícios, vários e vários indícios de que, durante anos, havia servidores fantasmas no gabinete do vereador fantasma. Isso é antiético e quero dizer que, se alguém mais quiser assinar uma representação ao Conselho de Ética, que deveria se debruçar sobre isso, a representação ainda se encontra comigo, infelizmente sem as 21 assinaturas, para que a gente não seja seletivo dessa forma.

A bancada do PSOL se posiciona completamente ao lado do Vereador Leonel Brizola Neto. Obrigado.

A SRA. ROSA FERNANDES – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Pela ordem, a nobre Vereadora Rosa Fernandes, que dispõe de três minutos.

A SRA. ROSA FERNANDES – Eu queria aproveitar, Senhor Presidente, a fala do Vereador Tarcísio Motta e fazer um parêntese nessa situação.

O Vereador Marcello Siciliano se sentiu desconfortável porque talvez coincidentemente os cartazes apresentados pelo Vereador Leonel Brizola foram em momento em que o Vereador Marcello Siciliano estava se pronunciando, dava essa sensação e foi o entendimento que um grupo de vereadores teve naquele momento.

Logo em seguida, Presidente, eu tive a oportunidade de assistir pela televisão várias matérias, em vários canais, fazendo referência à milícia, mas não dirigida a nenhum dos senhores vereadores. E entendi perfeitamente que o Vereador Leonel Brizola não estava fazendo nenhuma citação a nenhum dos senhores vereadores, e sim à situação que estava sendo apresentada e denunciada naquele momento.

Eu peço ao Vereador Marcello Siciliano, que é sempre uma pessoa de muito bom senso, é uma pessoa que é sempre muito acessível aos nossos apelos, a tudo aquilo que a gente explica. Ele é uma pessoa que volta atrás, ele é uma pessoa que se redime daquilo que ele acha que não está bem. Ele foi um vereador que sofreu muito com denúncias, uma pessoa que passou por uma fase muito difícil. Superou isso. E eu acho que, com toda grandeza do Vereador Marcello Siciliano, ele vai rever essa situação porque o Vereador Leonel Brizola não teve essa intenção. E hoje eu tenho certeza disso.

Eu faço aqui o meu apelo ao Vereador Marcello Siciliano, que reveja esse encaminhamento porque não é justo. Ainda mais nesse momento, um momento difícil para todo mundo, um momento difícil para essa Casa.

Estamos chegando próximo a uma eleição. Não é um momento fácil para ninguém. É com muita dificuldade, é com muita crítica, com muito trabalho. Eu pediria, então, que ele desse uma repensada porque não foi dirigido a ele. Hoje eu tenho certeza disso, basta rever os noticiários da televisão e a gente vai saber, entender qual foi a mensagem que o Vereador Leonel Brizola quis passar naquele momento. Muito obrigada.

O SR. PAULO PINHEIRO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELLIPPE) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de dois minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Muito obrigado. Eu vou ser rápido.

Desde as 15h eu estou ouvindo a pessoas com a maior paciência do mundo. Primeiro eu queria parabenizar a Vereadora Rosa Fernandes. Acho que o caminho que ela está colocando é certo.

Vereador Marcello Siciliano, em momentos nos procurou, eu conversei muito com ele sobre os problemas dele, aqueles graves problemas. Eu sei o que é esse tipo de perseguição. Acho que ele se equivocou na maneira como ele entendeu e acho que ele terá a grandeza de reavaliar isso.

Eu queria parabenizar a Rosa Fernandes por essa medida, por falar sobre isso e eu estou falando aqui em meu nome pessoal, não estou falando por bancada nenhuma, estou falando por mim, Vereador Paulo Pinheiro, vereador de muitos anos na Casa.

Acho que não cabe nesse momento. É um momento para o Vereador Marcello Siciliano repensar com grandeza para que a gente não tenha que discutir um assunto desse nesse momento, porque acho que houve uma má interpretação em relação a isso.

Muito bem. Sei que conseguimos aprovar. Parabéns, Reimont, parabéns pela aprovação.

Para encerrar, eu queria corroborar o que foi colocado pelo Vereador Tarcísio Motta. Absolutamente correto. Esta Câmara precisa reavaliar algumas coisas e alguns discursos. Na próxima quinta-feira, eu vou fazer o resumo da Sessão de hoje. Na sessão de hoje, houve pessoas que falaram coisas que precisam ser reavaliadas. Acho que alguns vereadores da Casa precisam entender qual é a função do vereador, porque eu ouvi hoje coisas absurdas.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador, o tempo da presente Sessão está esgotado.

O SR. PAULO PINHEIRO – Está encerrado. Desculpe, passei do tempo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradeço a Vossa Excelência.

Esgotado o tempo regimental da presente Sessão, a Presidência, antes de encerrar, convoca Sessão Extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 10 de setembro, às 15 horas, com a seguinte:

(LENDO)

**ORDEM DO DIA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 10/09/2020
ÀS 15 HORAS**

**1 EM TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA
EM CONTINUAÇÃO DA 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA**

PROJETO DE LEI Nº 1868/2020 (MENSAGEM Nº 177/2020) DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE “ESTABELECE INCEN-





TIVOS E BENEFÍCIOS PARA O PAGAMENTO DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, CONSIDERANDO A CRISE ECONÔMICA ORIUNDA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE (oral). Relatores Ver. Dr. Jairinho; Inaldo Silva e João Mendes de Jesus;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. FAVORÁVEL (oral). Relatores Ver. Junior da Lucinha e Inaldo Silva. CONTRÁRIO (oral) Relator Ver. Fernando William.
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. FAVORÁVEL (oral). Relatores Ver. Rosa Fernandes e Prof. Célio Lupparelli.

2 EM TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1883/2020 DE AUTORIA DO VEREADOR JONES MOURA, QUE “DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NÃO AFETADOS PELAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173, DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

3 EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE PRIORIDADE
EM 2ª DISCUSSÃO
EM 2ª SESSÃO
EM VOTAÇÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1841/2020 (MENSAGEM Nº 173/2020) DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO QUE, “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FMSB”.

4 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM CONTINUAÇÃO DA 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 148/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR WILLIAN COELHO, QUE “TORNA NON AEDIFICANDI A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BRISAS, CRIADA PELA LEI Nº 1.918, DE 5 DE OUTUBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE (oral). Relatores Ver. Dr. Jairinho, Thiago K. Ribeiro e João Mendes de Jesus;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. FAVORÁVEL (oral). Relatores Ver. Inaldo Silva, Junior da Lucinha e Fernando William;
Assuntos Urbanos. FAVORÁVEL (oral). Relator Ver. Átila A. Nunes;
Meio Ambiente. FAVORÁVEL (oral). Relator Ver. Renato Cinco.

5 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2019 DE AUTORIA DA VEREADORA VERA LINS, VEREADOR CARLOS BOLSONARO, QUE “ALTERA O ART. 23 DO DECRETO Nº 38.242 DE 2013”.

PARECER DA : Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Thiago K. Ribeiro
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Transportes e Trânsito PENDENTE;
Comissão Municipal de Defesa do Consumidor PENDENTE.

* EM ANEXO O PLC Nº 125/2019.

6 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 252/2013 DE AUTORIA DO VEREADOR CESAR MAIA, QUE “TOMBA, POR SEU ELEVADO VALOR ARQUITETÔNICO E CULTURAL, A CIDADE DAS ARTES”.

PARECERES DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Jorge Braz;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, FAVORÁVEL, Relator Ver. Eduardão;
Assuntos Urbanos, PENDENTE;
Cultura, PENDENTE.

7 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1527/2015 DE AUTORIA DO VEREADOR CARLO CAIADO, QUE “DECLARA COMO ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO E TITULAÇÃO, A ÁREA DA COMUNIDADE DO JARDIM ITAQUÊ, NO BAIRRO DE SANTÍSSIMO.”

PARECERES DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Jorge Braz;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Assuntos Urbanos, FAVORÁVEL, Relator Ver. Chiquinho Brazão;
Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, PENDENTE;
Obras Públicas e Infraestrutura, PENDENTE.

8 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 474/2017 DE AUTORIA DO VEREADOR LEANDRO LYRA, QUE “ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI Nº 5.131/2009 QUE INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FECMRJ PARA RETORNAR ECONOMIAS ORÇAMENTÁRIAS DE GABINETE DE VEREADOR PARA ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA”

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social. PENDENTE;
Educação. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.





9 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 963/2018 DE AUTORIA DO VEREADOR JORGE FELIPPE, QUE “INSTITUI O TAXI.RIO COMO PLATAFORMA OFICIAL DE GESTÃO DE TÁXIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Transportes e Trânsito. PENDENTE;
Ciência Tecnologia Comunicação e Informática. PENDENTE;
Assuntos Urbanos. PENDENTE;
Municipal de Defesa do Consumidor. PENDENTE;
Trabalho e Emprego. PENDENTE;

10 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1071/2018 DE AUTORIA DO VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO, QUE “INCLUI NA LEI Nº 5.242, DE 2011, A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS CAUSAS SOCIAIS – AACs”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE. Relator Ver. Dr. Jairinho.

11 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1252/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, QUE “ALTERA O DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.273, DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nºs 1, 2 e 3. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Meio Ambiente. FAVORÁVEL. Relator Ver. Renato Cinco;
Assuntos Urbanos. PENDENTE;

12 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1254/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR ALEXANDRE ISQUIERO, QUE “DISPONIBILIZA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E SOCIAL AOS ALUNOS VÍTIMAS DE BULLYING”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nºs 1 e 2. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social. PENDENTE;
Educação. PENDENTE;
Assistência Social. PENDENTE;
Direitos da Criança e do Adolescente. PENDENTE;

Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

13 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1294/2019, DE AUTORIA DO SENHOR VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI, QUE “INCLUI O DIA DO AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146, DE 2010”.

PARECER DA : Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Thiago K. Ribeiro
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Cultura FAVORÁVEL, Relator Ver. Tarcísio Motta;

14 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1316/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR ITALO CIBA, QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS ORIENTAREM SEUS FUNCIONÁRIOS E AFIXAREM PLACAS E/OU CARTAZES INFORMANDO OS NÚMEROS DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. FAVORÁVEL. Relator Ver. Junior da Lucinha;
Defesa dos Direitos Humanos. PENDENTE;
Defesa da Mulher. PENDENTE;
Direitos da Criança e do Adolescente. PENDENTE;
Idoso. PENDENTE;
Direito dos Animais. FAVORÁVEL. Relator Ver. Luiz Carlos Ramos Filho;

15 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1412/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR PAULO PINHEIRO, QUE “ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 691, DE 1984”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Assuntos Urbanos. PENDENTE;
Cultura. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

16 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1417/2019 DE AUTORIA DA VEREADORA ROSA FERNANDES, QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FILMAR, GRAVAR E TRANSMITIR AO VIVO, VIA INTER-





NET, AS SESSÕES PÚBLICAS DAS LICITAÇÕES PRESENCIAIS E FACILITAR O ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO ATIVO EM CADA LICITAÇÃO ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*EM ANEXO O PL Nº 1427/2019

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Ciência Tecnologia Comunicação e Informática. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

17 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1517/2019 DE AUTORIA DA VEREADORA TÂNIA BASTOS, QUE “INCLUI A SEMANA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146, DE 2010”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Educação. PENDENTE;
Direitos da Pessoa com Deficiência. PENDENTE.

18 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1534/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR ÁTILA A. NUNES, QUE “INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA – COMPLIR – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Defesa dos Direitos Humanos. PENDENTE;
Educação. FAVORÁVEL. Relator Ver. Dr. Jorge Manaia;
Ciência Tecnologia Comunicação e Informática. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

19 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1568/2019 DE AUTORIA DA VEREADORA TERESA BERGHER, QUE “INCLUI NA LEI Nº 5.919, DE 2015 A CIDADE DE RAANANA, EM ISRAEL, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Cultura. FAVORÁVEL. Relator Ver. Reimont;

Turismo. PENDENTE;

Ciência Tecnologia Comunicação e Informática. PENDENTE;
Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura. PENDENTE;

20 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1589/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR LUIZ CARLOS RAMOS FILHO, QUE “ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 6.387, DE 2018, QUE INSTITUI O SERVIÇO DE FARMÁCIA VETERINÁRIA POPULAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE: Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão dos Direitos dos Animais, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. Pela Constitucionalidade no Mérito Favorável. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro.

21 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1599/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO, VEREADOR FERNANDO WILLIAM, QUE “PROÍBE A COBRANÇA DE TAXA DE REMATRÍCULA POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE: Relator Ver. Dr. Jairinho. Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Educação, Comissão Municipal de Defesa do Consumidor. Pela Constitucionalidade no Mérito Favorável.

22 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1601/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR FERNANDO WILLIAM, QUE “ALTERA A LEI Nº 5.914, DE 2015, QUE RECONHECE COMO POLO GASTRONÔMICO E CULTURAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O ESPAÇO URBANO CONHECIDO COMO BAIXO BOTAFOGO, NO BAIRRO DE BOTAFOGO”.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões: de Justiça e Redação; de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura; de Assuntos Urbanos; de Meio Ambiente; de Cultura; de Transportes e Trânsito; de Turismo e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro.

23 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1605/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, QUE “INSTITUI O PROGRAMA ORQUESTRA NAS ESCOLAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Educação. PENDENTE;





Cultura. PENDENTE;
Direitos da Criança e do Adolescente. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

24 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1613/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, QUE “DISPÕE SOBRE A DISCRIMINAÇÃO DO DESTINO DE MULTAS E OUTROS RECURSOS QUE INCIDAM SOBRE VEÍCULOS E CONDUTORES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

25 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1644/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR ELISEU KESSLER, QUE “PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO, TRANSPORTE E SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DIRETO AO CONSUMIDOR FINAL EM LOCAL DIVERSO DO POSTO AUTORIZADO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEL”.

PARECER DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público. PENDENTE;
Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura. PENDENTE;
Transportes e Trânsito. PENDENTE;
Municipal de Defesa do Consumidor. PENDENTE;
Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social. PENDENTE;
Defesa Civil. PENDENTE;
Meio Ambiente. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

26 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1663/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR INALDO SILVA, QUE “ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 3.422, DE 2002”.

PARECERES DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação PENDENTE;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE.

27 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1687/2020 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. GILBERTO, QUE “ALTERA E ACRESCENTA DISPOSIÇÕES AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI Nº 5788, DE 2014”.

PARECERES DAS COMISSÕES DE:

Justiça e Redação. Pela CONSTITUCIONALIDADE. Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Assistência Social. PENDENTE;
Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. PENDENTE.

28 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 238/2019 DE AUTORIA DO VEREADOR ROCAL, QUE “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A REGIS LERMEN”.

PARECER DA: Comissão de Justiça e Redação Pela REGIMENTALIDADE, Relator Ver. Thiago K. Ribeiro;
Comissão de Educação PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Agradeço a todos os senhores vereadores, aos servidores da Câmara, aos terceirizados e a todos aqueles que nos acompanharam nesta Sessão. Obrigado a todos.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18 horas)



COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ÍTEGRA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2020

(Orçamento da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, atrasos nos pagamentos e demissões nos Centros de Referência da Pessoa com Deficiência)

Presidência da Sra. Vereadora Luciana Novaes, Presidente da Comissão.

Às quinze horas e quinze minutos, em 2ª chamada, em ambiente virtual, sob a Presidência da Sra. Vereadora Luciana Novaes, com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Carlos Eduardo, Vice-Presidente; e Professor Adalmir, Vogal, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente de Direitos da Pessoa com Deficiência, com o tema: “Orçamento da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, atrasos nos pagamentos e demissões nos Centros de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD’S)”, com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Fazenda; do Ministério Público do Rio de Janeiro; da Defensoria Pública do Rio de Janeiro; da Ordem dos Advogados do Brasil; do Movimento Trissomia do Amor 21; e dos Centros de Referência da Pessoa com Deficiência.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Boa tarde a todos e todas!

Nos termos do Precedente Regimental nº 43/2007, em 2ª chamada, dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Direitos da Pessoa com Deficiência, com o tema: “Orçamento da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, atrasos nos pagamentos e demissões nos Centros de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPDs)”, com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF); do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ); da Defensoria Pública do Rio de Janeiro; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); do Movimento Trissomia do Amor 21; e dos CRPDs.





A Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência é constituída pelos Senhores Vereadores: Luciana Novaes, Presidente; Dr. Carlos Eduardo, Vice-Presidente; Professor Adalmir, Vogal.

A Audiência Pública, em ambiente virtual, conta com a presença do Senhor Vereador Cesar Maia.

Registro as seguintes presenças: Senhor Rodrigo Barbosa, Subsecretário de Orçamento da SMF, representando a Secretária Municipal de Fazenda a Exma. Sra. Rosemary de Azevedo Carvalho Teixeira de Macedo; Doutora Luciana Direito, promotora, representando o MPRJ; Doutor Pedro Gonzales, defensor público, representando a Defensoria Pública; e Doutor Caio Silva de Sousa, Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, representando a OAB.

Também estão presentes: Senhora Kalini Andrade; Senhora Alessandra Melo, representante do Movimento Trissomia do Amor 21 e mãe do Miguel; e as mães usuárias dos CRPDs: Jeane da Silva Paula; Marcela; Marta das Chagas Tristão; Nádia Maria Silva; Patrícia Stepple; e Regina Coeli Santos da Silva.

Antes de começarmos, registro a presença de José Anderson da Silva e Kely Klinger, intérpretes de Libras. Para a garantia da tradução desta Audiência em Libras, para quem nos assiste pelo YouTube, apenas as pessoas que estiverem fazendo o uso da palavra estarão com as câmeras ligadas.

Gostaria de agradecer a presença dos representantes dos órgãos de gestão, de controle e também da sociedade civil aqui nesta Audiência Pública. Esta não é a primeira vez que precisamos fazer uma audiência para tratar dos problemas nos CRPD'S. Inclusive, em 2018, esses espaços, fundamentais para o atendimento dessa parcela da população, foram fechados e, apesar de terem sido reabertos posteriormente, continuaram sofrendo com a falta de estrutura e profissionais, o que impediu o acesso a um atendimento de excelência. O orçamento da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Tecnologia (SMDT) vem sofrendo constantes cortes, resultando na ineficácia de políticas públicas.

Recentemente, observamos uma enorme diminuição dos recursos dessa pasta e, após muita pressão desta Comissão e da sociedade, tivemos uma pequena vitória com a liberação parcial de verbas. O que nos causa estranheza é que, enquanto esses cortes acontecem, vemos o Prefeito inaugurando praças, campos de futebol e outras instalações menos urgentes ao cuidado com a população. O que nos mostra que o maior problema encontrado aqui não é a falta de recursos, mas, sim, uma escolha de prioridades que mais tem a ver com práticas eleitoreiras do que com o real exercício de uma administração pública comprometida com os interesses do povo carioca.

Recebi diversas denúncias sobre um conjunto de demissões injustificadas de profissionais essenciais para o funcionamento dos equipamentos de atendimento à pessoa com deficiência, além de atrasos constantes nos salários de outros profissionais que dedicam a sua vida a cuidar da população.

Os profissionais da limpeza do CRPD de Santa Cruz, por exemplo, ficaram 10 meses com seus pagamentos atrasados. Diversos outros profissionais com dois, três meses também sem seus salários. Outras tantas pessoas sendo demitidas em meio à pandemia, sem nenhum fundamento.

Estamos falando não só do atendimento às pessoas com deficiência, mas também de famílias que tiveram a renda do seu trabalho negado, pessoas que foram impedidas de levar o sustento à sua família. Um constante descaso com esses profissionais e com essa parcela da população que já sofre tanto com o descaso do Estado e que tem seus direitos negados todos os dias com a falta de acessibilidade e de políticas públicas eficazes.

Hoje, estamos aqui para dar à Prefeitura a oportunidade de explicar não só aos órgãos de controle, mas também a toda a sociedade carioca, os motivos desse abandono e, também, para buscarmos soluções conjuntas para resolver de uma vez por todas essas graves violações de direitos constitucionais.

Nós queremos saber: qual é a real situação dos equipamentos de atendimento à pessoa com deficiência? Por que os funcionários estão sendo demitidos, se ainda temos um déficit no atendimento a essa população? A Prefeitura planeja uma retomada desses equipamentos ou pretende fechá-los? Quais são as medidas que estão sendo adotadas para

garantir a continuidade dos atendimentos que são possíveis de serem feitos de forma virtual? Por que os profissionais da limpeza do CRPD de Santa Cruz ficaram 10 meses sem receber se o processo está há meses na central de liquidação da SMF?

Por fim, gostaria de lamentar profundamente que a Prefeitura não tenha tido o respeito com a população de enviar os seus representantes que poderiam de fato responder a essas questões. Toda essa situação e todos os relatos colhidos aqui serão incluídos em um relatório que será feito por esta Comissão e que será encaminhado ao Prefeito e aos secretários responsáveis, mas também ao MPRJ, para que este possa cumprir seu papel de garantir os direitos da população.

Gostaria de passar a palavra agora para o Senhor Vereador Dr. Carlos Eduardo, Vice-Presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO – Presidente, boa tarde.

Saúdo a senhora, dou os parabéns efusivos pela sua grande iniciativa e solicito que o Vereador Professor Adalmir inicie a palavra, porque estou em uma área muito ruim de sinal. A minha conexão está péssima.

Já comuniquei ao Vereador Professor Adalmir, e ele já está aí na nossa Audiência Pública.

Estou em uma área com sinal muito ruim. Então, se cair a conexão, peço que os senhores me desculpem. Meu sinal está péssimo, está entrando e saindo.

Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Obrigada, Vereador Dr. Carlos Eduardo.

Com a palavra, o nobre Vereador Professor Adalmir.

O SR. VEREADOR PROFESSOR ADALMIR – Boa tarde, Excelentíssima Senhora Vereadora Luciana Novaes, pela qual tenho o maior carinho, maior respeito; Vereador Dr. Carlos Eduardo; Vereador Cesar Maia, nosso líder; e todos os que compõem esta Audiência Pública.

Como a Vereadora Luciana Novaes falou no início, tivemos nesta Legisatura, trabalhando junto com esta Comissão, a oportunidade de debater diversos assuntos importantes. Fizemos diversas diligências, e hoje eu fico muito feliz de retornar a esta Comissão tão importante. Realmente, nós temos uma Presidente que atua com muita legitimidade, com muito carinho, com muito afinho, com muita dedicação.

Então, ficam aqui os meus agradecimentos por fazer parte desta Comissão e ter a nossa Vereadora Luciana Novaes como nossa Presidente. Estou aqui, Luciana, para estar junto com você. Vou ficar aqui até o final. Estou um pouco preocupado com a minha bateria, mas eu já pedi que trouxessem uma bateria externa para continuar discutindo este tema tão importante, escolhido por você, para esta Audiência Pública. Então, muito obrigado. Estarei aqui com você nesta Audiência até o final, participando e somando sempre que possível.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Obrigada, Excelentíssimo Vereador.

O SR. VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO – Presidente, façam minhas as palavras do Vereador Adalmir. Deixo aqui registrado o brilhante, e digo até extraordinário, trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo à frente da nossa Comissão. Uma comissão importante, na qual Vossa Excelência vem brilhando, defendendo o direito das pessoas com deficiência. É com grande honra que eu e nosso colega Adalmir fazemos parte desta Comissão sob a sua liderança. Tenho certeza de que o povo do Rio de Janeiro está muito satisfeito observando as suas ações na Comissão e principalmente as suas atuações.

Essas são as considerações iniciais que eu deixo. Vou tentar estar aqui. Boa tarde, Cesar Maia, nosso prefeito.

O SR. VEREADOR CESAR MAIA – Boa tarde, Dr. Carlos Eduardo.



A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Obrigada pelas palavras, Dr. Carlos Eduardo.

Agora, eu gostaria de passar a palavra para o Doutor Pedro Gonzáles.

O SR. PEDRO GONZÁLES – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os integrantes da nossa mesa virtual, em nome da Vereadora Luciana Novaes, a quem eu agradeço o convite para participar desta Audiência Pública.

Vou me apresentar: para quem não me conhece, sou Pedro Gonzáles, defensor público. Na Defensoria Pública, temos o Núcleo de Atendimento da Pessoa com Deficiência (*Nuped*), que eu coordeno. Mais uma vez a gente coloca à disposição a Defensoria Pública para receber as demandas, sejam individuais ou coletivas.

Em razão da pandemia, o atendimento é preferencialmente remoto. Os contatos estão no *site* da Defensoria Pública. Eu queria colocar a instituição, mais uma vez, e meu nome também, o núcleo que eu coordeno, à disposição das mães e das pessoas com deficiência que estão sofrendo com a situação em relação às CRPDs.

Eu me recordo de participar de uma audiência pública há dois anos, se não me engano, organizada também por esta Casa pela Luciana Novaes, tratando deste mesmo assunto, a respeito das CRPD'S, em uma ocasião de fechamento. Infelizmente, uma questão que vem se apresentando cíclica.

E a gente está aí, certamente, com mais um desafio: como prestar esses atendimentos à distância, em uma situação de pandemia? A gente não recebeu, especificamente, nenhuma demanda com relação a isso na Defensoria Pública, e isso mostra a importância do diálogo. A gente não recebeu nenhuma denúncia específica nesse sentido. Estou aqui, então, na Audiência Pública, à disposição para tocar a conversa a partir dos relatos que a gente vai receber agora.

Coloco mais uma vez os nossos contatos à disposição. A gente tem um *e-mail* específico para o nosso núcleo de atendimento à pessoa com deficiência. Qualquer pessoa pode mandar esse contato para lá. O nosso *e-mail* é: nuted@defensoria.rj.def.br. Eu vou pegar aqui o telefone, esse eu não tenho de cabeça. A gente tem um telefone que funciona como WhatsApp, funciona como ligação normal e é o que, preferencialmente, a gente tem usado para o nosso atendimento remoto – a gente tem utilizado o atendimento presencial em hipóteses excepcionais. É 99880-0924. Com esse telefone, esse contato, se você precisar de alguma demanda individual, alguma questão, precisando de alguma ajuda, de alguma assistência jurídica, a Defensoria está à disposição nesses contatos.

Se quiser fazer alguma denúncia também sobre alguma questão coletiva, um CRPD estar fechado ou estar com algum problema, estar suspenso o atendimento, pode fazer a partir desse contato. Como eu falei, a gente está e sempre se coloca à disposição para essas questões. Os contatos já estão no *chat* aí, podem nos procurar nesse número ou nesse *email*. Tanto para encaminhar denúncias quanto para tirar alguma dúvida. Às vezes, também, se a resolução não for com a Defensoria, a gente vai fazer o encaminhamento com certeza, pois está ali pra resolver e tentar fazer o encaminhamento.

A gente intensificou muito esse atendimento remoto durante a pandemia. A Defensoria não parou e, pelo contrário, as demandas têm crescido muito em razão da pandemia. Então, a gente se coloca à disposição e vou acompanhar a Audiência Pública. Mais uma vez, eu agradeço o convite da Vereadora Luciana Novaes e cumprimento os vereadores presentes e demais autoridades.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Agora, para fazer uso da palavra, convido o Doutor Caio Silva de Sousa.

O SR. CAIO SILVA DE SOUSA – Boa tarde, Vereadora Luciana Novaes. Tudo bem? Boa tarde a todos os presentes: Vereador Cesar Maia; os demais vereadores, Professor Adalmir, Dr. Carlos Eduardo também; a Doutora Luciana, o Doutor Pedro e tantas pessoas queridas aqui presentes nesta Audiência Pública.

Queria dizer que é um ponto de preocupação muito grande da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB essa temática dos CRPDs. É uma temática que já vem nos preocupando há muito tempo, não é de hoje. Como a Vereadora Luciana Novaes bem disse na sua fala inicial, é um problema que já vem acontecendo há muito tempo. E queria dizer, como o Pedro também se colocou à disposição, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência também está à disposição.

Nós não paramos os atendimentos. Fizemos, inclusive, neste período pandêmico, algumas atuações pontuais com relação a retorno de aula da pessoa com deficiência antes dos demais, com relação à escolha do respirador na Secretaria de Saúde, não só do município como do estado também.

Então, a Comissão está à disposição. Nosso *e-mail* é cdpd@oab.rj.org.br. Mais uma vez, Luciana, muito obrigado poder participar de mais uma Audiência Pública sobre os CRPD'S. Não é a minha primeira. Eu não estou debutando, mas estou à disposição para o que precisar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Agora, para fazer uso da palavra, convido a Doutora Luciana Direito.

A SRA. LUCIANA DIREITO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereadora, na pessoa da qual eu cumprimento todos os presentes aqui na reunião aqui pelo Zoom, que trata dos CRPD'S.

Pegando o gancho do final da fala do Caio, digo também que já não é a minha primeira vez em Audiência Pública tratando da questão do CRPD'S. Eu sou do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Pessoa com Deficiência.

Com relação aos CRPD'S, o que nós temos a dizer é que já há uma ação civil pública proposta, com uma liminar deferida desde 2018. Essa ação teve uma questão processual, foi para o Tribunal de Justiça, já voltou para a 1ª instância. A gente vem acompanhando essa ação, juntando sempre cada dado ao bojo dessa ação civil pública, cada fato novo coletivo que me é trazido, com o intuito de que seja julgada o mais brevemente possível para a questão dos CRPD'S. O município não se manifestou com relação à contestação e aos últimos documentos que foram juntados pelo Ministério Público.

Enfim, nós também estamos à disposição. Estamos recebendo todas as reclamações, todas as denúncias, juntando as matérias jornalísticas, todos os ofícios que nos são encaminhados. Como essa questão já está judicializada, a gente concentra no Ministério Público, na Promotoria, e junta nessa ação que já existe, no sentido de trazer sempre à tona e para a superfície que a questão, apesar de judicializada, está longe de estar encerrada; porque o município tampouco vem cumprindo a liminar. Já há também uma execução proposta pelo Ministério Público para que se faça cumprir a liminar deferida em 2018.

Eu vou escrever no *chat* o contato da Promotoria. Enfim, se tiverem qualquer dúvida, eu me encontro à disposição. É um prazer, mais uma vez. Infelizmente, a gente continuar discutindo CRPD'S, que é um centro de referência tão importante às pessoas com deficiência, que sempre teve um papel de auxílio às pessoas com deficiência e em que, hoje em dia, a gente vê, infelizmente, a deterioração e o não cuidado por parte dos gestores com esse centro tão importante.

Eu agradeço a participação, agradeço o convite e ressalto a importância de se debater mais uma vez, de continuar insistindo no bom funcionamento dos CRPDs. Eu vou deixar no *chat* o *link* com o *e-mail* da Promotoria e o telefone, porque nós também não paramos durante a pandemia e ainda estamos atendendo remotamente, em razão dos cuidados que são necessários. Então, a questão presencial ainda não foi plenamente regularizada, porém, encontramos-nos à disposição das pessoas que precisarem.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Obrigada, Doutora Luciana.

Eu gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Doutor Rodrigo Barbosa.



O SR. RODRIGO BARBOSA – Uma boa tarde a todos. Estou participando desta Audiência a pedido da Secretária Rosemary, que me pediu que a substituísse, porque ela está impossibilitada, está em outro compromisso.

Eu queria colocar não só a Subsecretaria do Orçamento Municipal como também a Fazenda à disposição de todos. Se quiserem, eu posso colocar aqui, compartilhar com todos o meu telefone pessoal, meu e-mail corporativo, enfim, estamos à disposição de todos para ajudar no que for possível, para auxiliar, orientar no que for possível, está bem?

Vereadora Luciana, é um prazer falar com a senhora.

Mais uma vez, boa tarde a todos, e obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Agora, para fazer uso da palavra, gostaria de chamar o excelentíssimo Vereador Cesar Maia.

O SR. VEREADOR CESAR MAIA – Muito obrigado, Vereadora, esse é um tema muito caro a mim.

Na Constituinte de 1988 foi praticamente o meu tema; depois, eu incluí um dispositivo na Constituição – Art. 37, VIII –, que é a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Na Prefeitura, tive a ocasião de trabalhar em algumas frentes, a Prefeitura tinha um equipado só em Vila Isabel, num acordo com o Ministério da Previdência Social do Ministro Brant. Tivemos um grande equipamento ali, na Presidente Vargas, o atendimento melhorou bastante, fizemos um sistema descentralizado de atendimento de pessoas com deficiência pela cidade toda, especialmente nas comunidades mais pobres, e o nosso trabalho de urbanismo tinha dois vetores, e ambos tinham um princípio básico, que era o da mobilidade, que era o Rio Cidade e o Favela Bairro.

Todos os equipamentos construídos pela Prefeitura a partir daí foram equipamentos que marcaram a prioridade da mobilidade – eu cito as escolas-padrão, que tinham essa questão fundamental de mobilidade.

As pessoas com deficiência, enfim, acho que é um tema que Vossa Excelência retoma e ao qual dá grandeza, agora, na Prefeitura do Rio de Janeiro. Então, eu venho aqui com entusiasmo para aplaudir o seu trabalho, para aplaudi-la e para dizer que se houve alguma descontinuidade, essa descontinuidade está sendo terminada pela sua iniciativa, pela sua coragem e pela sua competência.

Parabéns, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Muito obrigada, Vereador Cesar Maia. Escutar essas palavras do senhor é um incentivo muito grande.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra, agora, a Professora Kalini Andrade.

A SRA. KALINI ANDRADE – Olá, boa tarde a todos.

Eu quero agradecer por esta oportunidade de estar aqui presente e tentar falar um pouquinho com a...

Agradeço à Luciana por esta parceria, por essa sensibilidade de pessoa e de profissional que você é, de ter orientado e de estar sempre presente nesta causa, e ajudando, porque, realmente, a pessoa com deficiência precisa de alguém que tenha voz, que tenha vez, porque é tão difícil nesse meio, principalmente onde moro, onde trabalhava, na Zona Oeste, de ter alguém para, realmente, representar e falar.

Então, eu agradeço estar aqui presente, agradeço por esta oportunidade e agradeço a você, Luciana, sempre por ser essa pessoa, realmente, de sensibilidade e de força.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Muito obrigada.

Nós precisamos realmente dar voz às pessoas com deficiência, lutar para que os seus direitos sejam colocados em prática, para que elas realmente possam ter os seus atendimentos de qualidade... Acessados por todos.

Infelizmente, é um absurdo esse processo que a gente está vivendo em relação aos CRPD e às políticas públicas para pessoas com deficiência.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Alessandra Melo.

A SRA. ALESSANDRA MELO – Oi, boa tarde a todos e todas. Saúdo todos e todas. Dizer que é um prazer estar aqui participando dessa Audiência superimportante.

Eu quero lamentar aqui a ausência de alguém da Secretaria da Pessoa com Deficiência. Isso só mostra... Só prova o que a gente já sabe, esse descaso com a Vereadora, com esta Casa e com as famílias de usuários, famílias de pessoas com deficiência, dos equipamentos de CRPD da Cidade.

Meu filho fez CRPD de Irajá, de 2012 a 2014, e o que mais me impressionou, quando estive lá, quando fui pela primeira vez, foi um serviço público com cara de serviço particular. Porque o CRPD serviu para o meu filho para somar forças com uma unidade que ele já fazia pelo plano de saúde particular. E me surpreendeu a excelência do atendimento do CRPD em todos os quesitos. A manutenção do espaço, a limpeza do ambiente... E, se eu tenho a algo a dizer de negativo lá, era só a antipatia da antiga secretária. Mas isso de ela ser antipática em nenhum momento impediu o andamento com excelência do trabalho que era lá desempenhado por todos os profissionais muito capacitados.

E era assim... Foi muito bom. Foi um período muito bom em que eu vi que construí grandes laços de amizade lá.

Eu quero dizer, assim, que o Crivella... Fui eleitora, acreditei no Crivella, votei nele. E ele se elegeu dizendo que era a hora, que tinha chegado a hora de cuidar das pessoas. E um dos seus primeiros atos à frente da Prefeitura foi tirar a Secretaria e transformá-la numa Subsecretaria.

Ele já mostrou que os mais vulneráveis da cidade eram o que menos importava para ele quando ele fez isso, com a desculpa de que era para reduzir orçamento. Mas a gente sabe que não foi isso.

E, ao criar essa Subsecretaria, ainda fiquei feliz, porque ele convidou o Doutor Geraldo Nogueira, que era uma pessoa cujo trabalho a gente acompanhava e via que ele tinha um desempenho fantástico pela causa da pessoa com deficiência. Mas a sua gestão lá, infelizmente, a gente não pode dizer que foi boa... A gente sabe que foi péssima! Ele compactuou, porque ele estava ali, com o desmonte que foi feito na... Um serviço que tinha uma excelência no atendimento foi decaindo, com a tal da Isabel, que trabalhava com ele – não sei se ainda trabalha, parece que sim. Ela falou lá numa reunião que ela tinha que atender a mais pessoas, diminuindo os horários e agrupando os atendimentos.

Desde esse dia eu me coloquei e falei lá que isso não funcionaria. Não funcionaria, porque aquela criança era uma criança! Como é que se coloca um fonoaudiólogo para atender duas crianças, três crianças ao mesmo tempo com horário reduzido? Não vai dar certo! Como a gente viu aí que não deu certo.

Eu falei isso para ela na Audiência Pública de que ela participou com o então Subsecretário Geraldo, e aí eu fiquei sabendo agora que ele está se pré-candidatando a vereador. Eu não sei como é que ele não se envergonha de se candidatar, depois de uma gestão horrorosa na qual ele “se queimou”. Porque normalmente, quando a gente comete um erro, ninguém lembra dos nossos acertos. Ele errou com pessoas mais vulneráveis. Então, é muito triste isso.

Para finalizar, eu quero agradecer à Vereadora Luciana Novaes por este espaço, por abrir a oportunidade para a gente, mas eu preciso aqui falar, aproveitar a oportunidade, porque sei que tenho muitos seguidores, muitos amigos que me seguem.

Hoje, a gente, lamentavelmente, foi surpreendido com mais um escândalo de corrupção na nossa cidade. A gente tem mais um governador afastado, e eles não se cansam de passar vergonha, infelizmente! E a gente está em um ano eleitoral.

Eu queria pedir a todo mundo que prestasse muita atenção em quem vocês vão votar. Queria pedir, principalmente aos cristãos assim como eu, para não se deixarem enganar, porque a gente está vendo aí mais um pastor sendo preso. A gente teve o escândalo de uma outra pastora que assassinou o marido. Pelo amor de Deus, gente! Não misturem a política à religião! Porque isso não funciona! A gente está vendo aí o desastre que está sendo a condução da pandemia no nosso país porque a gente acreditou, mais uma vez, nos nossos pastores. Chegou a hora de a gente mudar isso!

Vejam os parlamentares! Votem no vereador que está com vocês desde o início! Acompanhe o trabalho do seu vereador. Veja o vereador que trabalhou de verdade pelo povo e não pelo seu interesse! Porque a gente acompanha aqui, nas audiências públicas de Educação, tem vereador que





nunca esteve em audiência pública e, neste ano, vários estão! Por que é assim? Porque todo mundo neste ano quer mostrar serviço.

Agora é o momento de a gente acompanhar realmente aquele que votou a favor de você! Lembre-se daquele vereador que votou para aumentar o IPTU da sua casa. Eles votaram a favor de um Governo que não fez nada pela gente! Ele não fez nada pela população! Ele só fez favorecer o pessoal do seu núcleo! Mas a população está aí com as Clínicas da Família abandonadas, os postos de saúde sem remédios, e faltam médicos.

Prestem atenção em quem vocês vão votar! Não votem em pilantras! Votem em pessoas que têm compromisso com o povo, com o coletivo, e não com interesses individuais!

Era isso que eu queria deixar aqui e agradeço, Luciana, pelo convite. Obrigada. Eu espero que tudo se resolva aí para a nossa cidade. É o que eu espero e tenho fé.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu é que agradeço, Alessandra, por você ser sempre essa pessoa combativa na luta pelos direitos da pessoa com deficiência nos ajudando sempre na caminhada.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Jeane da Silva Paula.

A SRA. JEANE DA SILVA PAULA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de me identificar. Eu sou a Jeane, mãe da Natália, que tem paralisia cerebral. Neste momento, a gente vem atravessando dificuldades porque os CRPDs estão fechados por conta da pandemia. Os funcionários vinham dando atendimento *on-line* para a gente e continuam, na medida do seu possível, mas a gente fica indignada com tudo que vem acontecendo.

O que já vinha acontecendo antes da pandemia, que era a falta de manutenção e de cuidado com os centros de reabilitação, piorou. Os aparelhos estão todos sucateados – como eles gostam de chamar – tanto nos equipamentos quanto nas contratações de pessoas sem capacitação para administrar e fazer a gestão, como a Dona Isabel, que não entende nada da parte administrativa, senão ela não deixaria que o aparelho ficasse do jeito que está. Isso já vem há anos! Juntem-se a isso os secretários da pasta de pessoas com deficiência, que são pessoas totalmente despreparadas para levar e administrar um aparelho tão importante para a vida e para a autonomia dessas pessoas com deficiência.

O que acontece? Nós já estávamos com ele funcionando pelo amor dos funcionários, mas sem condição nenhuma da Prefeitura, sem apoio nenhum da Prefeitura e, agora, com a pandemia, piorou tudo. Os funcionários, além de estarem trabalhando desmotivados, ainda estão sem pagamento. A gente vê o seguinte: na parte humana, todo mundo que trabalha, trabalha porque precisa trabalhar. Ninguém trabalha porque é gostoso trabalhar ou por esporte. A pessoa executou um trabalho, ela tem que ser remunerada por aquele trabalho que ela fez com excelência.

Então, é uma falta de respeito muito grande e, em contrapartida, nós temos um desrespeito muito grande do Seu Prefeito, porque nós temos uma lei federal em que o Poder Público fica obrigado a fornecer o serviço de reabilitação e habilitação, onde hoje nós temos 25% dos cariocas com algum tipo de deficiência e 3% só de equipamentos que fornecem reabilitação.

E nós ainda estamos com ameaça de que seja fechado o CRPD de Santa Cruz. Todos os outros aparelhos que têm aberto estão funcionando remotamente. Vão começar a funcionar a partir da próxima segunda, 1º de setembro, e só Santa Cruz que não. Os funcionários de Santa Cruz foram alocados para Campo Grande e outros lugares – por que a gente não sabe, não tem explicação. A gestora Isabel Gimenez não fala com ninguém, não nos dá explicação, e não estamos pedindo favor, não, entendeu? Isso é um direito nosso. É o dinheiro dos impostos, tirado da nossa mesa, que faz o pagamento de toda essa máquina aí, que funciona.

Então, o que acontece? Nós não recebemos satisfação nenhuma, de nada. Nós estamos usando o serviço, honramos as nossas obrigações e, em contrapartida, a Prefeitura não nos honra, não nos explica nada. Isso aí não é uma carreira, isso aí é um cargo eletivo, para o qual confiamos nele como gestor do município, e ele está traindo o povo. Está faltando

reabilitação, está faltando transporte, está faltando manutenção na Cidade do Rio de Janeiro inteira, está faltando saúde, está faltando educação, quer dizer, está faltando tudo. E não tem nem ninguém da Prefeitura nem da Secretaria para responder o que ele está fazendo sentado na cadeira, recebendo o salário dele, de um cargo de confiança, que colocamos para ele exercer.

A minha palavra é essa, o que eu queria deixar. Muito obrigada a todos e à Luciana.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Muito obrigada, Jeane.

A SRA. KALINI ANDRADE – Boa tarde, Luciana. Eu queria ter mais uma palavrinha, se possível, porque eu também estou me retirando, mas eu gostaria de complementar essa fala dessas mães.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Pode ir, Kalini.

A SRA. KALINI ANDRADE – Ok, Luciana. Muito obrigada. Porque realmente eu tenho que me ausentar. Eu faço terapia hoje, em psicologia, porque, desde 2017, quando o Crivella assumiu, que os CRPDs... E eu falo com a certeza, porque eu vivi dentro do CRPD como profissional de educação física desde 2012, quando inaugurou o CRPD de Santa Cruz, e desde 2017, quando o Crivella assumiu, nós nunca mais tivemos realmente um *feedback* claro da Secretaria da Pessoa com Deficiência com relação aos profissionais.

Desde então, os profissionais que trabalham lá não tiveram a reincidência dos salários atrasados. Então, a saúde mental também desses profissionais... eles foram prejudicados e isso afetou, não tem como não dizer, afetou no tratamento da pessoa com deficiência.

A gente sabe da dificuldade dessas pessoas procurarem atendimentos, procurarem tratamentos de reabilitação, terapias que não tenham custo. E é difícil a movimentação dessas pessoas de saírem de suas casas, e ainda mais em situações de risco ou então em locais que realmente têm a dificuldade de sair, para lugares muito longe para buscarem terapias gratuitas.

Então, o CRPD de Santa Cruz realmente é um local de referência, com ótimos profissionais, mas em 2018 foi quando começou a ter as dificuldades de pagamento de salário. E o fechamento do CRPD. A gente teve crianças que tiveram retrocesso na sua reabilitação. Então, até o retorno... Eu dou graças a Deus, porque essas mães lutaram, as Mães Sem Fronteiras, a Jeane e a Regina, com que eu tenho realmente um contato direto, e vocês, que realmente levantaram essa bandeira e puderam fazer com que o CRPD de Santa Cruz reabrisse as portas para continuidade desse tratamento de reabilitação.

Os profissionais realmente estão lá. Estão, neste momento, com os salários atrasados. Eu fui demitida, sem justa causa, neste período de pandemia. Até hoje não sei realmente a causa. Mas eu queria deixar, assim, muito claro: hoje a Secretaria não dá esse suporte e esse *feedback*, claro, para os profissionais.

E, portanto, as pessoas que têm o atendimento, lá, não só as pessoas com deficiência, mas os responsáveis por elas – os pais, as mães, e as pessoas que levam – também têm esse tratamento lá dentro. Porque eles também precisam. Eles têm uma carga muito grande, no seu dia a dia, de bater nas portas e ter muitas respostas negativas. E, lá, eles têm a equipe, têm o carinho dessa equipe toda. Eu digo desde o coordenador, realmente, até as pessoas da limpeza, todo mundo tratando com o maior carinho, o maior amor.

Então, lá, realmente, é uma equipe que mostra o trabalho, que mostra resultados positivos. E ele não merece ser fechado. A pessoa com deficiência não merece aquele equipamento com falta de materiais, com essa preocupação toda de toda hora fechamento. Então, precisa, realmente, de uma atenção especial. Porque essas pessoas precisam. As crianças precisam. Os adultos precisam.

E essa nossa Secretaria da Pessoa com Deficiência não tem se mostrado verdadeira perante toda essa situação. Então, todos têm sofrido. E a pessoa com deficiência acaba sofrendo ainda mais esse descaso, que





reflete nessa qualidade de vida, dessas pessoas, que tanto precisam. E ali se encontram grandes profissionais. E se encontra realmente um trabalho de excelência.

Então, muito obrigada pela fala. Eu coloco fé, mesmo, em todo esse seu trabalho, dessas mães. Eu falo, realmente, assim: tem que levantar a bandeira, tem que ter vez, tem que ter voz. E tem que lutar mesmo. Porque realmente é um local que atende a pessoa com deficiência com excelência. E elas precisam para essa reabilitação, para essa qualidade de vida, para que ela possa ser reinserida nesta sociedade que tanto exclui, não é?

E a gente vê, também, dentro das escolas. Fala-se sobre inclusão, mas não é feito, realmente, o papel da inclusão. Então, o que está sendo feito também, agora, não é papel da inclusão dessas pessoas com deficiência. Porque todo mundo tem sofrido. Então, vamos lutar, sim.

Obrigada, Luciana. Regina, um beijo. Jeane, um beijo. Obrigada a todos pelo carinho. Mas fiquem na paz. E a gente vai se encontrar aí na frente. Porque eu sou uma delas, que estará, sempre, reerguendo essa bandeira da pessoa com deficiência. Está bem?

Um beijo e boa tarde a todos. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu que agradeço, Kalini, pelo seu trabalho de excelência com as pessoas com deficiência.

É lamentável, é uma falta de respeito que o Secretário Marco San não tenha se dado nem o trabalho de estar aqui presente para discutir esse tema tão importante.

A Prefeitura tem que entender que as pessoas com deficiência são pagadores de impostos como todas as pessoas. E isso que eles dão não é um favor. É um dever. É um direito das pessoas com deficiência.

O dever da Prefeitura é fazer esse trabalho de atendimento com excelência. Infelizmente, isso não está sendo feito desde o começo da Gestão Crivella. Então, nós precisamos estar aqui cobrando e precisamos cobrar principalmente do atual Secretário todas as perguntas que estão sendo feitas aqui, todas as colocações. A Subsecretária também poderia estar aqui representando a Secretaria, a Subsecretária Isabel Gimenez, então é lamentável. Eu tentei me comunicar através de email, através do WhatsApp, através do telefone e não obtive resposta de nenhuma parte da Secretaria, nem da Prefeitura.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Patrícia Stepple.

A SRA. PATRÍCIA STEPPLE – Boa tarde, Vereadora Luciana Novaes, boa tarde a todas e todos que estão presentes.

Primeiramente, queria deixar o meu repúdio à falta da presença da Subsecretária Isabel Gimenez. Eu acho que, no mínimo, ela teria que estar aqui para nos dar satisfação, uma vez que ela já está dentro da Subsecretaria, porque ela era chefe de gabinete do antigo Subsecretário e hoje ela é Subsecretária, então ela poderia estar aqui, no mínimo, nos dando uma satisfação e respeitando esta Casa, respeitando a Vereadora e respeitando os pais que estão aqui presentes.

Então, como a Jeane mesmo já disse aqui, as pessoas com deficiência representam 25% das pessoas no nosso Município do Rio de Janeiro. Então, eu acredito que o Prefeito, a Subsecretaria, a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Tecnologia deveriam olhar para essa parte da população com um pouco mais de respeito e carinho.

Eu sou mãe do Joaquim. O Joaquim tem cinco anos e meio. O Joaquim foi usuário do CRPD de 2015 a 2018. Então, eu participei das duas gestões, da gestão do Prefeito anterior e do Marcelo Crivella, e existiu uma grande diferença no tratamento com a pessoa com deficiência. Este Prefeito atual, que disse que cuidaria das pessoas, nunca cuidou das pessoas, muito menos das pessoas com deficiência.

Então, quando uma gestão decide que ela não vai investir numa parte da população, ela simplesmente está assumindo que não está nem aí para essa parte da população que são as pessoas com deficiência. Então, eu pergunto: que tipo de política é essa, que tipo de político é esse que não está nem aí para as pessoas com deficiência, que não respeita as pessoas com deficiência, que inclusive não mandou nenhum representante aqui para nos responder a tudo isso?

Quero dizer a toda população, não só aos familiares das pessoas com deficiência, não só as pessoas com deficiência, que essa luta, gente, não

é uma luta só nossa, só das famílias: isso é uma luta da população em geral. A gente não tem que achar que o problema do negro é só do negro, que o problema da mulher é só da mulher, que o problema da pessoa com deficiência é só da pessoa com deficiência. Nós precisamos nos unir! Enquanto não houver união e respeito, vai ter sempre uma parte da sociedade excludente, e é o que estão fazendo agora com as pessoas com deficiência.

Esta gestão: eles não respeitam as pessoas com deficiência; os equipamentos estão se deteriorando; as pessoas não têm atendimento decente desde o início desta gestão; é um total desrespeito. Então, eu gostaria que este Prefeito tivesse um pingão de vergonha na cara e não fosse candidato à reeleição. Porque se ele não respeita a população, se ele não respeita as pessoas com deficiência, ele não tem o nosso respeito.

Pessoas, pensem em quem vocês vão votar, ano de eleição. Esta Casa mesmo, aqui, só estão presentes a Vereadora Luciana Novaes, os outros vereadores da Comissão e o Vereador Cesar Maia. Onde estão os outros vereadores? Eles estavam nas outras audiências públicas. Por que no caso da pessoa com deficiência eles não estão? Esses vereadores desta Casa, que é chamada “Casa do Povo”, foram eleitos pelo povo para trabalhar para o povo. Pessoas com deficiência são pessoas do povo. Onde estão os demais vereadores, que não estão aqui para nos apoiar e, no mínimo, para nos respeitar, respeitar nossa presença e apoiar a Vereadora Luciana Novaes nesta luta?

Então, é isso. Luciana, eu quero te agradecer a oportunidade, agradecer a você por ser incansável nesta luta, por não nos abandonar, não nos deixar sozinhos. Você é uma parte muito importante de toda esta luta. E, sem você, eu não sei o que seria das pessoas com deficiência neste Município do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu é que agradeço, Patrícia, pela tua presença aqui nesta luta das pessoas com deficiência. Eu digo que, infelizmente, as pessoas com deficiência ainda são invisíveis aqui no Rio de Janeiro, ainda são invisíveis a nossa sociedade.

A Secretária de Fazenda Rosemary não pode estar presente, mas ela mandou o Subsecretário Rodrigo Barbosa para representá-la aqui. Então, nós temos a Secretaria de Fazenda para dialogar. Mas cadê a Secretaria de Pessoa com Deficiência para dialogar conosco? Infelizmente, ela não está aqui presente.

Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra agora a Regina Coeli.

A SRA. REGINA COELI SANTOS DA SILVA – Boa tarde a todos. Muito obrigada, Luciana, pela oportunidade e a todos os presentes.

Eu quero demonstrar a minha indignação com o Senhor Marco San e a Senhora Isabel Gimenez pela falta de respeito conosco neste momento. Eu sou mãe da Laís, do CRPD de Santa Cruz. Nós estamos lá há seis anos e, na gestão passada, o CRPD, como a Alessandra falou, era um exemplo de centro, parecia de primeiro mundo.

A partir do momento em que entrou a nova gestão, primeiro teve o fechamento do CRPD, os equipamentos estão todos se deteriorando. Eu estive lá, o mato está alto, está com um aspecto horrível. Fora a falta de respeito com os funcionários, principalmente os da limpeza, ficaram 10 meses sem receber salários. E, a partir do momento que foi anunciada esta Audiência Pública, entraram uns seis salários. Ainda falta o restante dos salários. Pessoas sendo despejadas das casas. Nós fizemos agora uma arrecadação de cestas básicas para esses funcionários.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Regina, a sua *internet* está muito instável. A gente não está conseguindo te escutar direito. Eu vou perguntar (...) e depois retorno a palavra para você. Pode ser?

A SRA. REGINA COELI SANTOS DA SILVA – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Não, ainda não.

A SRA. REGINA COELI SANTOS DA SILVA – Vou ver se... alguma coisa aqui.





A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Desliga o seu vídeo para a gente fazer o teste para ver se melhora. Fica só com o áudio.

A SRA. REGINA COELI SANTOS DA SILVA – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Melhorou.

A SRA. REGINA COELI SANTOS DA SILVA – Então, os funcionários estão há 10 meses sem receber. Nós fizemos até uma arrecadação de cesta básica para as mães, do CRPD para eles. Eles estão sendo despejados. A conta de luz e água ninguém consegue pagar. Os técnicos também ficaram três meses sem receber. Receberam um salário, mas ainda falta muita coisa.

É uma falta de respeito conosco e com as crianças. Nós já estamos num período tão difícil, esse período de pandemia. E os funcionários não deixaram de trabalhar um segundo, até mesmo fora dos seus horários. E, também, eles tiraram a integração que tínhamos. Era a primeira avaliação quando chegávamos ao CRPD e nós apresentávamos o laudo médico. Quando eu entrei, nós tínhamos neurologista.

Uma coisa que eu acho um erro: eles não são doentes para receber... eles precisam de tratamento contínuo... Por que não fazem uma ponte, quando você chega ao seu limite de terapias? Para fazer uma ponte com as vilas olímpicas... a falta de recursos... a alfabetização para essas crianças tem que ser sem limites. Nós precisamos muito do Poder Público.

Estamos com você, Luciana. Principalmente, os vereadores e as autoridades presentes para que o Ministério Público possa nos ajudar. Porque essa é a pior lição do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Regina, a sua *internet* continua bem instável. Estamos ouvindo com muita dificuldade. Nós não estamos te ouvindo, Regina.

Enquanto isso, eu gostaria de perguntar ao Doutor Rodrigo Barbosa por que muitos profissionais da limpeza do CRPD de Santa Cruz ficaram 10 meses sem receber seu processo, por estar há meses na central de liquidação da Secretaria de Fazenda.

O SR. RODRIGO BARBOSA – Boa tarde, Vereadora.

Enfim, só para esclarecer, a gestão orçamentária de cada pasta é feita pela própria pasta. E, nesse caso, a liquidação é uma etapa da execução orçamentária que é feita na Controladoria.

Essa Central de Liquidação é uma área da Controladoria Geral do Município (CGM). O que aconteceu aqui durante um período, um breve período de tempo, logo após o início da pandemia, é que houve uma modificação na tramitação dos processos que eram encaminhados para a Central de Liquidação da Controladoria, que, antes de serem liquidados, eles passavam pela Fazenda para uma análise prévia no sentido de priorizar, ou, digamos – um termo que a gente pode usar –, racionalizar os gastos diante da indisponibilidade ou insuficiência financeira, que não correspondia à disponibilidade orçamentária.

Então, o que acontecia: existia orçamento, mas as projeções por conta da pandemia, começamos a fazer uma série de análises e estudos e chegamos à conclusão de que, em função da pandemia, a arrecadação não se confirmaria, a arrecadação estimada para o ano não seria confirmada. O município vai receber menos do que estava projetado. Então, isso demandou uma ação da nossa parte. Foi feito, em julho, um contingenciamento do orçamento, até por determinação do Tribunal de Contas, ou seja, contingenciamento para adequar o orçamento à nova realidade financeira do município. Mas, para se fazer esse trabalho de contingenciamento, isso leva um determinado tempo. A gente não queria fazer alguma coisa, digamos, um contingenciamento linear.

Então, a gente fez duas semanas de reuniões, durante as quais a situação fiscal do Município do Rio de Janeiro foi apresentada para cada um dos órgãos. Todos os órgãos foram convidados a participarem das reuniões. A situação fiscal do município foi apresentada para cada um deles. E foi informado que alguma medida deveria ser adotada para poder tentar mitigar os efeitos da pandemia.

E essa medida – uma delas, no caso –, essa, especificamente, de contingenciamento, a medida de controle de gastos, tanto de custeio quanto de investimento, foi feita depois. Até que esse contingenciamento pudesse ser feito, foi adotada essa tramitação adicional, ou seja, os processos estavam na Central de Liquidação, eles passaram pela Fazenda, para poder priorizar aquilo que era mais importante.

Então, digamos, a ideia era justamente convencer os órgãos, orientar os órgãos no sentido de: “Olha, a situação é extraordinária, exige medidas extraordinárias”. Uma dessas medidas é justamente racionalizar os gastos.

Enfim, a Central de Liquidação da CGM, da Controladoria Geral do Município, recebe uma quantidade muito grande de processos. Veio a pandemia, a gente teve de adotar isso, mas que foi, digamos, um artifício temporário. Imediatamente após o contingenciamento do orçamento, o fluxo voltou ao normal.

Então, enfim, essa explicação que dei, aliada à primeira coisa que falei, que a gestão orçamentária, ou seja, a execução do orçamento cabe ao próprio órgão, acho que talvez esclareça parcialmente a dúvida que a senhora tem.

Infelizmente, não tem como eu falar por que funcionários de um prestador de serviço da Secretaria ficaram 10 meses sem receber. Infelizmente, eu, como Subsecretário do Orçamento, ou a própria Fazenda, ou qualquer pessoa na Fazenda, a gente não tem, digamos, condições de responder isso para a senhora.

Entendo que essa resposta deva ser dada pela pasta, quer dizer, imagino que algum problema tenha acontecido, enfim. Mas o que a Fazenda pode dizer é que, no caso específico, em resposta à sua pergunta, é que a Central de Liquidação não é da Fazenda; é uma estrutura dentro da Controladoria Geral do Município e, durante um breve período, houve uma tramitação adicional em que os processos da ... Central de Liquidação ... passavam ... antes de que fosse feita uma análise, no sentido de racionalizar os gastos, diante dos impactos negativos no caixa, provocados pela pandemia.

Espero ter sido claro. Me desculpe se eu me estendi demais, mas continuo à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Assim, o que eu não consigo entender mesmo é por que, com o problema da pandemia, o Prefeito começou a fazer reformas em algumas praças e não priorizou o pagamento dos funcionários, porque os funcionários têm famílias e estavam trabalhando. *Então, eles precisavam desse salário. E quem prioriza-va esses pagamentos?*

O SR. RODRIGO BARBOSA – Se me permite complementar a minha resposta, o trabalho que foi feito na Fazenda considerava, obviamente, os processos que eram encaminhados para liquidação. Então, dentro do universo de processos que foram encaminhados para a Controladoria para a devida liquidação, esse era o universo de processos que era, digamos, analisado pela equipe da Fazenda. Então, eu não consigo agora, eu não tenho como precisar se havia processos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia (SMDT). Enfim, eu não tenho como levantar isso. O que eu posso dizer é que, se o processo estava na fila para liquidação, ele passou por essa análise prévia da Fazenda. É isso o que eu posso dizer.

Espero, enfim, que eu tenha esclarecido qualquer outra dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, a Senhora Nádia Maria Silva.

A SRA. NÁDIA MARIA SILVA – Oi, gente. Vocês conseguem me ouvir bem? Boa tarde.

Primeiramente, eu quero agradecer à Vereadora Luciana Novaes pela oportunidade de, mais uma vez, estar, de certa forma, abrindo as portas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, fazendo com que nós tenhamos voz, para que a sociedade nos escute.

Eu vou me apresentar e tentarei ser breve. Meu nome é Nádia e eu sou mãe da Lorena. A minha filha tem a síndrome congênita do zika vírus. Eu



faço parte da direção da Associação Lótus. A Lótus é uma associação que acolhe crianças tanto com a síndrome do zika quanto de outras neuropatias também.

A minha filha foi usuária do CRPD de Irajá, de 2017 a 2018. Quando iniciamos os atendimentos na unidade, lá era um local de excelência, como as outras mães relataram. A minha filha fazia atendimento no serviço público e, depois, eu comecei a fazer no particular. Porém, eu não saía do público, porque era um serviço de excelência.

Aí, nós viemos sofrendo... A promotora Doutora Luciana Direito me conhece também, porque nós fomos lá, junto com a equipe da Luciana, levar nossa demanda para ela, junto com as mães também, de Santa Cruz. Levamos para ela a nossa dificuldade, a nossa insatisfação, diante de tanta falta de respeito por que nós estávamos passando no período de 2018. Ela nos acolheu muito bem, foi muito solícita conosco, abriu o processo, e nós ficamos acompanhando.

A unidade foi fechada e conseguimos, diante de muita luta, com apoio da Vereadora Luciana Novaes, abri-la. Aí, a gente foi percebendo, cada vez mais, a decadência em relação aos atendimentos. Nós relatamos, inclusive, além da falta de pagamento dos profissionais, na época, a falta de manutenção. Os equipamentos ficavam num calor absurdo – você sabe que aqui no Rio faz um calor tremendo – e nós íamos para os atendimentos com as salas sem ar-condicionado, com os aparelhos de ar-condicionado sem passar, havia bastante tempo, por uma manutenção.

Quando, inclusive, a unidade voltou a funcionar, voltou a reabrir, nós tínhamos um bebedouro funcionando. Na verdade, nós não tínhamos nenhum, nós tínhamos que levar água de casa, tanto os profissionais quanto os usuários. Depois de muita cobrança – eu tenho o contato do, na época, Subsecretário Geraldo Nogueira, e eu ficava mandando *e-mail*, ficava mandando mensagem para ele, solicitando que tomasse as providências –, depois de muita insistência, nós conseguimos que se consertasse um bebedouro. Mas quem dera essa fosse a nossa única dificuldade.

Com tantos problemas que nós estávamos enfrentando, eu tive que tomar uma dura decisão de retirar a minha filha daquela unidade. Então, a minha filha acabou saindo de lá. Porém, eu ainda tenho contato tanto com o pessoal da administração no CRPD de Irajá quanto com algumas mães também. O fato de eu não estar mais lá, de a minha filha não usufruir desse serviço, não significa que eu não venha a acompanhar. Muito pelo contrário: sempre estou buscando saber como está o funcionamento. Porque, como a Patrícia falou, a luta não é somente de quem usa desse serviço público: a luta é de todos nós.

Então, nós, da Associação Lótus, também enfrentamos uma dificuldade muito grande, porque a gente não tem para onde encaminhar as crianças, as que têm a síndrome do zika principalmente. Nós, que somos pais, sabemos que as demandas dos nossos filhos são muito grandes. Eles não precisam apenas de um único acompanhamento; eles precisam de atendimento multidisciplinar. A gente tem crianças de quatro a cinco anos que, até hoje, não conseguiram passar por uma fonoaudióloga. Em consequência disso, dessa falta de intervenção terapêutica, essas crianças acabam se submetendo a uma cirurgia de gastrostomia, tendo que se alimentar pela gastro, por falta de uma intervenção de uma fonoaudióloga. Isso eu vivi na pele.

Na época da Audiência Pública que nós tivemos em 2018, eu relatei o que estava acontecendo com a minha filha, que ela começou a engasgar com a própria saliva. Para muitos, isso pode não ser nada, mas, para mim, aquilo era demais e eu tive que tomar as devidas providências. E me entristece saber que ela não era a única e que muitas outras mães não conseguem ter recurso nenhum para oferecer outro tipo de atendimento que não seja no serviço público.

Também estive em uma reunião na Procuradoria da República, em 2018, no final de 2018 – não tenho em mente a data, porque são muitas coisas –, com representantes do Instituto Fernandes Figueira, com representantes da Rede Sarah. E a Cida Vidon, na época coordenadora de reabilitação da pessoa com deficiência, falou para mim que as unidades dos CRPDs não tinham fechado. Esse foi um motivo de grande indignação da minha parte. Eu ainda rebati a fala dela. A promotora me pediu para ter calma, que ela me entendia. Mas eu falei: “Gente, é um absurdo”. Eu falei: “Eu tenho fotos da unidade fechada”, e ela ficou querendo teimar

comigo. Eu achei uma falta de respeito tremenda, uma falta de respeito absurda. Diante de tanta luta que a gente viveu durante 2017 e 2018, você ter a oportunidade de estar em uma reunião, e um representante – que devia lutar junto com você por melhorias – meio que desmente você. Isso é muito triste.

Inclusive, ela propôs que eu me deslocasse com a minha filha da Pavuna. A minha filha ainda não anda. Ela propôs que eu me deslocasse para uma unidade no Maracanã, porque lá tinha vagas ociosas. Eu detesto essa palavra “ociosas”, exatamente por esse motivo. Porque, quando a gente vai para reuniões, as pessoas têm esse hábito de falar que tem vagas ociosas. Mas quando a gente vai lá, nessas unidades, a gente dá com a cara na porta. Porque, assim como o CRPD não recebe mais crianças, nessas outras unidades a gente sabe que não tem. A gente sabe que não tem e a gente vai fazer o quê? A gente vai deixar os nossos filhos regredindo em casa?

Porque o que a gente percebe é que, com a interrupção desses atendimentos dos CRPDs, as crianças, os usuários de um modo geral – porque lá também eram atendidos idosos, pessoas que tiveram AVC... A gente sabe que existe, com essa descontinuidade dos atendimentos, uma perda muito significativa no desenvolvimento dessas pessoas que passam por esse processo de reabilitação. Então, a gente realmente precisa estar unido, lutando sempre por melhorias.

Eu vou tentar não me estender muito. Eu quero aproveitar para reforçar o que a Alessandra e a Patrícia também falaram, para que nós pensemos com seriedade, pensemos com responsabilidade sobre quem vamos colocar na Câmara Municipal e na Prefeitura do Rio de Janeiro. A gente não pode permitir que o nosso lado seja pessoal, seja religioso... A gente não pode deixar que o nosso lado espiritual seja além do nosso lado racional. Não é porque uma pessoa fala que é crente, católica – enfim, de qualquer religião que seja –, que significa que ela seja uma boa pessoa. Infelizmente, nós tivemos essa má experiência com o atual Prefeito Marcelo Crivella, que se diz ser uma pessoa evangélica, que não teve o mínimo de respeito, o mínimo de consideração, o mínimo de humanidade, principalmente com as pessoas com deficiência.

Eu me lembro de quando nós fizemos uma manifestação em frente à Prefeitura – a Vereadora Luciana Novaes estava lá com sua equipe, também as mães do CRPD de Santa Cruz estiveram lá. Nós ficamos lá durante um tempão, e ninguém, absolutamente ninguém, desceu para falar com a gente para dar satisfação nenhuma. A mesma coisa acontece hoje. Infelizmente, a gente não tem a participação da Subsecretária, a gente não tem a participação de um Secretário, então a gente percebe que o tempo infelizmente passou e que nada mudou; muito pelo contrário, as coisas têm piorado.

Mas eu quero deixar claro que, dependendo de mim e dependendo de muitas outras mães, eu tenho certeza de que as coisas não ficarão da forma como estão. Enquanto forças eu tiver, eu luto pela minha filha, para que sejam garantidos os direitos dela, o direito das famílias que eu represento na Associação e de tantas outras crianças e pessoas com deficiência que eu conheço.

Eu peço encarecidamente que as pessoas pensem, reflitam, analisem com cautela. Tem gente que fala que não gosta de se envolver com política; eu também não gostava, mas infelizmente eu vejo que isso é uma necessidade. Então, eu peço que a gente reflita com responsabilidade e com muita cautela nas pessoas que nós elegeremos.

Muito obrigada, Luciana. Obrigada à promotora Doutora Luciana Direito. Obrigada a todos que se fazem presentes, a todos que estão nos assistindo, e vamos juntos nessa luta. A minha filha nasceu com uma deficiência, a Luciana adquiriu a deficiência dela já na fase adulta, então a gente precisa se sensibilizar, ter empatia, se colocar no lugar do outro, e juntos nós somos muito mais fortes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Nádia, eu que agradeço. O trabalho que vocês fazem pela Associação Lótus é de excelência com as pessoas oriundas do zika vírus. Então, é o que eu sempre digo: nós precisamos sempre seguir. Como você falou, juntos somos mais fortes.

Eu queria ler um comentário que deixaram no YouTube, um comentário da Fabiana, mãe do Ian, que diz que está muito chateada com a





situação dos funcionários do CRPD e questiona se o seu filho ficará sem atendimento, pois não terá mais psicomotricidade, capoeira e oficina de criação. Eu também gostaria de ler o comentário do Fábio Pereira, que diz: “Meu filho é autista e assistido pelo CRPD de Vila Isabel. Os profissionais são muito esforçados, mas a Prefeitura anda degradando as salas, não tem mais psicomotricista”. Gostaria de ler também o comentário da Iolanda, porque o filho dela também é atendido no CRPD de Vila Isabel, e ela diz: “Profissionais comprometidos com as crianças e adolescentes, mas a atual administração é omissa, negligente e usurpadora, corta verba de serviços emergenciais”.

A gente tem visto nesses comentários que os profissionais se esforçam o máximo que podem e, infelizmente, quem não faz a sua obrigação é a Prefeitura, deixando esses funcionários sem pagamentos, deixando esses locais ficarem sucateados.

Eu gostaria de chamar agora, para fazer o uso da palavra, a Marta. Marta, se você conseguir ligar o microfone...

O SR. VEREADOR CESAR MAIA – Vereadora, eu peço desculpas, mas agora tenho que ir para a minha fisioterapia. Muito obrigado pela participação.

Às ordens, sempre.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu que agradeço, Vereador, por sua participação aqui conosco. Muito obrigada.

Gostaria, enquanto a Marta se prepara, de retornar a palavra à Patrícia. Ela gostaria de concluir uma parte da sua fala.

A SRA. PATRÍCIA STEPPLE – Luciana, deve ter havido algum equívoco. Não fui que quem pediu a palavra. Deve ter sido outra pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Desculpe.

A SRA. PATRÍCIA STEPPLE – É a Alessandra que quer falar.

A SRA. ALESSANDRA MELO – Eu queria dizer que a gente tem muita coisa para falar, mas o tempo é curto.

Existem funcionários que ficaram até 10 meses sem receber salário, o que é um absurdo. Os funcionários trabalharam! Como é que a pessoa paga conta, aluguel, come, sem receber 10 meses de salário? É uma coisa tão triste isso, tão vergonhosa! Você submete a pessoa a quê? A nada. Porque uma pessoa dessas não tem nem direito, numa época de pandemia, a um auxílio emergencial, porque tem vínculo empregatício. E a pessoa fica como? Totalmente desassistida. Muitos são despejados. E a gente ficou sabendo que ontem eles pagaram o salário porque hoje teria Audiência Pública, para a gente não ter o que dizer. Isso não é justo! Isso é uma coisa recorrente que vem acontecendo desde que o Crivella assumiu a Prefeitura.

Então, assim, não há renovações duradouras de contrato. Entra ONG, sai ONG; entra OS, sai OS; e vão deixando os funcionários todos desesperados. E outra: demitiram a equipe gestora de Irajá. A gente ficou sabendo que eram pessoas que trabalhavam há anos lá! Estavam lá desde o início e sempre desempenharam um bom papel, entendeu? Porque, infelizmente, existe essa dança das cadeiras com aqueles que não se alinham ao joguinho político deles.

Eu queria completar que é um repúdio, é nojento isso que eles fazem. Eles têm a coragem de deixar as pessoas desassistidas e demitir por perseguição política as pessoas que se posicionam por uma melhoria. Porque uma pessoa que trabalhou no CRPD desde o início e sabe como as coisas funcionavam com excelência só quer o mínimo para poder trabalhar. E, hoje, nem esse mínimo direito é dado às pessoas, porque atrasam salário. Vale ressaltar que os profissionais ficaram em casa fazendo atendimento com a sua *internet*, mesmo com seus salários atrasados, entendeu?

Ainda há profissionais que não podem se manifestar, nem mesmo numa *live*, porque são demitidos. É muita cara de pau dessa gestão aí, dessa Secretaria. E esse cara, esse Secretário, não aparecer para botar a cara aqui e nem mandar nenhum representante... É uma falta de respeito tamanha, não só com a Casa como com todas as autoridades que aqui se fazem presentes. Era isso que eu queria dizer.

Obrigada pela oportunidade, Luciana.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Jeane, você pediu a palavra?

A SRA. JEANE DA SILVA PAULA – Eu queria perguntar, até me desculpe pela minha ignorância de, no caso, ser só uma mãe, mas eu queria perguntar ao Senhor Rodrigo Barbosa, da Secretaria de Fazenda, porque ele deu uma explicação para a falta de pagamento... Porque, quando a gente fala com a empresa que faz administração do pessoal – eu, como mãe, tenho o direito de ligar para a empresa e perguntar por que não fazem o pagamento dos funcionários –, ela diz que é a Controladoria que não libera o dinheiro. A Controladoria está dizendo que, no caso, é a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Tecnologia. A Secretaria, na pessoa de Dona Isabel e do Marco San, diz que é a Controladoria de novo. Enfim, eu gostaria de saber realmente quem é que resolve essa situação. Porque a gente aqui não tem tempo para ficar um empurrando a história para o outro. E ninguém se resolve.

O que acontece é que nós estamos sem o serviço; o aparelho está totalmente sucateado; os funcionários se encontram hoje em uma situação precária, a ponto de nós, mães, termos que nos organizar para poder ter o básico de alimentação. Nós, mães em Santa Cruz, criamos o Coletivo Mãe Sem Fronteira para poder conseguir dar assistência para as mães. Porque a gente não consegue falar com ninguém da Secretaria da Pessoa com Deficiência, nem quando era Subsecretaria nem agora que é Secretaria.

Eu quero saber o que essas pessoas fazem nessas cadeiras. Eu preciso saber. Acho que tenho o direito de saber, como usuária do serviço, como pessoa que paga seus impostos em dia, que cumpre suas obrigações. Eu gostaria muito de saber do Senhor Rodrigo, realmente, de quem que eu tenho que cobrar; de quem que eu tenho que ouvir a explicação e saber por que não foi pago. Quero saber.

É isso que eu queria deixar aqui. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Gostaria de passar a palavra para o Doutor Rodrigo Barbosa, para que faça sua colocação.

O SR. RODRIGO BARBOSA – Obrigado, Vereadora. Obrigado, Jeane.

Mais uma vez, vou tentar ser um pouco mais didático. A gestão dos contratos da Secretaria é do próprio órgão. O contrato tem uma previsão de pagamento e considera o orçamento daquele órgão para fazer frente àquele contrato. E a execução orçamentária é responsabilidade do órgão. Ou seja, na Administração Pública, as coisas são um pouco mais, digamos, complexas.

Mas, tentando simplificar, para poder tentar fazer as coisas mais claras, o que acontece? O órgão executa o orçamento até o momento do empenho. Então, ele empenhou a despesa até essa fase do empenho. Isso cabe ao próprio órgão fazer. Após o empenho, é preciso uma liquidação. A liquidação é feita na Central de Liquidação da Controladoria. Obviamente, é preciso que o próprio órgão, gestor do contrato, encaminhe, forme o processo de pagamento de fatura e encaminhe para a Controladoria, para a Central de Liquidação, para que ele seja liquidado. Então, a Controladoria faz a liquidação.

Uma vez que a liquidação é feita, o sistema automaticamente joga uma ordem para a Subsecretaria do Tesouro, da Fazenda. E isso é um processo automático. Ou seja, não existe qualquer tipo de interferência da Fazenda ou do Subsecretário da Subsecretaria do Tesouro com relação ao agendamento da data de pagamento. Isso é automático. Existe uma regra: se o processo for liquidado até uma determinada data, automaticamente o pagamento dele é agendado para dias depois. Então, tem que ter uma regra que contemple duas datas de pagamento dentro do mês – se eu não me engano; não é minha área.

Resumindo, o órgão faz a gestão do contrato. O próprio órgão contratante faz a gestão do contrato; ele executa o orçamento até a etapa do empenho. Uma vez empenhada a despesa, a fatura é liquidada pela Con-



troladoria. E esse processo de liquidação pela Controladoria gera uma ordem de pagamento automática para o Tesouro. E o Tesouro simplesmente paga. Ele não sabe nem o que está pagando. Ele simplesmente faz o pagamento. Só que ele deixa claro que não existe qualquer tipo de interferência por parte da Fazenda nesse processo de pagamento – é uma coisa automática. A liquidação gera uma ordem de pagamento sistêmica e o pagamento é agendado e feito no dia programado. Esse dia programado varia em função da data em que o processo foi liquidado.

Não sei se esclareceu a sua dúvida, mas, enfim, o que tenho para falar com relação a pagamentos de faturas é exatamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Marta das Chagas.

A SRA. MARTA DAS CHAGAS TRISTÃO – Boa tarde!

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Boa tarde, Marta.

A SRA. MARTA DAS CHAGAS TRISTÃO – Vereadora Luciana Novaes, sou mãe usuária do CRPD de Irajá e estou indignada, porque, na terça-feira, estive lá e vi uma sujeira tremenda; o mato tomando conta; um abandono total no CRPD. Prometeram e não mandaram ninguém. Mas mandaram os profissionais embora! Foram quatro profissionais embora. Até agora não sei que situação é aquela, o mato tomando conta, o lixo tomando conta também do CRPD. Fiquei muito triste.

Em Irajá, quando inaugurou, foi a coisa mais linda do mundo, e agora parou. Quero cobrar do Senhor Prefeito, que prometeu cuidar das crianças especiais, mas não está cumprindo nada! É um descaso com as nossas crianças! Ele não sente na pele o que é ter um filho especial.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – É verdade, Marta. Gostaria de passar a palavra para o Caio Silva.

O SR. CAIO SILVA DE SOUSA – Boa tarde, novamente, a todos.

Se puder, é lógico, tenho uma pergunta a fazer ao Rodrigo, que é da Secretaria de Fazenda. A minha pergunta é a seguinte: temos a estrutura da SMDP, temos uma Secretaria hoje que já foi, ao longo da tarde, largamente falada com relação ao trabalho, à gestão e uma série de coisas. Temos alguns CRPDs espalhados pela cidade para atendimento da pessoa com deficiência.

Temos, hoje, esse déficit orçamentário – pelo que ficou nítido – pela falta de pagamento com relação a essa situação de atraso de salários das pessoas. Está nítido também que não há nenhuma preocupação do Marco San e nenhuma preocupação da Subsecretária da Pessoa com Deficiência, Isabel Gimenez, para estar aqui neste momento. A pergunta que quero fazer é a seguinte – se o Rodrigo puder esclarecer isso, seria maravilhoso: qual é, hoje, o orçamento que a pasta da Pessoa com Deficiência tem no Município do Rio de Janeiro? Essa é uma pergunta.

A minha segunda pergunta é a seguinte: dentro desse orçamento, ele é suficiente ou precisa de aditivos para cumprir toda a pasta do Município do Rio de Janeiro? Não sei se você vai ter essa resposta. Mas se você puder nos ajudar nesses esclarecimentos, até para saber de onde vem a falha e se é de quem aplica ou se é de quem está disponibilizando; se é do Crivella, se é do Secretário ou se é da Subsecretária. Quem está falhando nessa história?

O SR. RODRIGO BARBOSA – Oi, Caio, boa tarde. Obrigado pela sua pergunta.

De fato, como você mesmo adiantou, só posso responder a uma das perguntas. O orçamento da Secretaria para 2020 está em cerca de R\$ 30 milhões. É esse orçamento, já desconsiderando aqui eventuais bloqueios ou contingenciamentos que tenham sido feitos. Está em cerca de R\$ 30 milhões.

Agora, a outra pergunta sobre se ele é suficiente ou não, enfim, realmente cabe ao próprio órgão responder, o órgão é que tem a visão do negócio, da pasta, dos contratos que estão em execução. Então, é o órgão que tem condições de responder se o orçamento disponibilizado para

aquela pasta é suficiente para fazer frente aos contratos em execução ou novos contratos que venham a ser firmados.

O SR. CAIO SILVA DE SOUSA – Obrigado, Rodrigo.

A minha preocupação é a seguinte: o relato das mães e o que a gente vem acompanhando ao longo dos últimos três anos, pelo menos três anos, para não dizer mais, e se intensificou muito de um tempo para cá, é a falta de orçamento para os CRPDs, a falta de pagamento de salário, e a gente tem, na estrutura do organograma dessa Secretaria específica, sete CRPDs para poder fazer o atendimento das pessoas com deficiência.

Então, você tem os de Vila Isabel, Campo Grande, São Conrado, Irajá, Santa Cruz e Mato Alto. Mato Alto, em si, foi um desespero para abrir, porque você não conseguiu abrir o Mato Alto de jeito nenhum, a gente sabe que foi essa dificuldade.

Então, à minha pergunta você me responde que são R\$ 30 milhões. Na minha opinião, R\$ 30 milhões para essa pasta toda é uma verba completamente deficitária, você vai precisar fazer aditivo o tempo inteiro, porque você tem uma gama de pessoas para atender, e aí você tem, dentro de cada CRPD, uma série de atendimentos, dos mais variados possíveis; com uma verba de R\$ 30 milhões, o cobertor é muito curto.

Aí é aquela pergunta que fica: a culpa é do Secretário; a culpa é da Subsecretária, que não está sabendo orçar; ou a culpa é do Prefeito, que não está destinando verba? Eu me pergunto isso todos os dias. A culpa é de quem? Não precisa nem responder, por óbvio, pois você é membro da Prefeitura, mas eu fico me perguntando de quem é a culpa, alguma coisa está errada.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Caio, a meu ver, a culpa é dos três. É do Prefeito, que não repassa o dinheiro suficiente, e dos outros dois, que não cobram do Prefeito; infelizmente é o conjunto.

Eu gostaria de saber se alguém pretende de fazer uso da palavra, para as suas considerações finais.

Com a palavra, para fazer as suas considerações finais, o Senhor Pedro González.

O SR. PEDRO GONZÁLEZ – Bem, Vereadora Luciana Novaes, agradeço a oportunidade de estar aqui mais uma vez, como a gente falou anteriormente; agradeço a presença do Rodrigo Barbosa, que ficou com a missão de dar algumas respostas, mas claramente ele é limitado nessa atuação, porque não é a pessoa que está à frente da questão, ele está na parte de orçamento. A gente lamenta mais uma vez a ausência de qualquer representante, seja da Subsecretaria, seja da Secretaria, e espera que a gente tenha um retorno, uma resposta com relação a essa situação, uma resposta a todos esses questionamentos.

Quanto à atuação da Defensoria Pública, reitero que estamos plenamente à disposição, vamos continuar acompanhando essas situações e, mais uma vez, coloco a instituição, a Defensoria Pública, à disposição, para a gente continuar firmando parcerias, para a gente continuar, se for o caso, a discutir, em outras reuniões e em outros trabalhos, alguma solução para essa questão dos CRPDs. A gente não pode continuar com essa situação por mais tanto tempo. Não pode se arrastar por mais quatro anos, ou por sei lá quanto tempo mais, sem uma resposta, sem uma atuação realmente mais efetiva.

Agradeço e mais uma vez e me coloco à disposição. Estão no *chat* os contatos da Defensoria Pública.

Muito obrigado, Vereadora Luciana Novaes. Cumprimento os meus colegas Caio, Luciana, parceiros no sistema de justiça, com tantas dúvidas juntos, mas também juntos mais uma vez por mais uma causa.

Muito obrigado e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Convido para fazer as considerações finais a Doutora Luciana Direito.

A SRA. LUCIANA DIREITO – Agradeço o convite, Vereadora.

Lamento muito que essa situação perdure por tanto tempo! São tantos rostos de mães conhecidas – Regina, Nádia... – que eu fico tocada pelo fato de que essas mães ainda não tenham, infelizmente, o atendimento que merecem e que tinham no início, quando os CRPDs foram criados.





Lamento demais a ausência da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência, porque acho que eles tinham que ser mais responsáveis. Lamento o descaso com os CRPDs. Da parte do Ministério Público, minhas portas estão sempre abertas. A gente tem noticiado no Judiciário tudo que tem acontecido: a falta de pagamento das pessoas, dos funcionários; a má prestação de serviços tem sido noticiada na nossa ação. Enfim, estamos aí na luta.

Deixo um abraço para os colegas de luta Caio e Pedro e para a senhora, Vereadora, pelo seu trabalho incansável, a quem parableno.

É isso. A luta continua. Podem contar comigo. Coloquei o *e-mail* do Ministério Público e também um contato telefônico, porque a gente está fazendo agora um atendimento que tem WhatsApp, que facilita. Enfim, estamos aí para o que precisarem. Jeane também, como mãe, são rostos conhecidos aí. Estou com vocês na luta.

Um abraço a todos e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Gostaria de convidar o Doutor Caio para fazer suas considerações finais.

O SR. CAIO SILVA DE SOUSA – Vereadora Luciana Novaes, obrigado pelo convite.

Eu me sinto muito honrado em participar desta Audiência Pública, ladeando a Mesa – se a gente pode dizer que é uma Mesa – com Vossa Excelência; com a Doutora Luciana, do Ministério Público; com o Doutor Pedro, da Defensoria Pública, que são amigos de luta. Agradeço também aos intérpretes de libras, que fizeram a interpretação durante a tarde toda; às mães, que também estiveram presentes; à Patrícia e à Alessandra, por meio das quais cumprimento todas as outras mães. Agradeço ao seu gabinete, à Michaela e ao Bruno, pela participação; aos demais vereadores e a todos que nos assistiram.

Lamento, como os demais colegas lamentaram, a ausência mais uma vez injustificada da Secretaria Municipal de Tecnologia e Pessoa com Deficiência, que mostra, de forma muito clara, que não tem a menor vontade e o menor interesse com a pasta da pessoa com deficiência no Município do Rio de Janeiro. É lamentável. E agradecendo ao Rodrigo pela informação do orçamento, que eu acho que é fundamental para qualquer ponto de partida a gente saber qual dinheiro que tem, qual é a verba disponível.

É muito importante que a gente bata na porta do Secretário, da Subsecretária, e mostre... Que a gente consiga fazê-los perceber quão necessária é a pasta, quão necessário é o CRPD e como eles estão falhando com a população carioca em geral, não pagando os salários dos profissionais. Como Alessandra falou, “tirando alguns profissionais de excelência desses locais”.

Então, o trabalho é longo, é árduo. A Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB está à disposição de todos vocês. Mais uma vez, agradeço o convite, Vereadora Luciana Novaes.

Bom final de semana a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Convido o Senhor Rodrigo Barbosa para fazer suas considerações finais.

O SR. RODRIGO BARBOSA – Senhora Presidente, queria agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui debatendo com os senhores.

Mais uma vez, peço desculpas em nome da Secretária. Ela realmente está em outro compromisso, não pode comparecer, mas pediu para eu participar e representá-la, representar a Secretaria. Enfim, muito grato por ter esta oportunidade. Gostei de participar, gostei de conversar com os senhores, explicar e, na medida do possível, transmitir um pouco do pouco conhecimento que tenho.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. Eu forneci, no *chat*, meu telefone, meu *e-mail* corporativo. Por favor, sou uma pessoa muito acessível, podem mandar mensagem – podem mandar WhatsApp – sem problema nenhum. Na medida do possível, vou responder, atender a todos.

Mais uma vez, muito obrigado. Foi um prazer conhecê-la, por mais que não tenha sido pessoalmente, mas da forma que é possível agora, Vereadora Luciana. Parabéns pelo trabalho que a senhora faz.

Boa tarde a todos e bom fim de semana.

A SRA. PRESIDENTE (LUCIANA NOVAES) – Eu gostaria muito de agradecer ao Doutor Rodrigo, ao Doutor Caio, à Doutora Luciana Direito, ao Doutor Pedro: são pessoas que sempre, quando a gente convida para participar, estão prontas para ajudar, tirando todas as dúvidas e se colocando à disposição de todos.

Gostaria de agradecer também à Secretária de Fazenda por ter enviado o seu representante aqui. E lamento profundamente a falta de respeito com os familiares e com as pessoas com deficiência, em relação à Secretaria da Pessoa com Deficiência, de não ter comparecido para fazer esse debate com a gente, de não ter mandado sequer um representante.

Também gostaria de lamentar como o Prefeito tem tratado as pessoas com deficiência. No começo, ele disse que ia cuidar das pessoas. Essas pessoas que são vulneráveis e que precisam tanto de atenção não estão sendo cuidadas. Pelo contrário, a gente está vendo uma falta de respeito muito grande, tanto da parte da Prefeitura quanto da parte da Secretaria. Infelizmente, os direitos dessas pessoas estão sendo negligenciados.

Quero muito agradecer também a todas as mães e a todos os profissionais por terem a coragem de lutar com tanta garra e por nunca desistirem. Nada seria possível se não fosse pela força de vocês juntos aqui conosco.

Eu quero que vocês saibam que esta Comissão não vai abrir mão de lutar para que esta Prefeitura entenda que a política pública para as pessoas com deficiência não é um favor, é uma obrigação. Nós não queremos nada além dos nossos direitos. Quem não respeita as pessoas com deficiência não está apto a governar uma cidade. Infelizmente, a gente precisa continuar nessa luta. Acredito que não precisava ser uma luta dessa forma, porque, como já falei aqui, a gente não está pedindo favor; a gente está pedindo direito para as Pessoas Com Deficiência (PCD). Já que é assim, nós vamos continuar cobrando para que esses direitos realmente sejam cumpridos.

Gostaria de agradecer a presença dos intérpretes de Libras José Anderson da Silva e Kely Klinger. Também gostaria de agradecer a todas as pessoas que estavam nos assistindo ao vivo pelo YouTube e pedir para que todos continuem nessa luta com a gente.

Agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente Audiência Pública.

Muito obrigada.

(Encerra-se a Audiência Pública às 16h17)

LISTA DE PRESENÇA NO CHAT

AcruzSacrada1, Alessandra Nascimento, Amanda Lima, Ana Lucia Trotta – Associação Amparo ao Próximo, Ana Paula Gonçalves, Andre Cadeirinha, Andréa Carvalho., Antonio Carlos Maia, Aurea Carvalho, Benedito do livro de Rua, Bernadete Rodrigues, Beto Itajahy, Carla Damato, Carolina Hora, Celina Rebelo, Claudia Msof, Clovis Teixeira, Deise Ferreira, Derli Oliveira, Dominique Fialho, Fabio Pereira, Geida Alves, Giovan Costa, Iolanda Machado, Jaciara de Oliveira Martins, Janete Mauricio, Jorge Henrique, Jorge Paulo da Silva, José Carlos Pereira, Jussara Costa, Lene Moreira da Silva, Marcelo Cardoso, Maria Santos, Maria Santos Verdade, Marlene Pinheiro da Cruz, Mauriceia Gomes, Natalina Menezes, Pericles Pereira, Pintando o 7 com Ian Tabosa, Priscila – Associação Lotus, Rafael Simões, Regina Viana, Renato Lima Araujo, Roberta Sales, Sara Mendes, Sirleide Rodrigues Alves Silva, Suzana Oliveira, Taisa Damasco, Tatiana Porto Dutra, Thalyta Ventura, Ulisses Rondove, Vanessa Elias, Vanusa Souza, Vem com Manu, Viviane Sarmento, Zuleica Passos.





EXPEDIENTE

Ofícios



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 08/09/2020

JORGE FELIPPE-PRESIDENTE

OFÍCIO CPI Res.1486/2019 Nº 04

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, dirijo-me a V. Exa., com fulcro no Regimento Interno, solicitando providências no sentido de publicar Edital de Convocação dos Senhores Vereadores ALEXANDRE ISQUIERDO, INALDO SILVA, JOÃO MENDES DE JESUS, LEONEL BRIZOLA e THIAGO K. RIBEIRO, membros d Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Transolímpica, Resolução n. 1486/2019, para visita técnica na VIARIO, na Rua Euzébio de Almeida, 2500, Jardim Sulacap, que será realizada no dia 10 de setembro de 2020, às 12h.

Renovo, na oportunidade, protestos de elevada estima e apreço.

Vereador ALEXANDRE ISQUIERDO



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 08/09/2020

JORGE FELIPPE-PRESIDENTE

OFÍCIO CPI Res.1486/2019 Nº 05/2020

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, dirijo-me a V. Exa., com fulcro no Regimento Interno, solicitando providências no sentido de publicar Edital de Convocação dos Senhores Vereadores ALEXANDRE ISQUIERDO, INALDO SILVA, JOÃO MENDES DE JESUS, LEONEL BRIZOLA e THIAGO K. RIBEIRO, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Transolímpica, Resolução n. 1486/2019, para reunião de encerramento, que será realizada no dia 11 de setembro de 2020, às 11h, em ambiente virtual.

Renovo, na oportunidade, protestos de elevada estima e apreço.

Vereador ALEXANDRE ISQUIERDO



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE CULTURA

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 08/09/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

OFÍCIO INT. CC Nº 011/2020

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2020

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência o CANCELAMENTO da Audiência Pública da Comissão de Cultura com o tema: “COBAL DO HUMAITÁ - ESPAÇO CULTURAL DE FLUXO DE SOCIABILIDADE”, agendada para o dia 9 de setembro de 2020, quarta-feira, às 14 horas, em Ambiente Virtual.

Aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Vereador REIMONT

Presidente da Comissão de Cultura



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 08/09/2020

JORGE FELIPPE-PRESIDENTE

OFÍCIO CPE Nº 076/20

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente;

Solicito à Vossa Excelência, com fulcro no Regimento Interno, providências no sentido de publicar retificando o Edital de Convocação dos Senhores Vereadores TARCÍSIO MOTTA e DR. JORGE MANAIA, membros da Comissão Permanente de Educação, assim como os demais Vereadores desta Casa de Leis para participarem de Audiência Pública, em ambiente virtual, transmitida pelo canal do YouTube da Rio TV Câmara, no dia 9 de Setembro de 2020, às 10h, que passará a ter a seguinte pauta “AS CONDIÇÕES IDEAIS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PRIVADA DE ENSINO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, contando com a presença do representante da Vigilância Sanitária do Município Rio de Janeiro e de um representante da FIOCRUZ.





Acrescentamos que os Vereadores Tarcísio Motta e Dr. Jorge Manaia, membros da citada Comissão, estão de acordo com a realização desta reunião.

Aproveito a oportunidade para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Vereador PROF. CÉLIO LUPPARELLI
Presidente da Comissão de Educação



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO VEREADOR REIMONT

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 08/09/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

OFÍCIO GVR Nº 76/20

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Em atenção ao comunicado à liderança do PT, INDICO o nome da Vereadora Luciana Novaes para compor a Comissão Especial instituída pela Resolução nº 1.507/2020 "COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR, ESTUDAR E FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMÉRCIO AMBULANTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

Aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador REIMONT
Líder do PT

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 1921/2020

INCLUI NA LEI Nº 5.242, DE 2011, A AÇÃO SOCIAL RECREIO - ASR COMO DE UTILIDADE PÚBLICA.

AUTOR: VEREADOR CARLO CAIADO

DESPACHO:

A imprimir e à Comissão de Justiça e Redação.

Em 27/08/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída a Ação Social Recreio - ASR no art. 2º da Lei nº 5.242, de 17 de janeiro de 2011, que trata da Consolidação Municipal de Utilidades Públicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 27 de agosto de 2020.

Vereador CARLO CAIADO
DEM

JUSTIFICATIVA

A Associação Social Recreio - ASR, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, junto à Avenida Gilka Machado 00, Rua, 250 Loja 105 - Vila Amizade, no Bairro do Recreio dos Bandeirantes, inscrita no CNPJ nº 31.782.807/0001-57, é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 28 de fevereiro de 2018, regida por seu Estatuto, e pelas normas legais pertinentes, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com prazo de duração indeterminado.

A Ação Social do Recreio é uma associação de caráter nacional, constituída pelos fundadores, associados efetivos, associados colaboradores e associados beneméritos. E, serão associados fundadores aqueles que subscrevem a ata da Assembleia que deu origem a Associação.

Dentre suas atividades destaco:

- promover assistência social a pessoas menos favorecidas;
- promover ajuda financeira e/ou material às instituições parceiras;
- execução de programas vinculados com o seu objetivo social;
- promover atividades sócio educativas, como previsto no Art. 4º da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e Adolescente);
- buscar e promover atividades sócio ambientais, como proteção ao meio ambiente, proteção e conservação marinha, oceanográfica, ecológica e demais assuntos atuais e diversos, previstos numa das dezessete Leis Ambientais do Brasil, entre outras atividades correlatas aos seus objetivos e estatuto.

Por todo o exposto, apresento este Projeto de Lei com a finalidade de incluir na Lei Municipal nº 5.242/2011, a Ação Social Recreio - ASR, para que a mesma seja reconhecida como entidade sem fins lucrativos de utilidade pública em âmbito municipal, para os fins legais, reafirmando que trata-se de entidade filantrópica, com relevante presença na prestação de serviços no âmbito da cidade do Rio de Janeiro.

Espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação da presente Proposta.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.242, DE 17 DE JANEIRO DE 2011.

Consolida a Legislação Municipal referente às concessões de utilidade pública.

(...)

Art. 2º Ficam consideradas de utilidade pública, por consolidação, as instituições abaixo relacionadas com sede e foro no Município:

(...)



PROJETO DE LEI Nº 1922/2020

TOMBA, POR SEU INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL, O IMÓVEL ONDE FUNCIONA A SEDE DO CLUBE VERZUL, NA ILHA DO GOVERNADOR.





AUTOR: VEREADOR FELIPE MICHEL

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Cultura.

Em 02/09/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica tombado, por seu interesse histórico e cultural, na forma do art. 1º da Lei nº 928, de 22 de dezembro de 1986, o imóvel onde funciona a sede do Clube Verzul, situado na Avenida do Magistério, próximo ao número 553, Corredor Esportivo Moneró, Ilha do Governador.

Art. 2º Em decorrência do tombamento efetuado por esta Lei, fica vedada a descaracterização do imóvel, com a finalidade de proteger o patrimônio histórico e cultural.

Art. 3º O Poder Executivo, por intermédio do órgão competente, adotará as medidas necessárias para o registro do tombamento realizado por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 27 de agosto de 2020.

Vereador FELIPE MICHEL
PROGRESSISTA

JUSTIFICATIVA

O Clube Verzul é um dos mais tradicionais de futebol de pelada do Rio de Janeiro. Foi fundado há cerca de 50 anos por moradores da Ilha do Governador. Tendo sido presidido pelo saudoso Francisco Victor e também pelo saudoso João, famoso gari da Ilha do Governador. Atualmente é presidido pelo Hugo, filho de um dos fundadores. Diversos talentos do futebol jogaram e surgiram neste icônico campo, merecendo proteção do poder público contra sua deterioração e descaracterização.

LEGISLAÇÃO CITADA

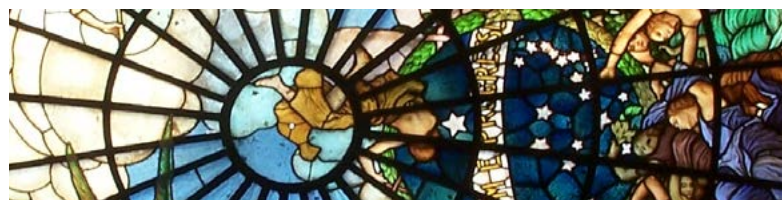
LEI Nº 928, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera a Lei nº 474, de 14 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o tombamento de bens móveis ou imóveis de significativo valor cultural para o povo da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Art. 1º - Compete ao Prefeito, através de decreto, e à Câmara Municipal, através de lei, o tombamento de bens móveis e imóveis de valor cultural, histórico ou ecológico cuja conservação seja do interesse público.

Parágrafo Único – Também o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro efetuará o tombamento, através de termo homologado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.

(...)



Projetos de Decreto Legislativo

(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258/2020

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A NIXON BEZERRA DE BRITO.

AUTOR: VEREADOR REIMONT

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Educação.

Em 13/03/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro a Nixon Bezerra de Brito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 5 de março de 2020.

Vereador REIMONT

JUSTIFICATIVA

Natural de Caicó, no Rio Grande Norte, Nixon Bezerra de Brito é filho do sargento da Polícia Militar do RN José Arildo de Brito e da costureira Lucinete Bezerra de Brito. A forte influência católica de sua madrinha de batismo, d. Maria Edith, foi fundamental em sua vocação religiosa. Entrou para o seminário aos 15 anos e foi ordenado sacerdote aos 25.

Formado em Teologia e Filosofia pela PUC-RJ, cursou o Seminário Arquidiocesano de São José, no Rio Comprido, entre os anos de 1992 e 1998. Sua ordenação sacerdotal ocorreu no dia 19 de dezembro de 1998, na Catedral de Sant'Ana, em Caicó.

A primeira comunidade paroquial que acolheu padre Nixon foi a Igreja Sagrado Coração de Jesus, na Glória. Quando chegou à paróquia, ainda era seminarista, permanecendo depois de sua ordenação como diácono transitório, e também, nos primeiros anos de seu sacerdócio. Foi vigário paroquial do monsenhor Vital Francisco Brandão Cavalcanti, com quem também compartilhou o programa "Expresso da saudade", na Rádio Catedral. No Sagrado Coração de Jesus, trabalhou com um grupo de jovens do morro Santo Amaro, com cerca de 100 jovens integrantes.

Em seguida, foi pároco da Igreja Santos Mártires Ugandenses e Nossa Senhora de Nazaré, em Acari, dedicando-se ao trabalho pastoral por meio da Pastoral da Criança e do Menor. O projeto Menor Aprendiz chegou a contar com mais de 200 menores, acolhidos em projetos das Forças Armadas, dos Correios, Comlurb, Light e empresas privadas. As comunidades de Acari e Pedreira foram abraçadas tanto em suas necessidades espirituais e sociais.

Após 10 anos em Acari, Pe. Nixon Bezerra foi nomeado pároco da paróquia Bom Jesus do Monte, no bairro-ilha de Paquetá. Ao chegar em Paquetá, em julho de 2014 começou um trabalho de aproximação da igreja com a comunidade, realizando saraus, celebrações públicas, cultos ecumênicos e interreligiosos, além das serestas no jardim da igreja com músicos da ilha e convidados. Foi abraçado pela ilha como um filho, e assim expressa o seu amor por Paquetá, lutando em favor do bem comum e da comunhão com todos. O afeto, a aceitação e a cordialidade têm sido as bases do diálogo e da relação com esse bairro tão querido do Rio de Janeiro.





(*) (Publicado com considerável atraso em decorrência da suspensão das atividades da Câmara Municipal, determinada pela Resolução da Mesa Diretora 10.336/2020, por força das ações emergenciais de saúde pública, cujos trabalhos presenciais somente retornaram a partir do mês passado)

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



Informação nº 29/2020

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

Informação nº 12/2020

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257/2020 QUE “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A ROGÉRIO FIGUEIREDO DE LACERDA”.

AUTORIA: VEREADOR CARLO CAIADO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 233 do Regimento Interno, combinadas com o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.650/2013, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a inexistência, em seu banco de dados, de projetos similares ao presente.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 48/2000:

O projeto está em conformidade com esta lei.

2.2. PARECER NORMATIVO CJR Nº 1/1989:

Este projeto concorda com o Parecer Normativo.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 222

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A competência da Casa para legislar sobre o projeto é exclusiva, e fundamenta-se no inciso XIII do art. 45 da Lei Orgânica do Município.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 223 do Regimento Interno.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma estabelecida no art. 67, inciso V, combinado com o art. 76, inciso IX, ambos da Lei Orgânica Municipal.

É o que compete a esta Consultoria instruir.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

HELENA DE ARAUJO LIMA
Consultora Legislativa
Matrícula 10/814.849-6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2020, QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE ECONÔMICO – AEIE – NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 233 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.650/2013, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a inexistência de projetos correlatos ao presente em seu banco de dados.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

Verificar o art. 1º da presente proposição face ao disposto no art. 10º, da LC nº 48/2000, em especial quanto aos incisos I, “b” III, “b” e “c”.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, I, II, IV, “a”, “b”, “c”, XVII, XIX, XX, XXI, e XLII, em consonância com o disposto nos arts 262, 264, 282, 283, e 452, todos da Lei Orgânica do Município.

A competência da Casa para legislar sobre o projeto fundamenta-se no caput do art. 44 do mesmo Diploma Legal.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

O projeto se reveste da forma estabelecida no art. 67, II c/c art. 70, parágrafo único, VIII, da Lei Orgânica do Município.

7. NORMAS ESPECÍFICAS

Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 24, I e V, e 30, I e II, e 174.

Lei nº 111/2011. Plano Diretor do Rio de Janeiro.

Esta é a Informação que nos compete instruir.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

EDUARDO ALBERTO MANJARRÉS TRELLES
Consultor Legislativo
Matrícula 10/815.051-8

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA





Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



Informação nº 233/2020-PL

PROJETO DE LEI Nº 1.913/2020, QUE “DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM O CRIME DE MAUS TRATOS ARQUEM COM AS DESPESAS DO TRATAMENTO DO ANIMAL AGREDIDO NA FORMA QUE MENCIONA”

AUTORIA: VEREADOR DR. MARCOS PAULO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 233 do Regimento Interno c/c art. 8º parágrafo único da Lei nº 5.650/13, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a existência, em seu banco de dados, das seguintes proposições correlatas à presente:

1.1. EM TRAMITAÇÃO:

Projeto de Lei nº 1.591/2012, de autoria do Vereador Carlo Caiado, que “Dispõe sobre o dever do Município de proteção a cães e gatos”;

Projeto de Lei nº 1.335/2015, de autoria de Vereador Rafael Aloisio Freitas, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei 4.731, de 4 de janeiro de 2008 e dá outras providências.”;

Projeto de Lei nº 2.000/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Estabelece sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências”;

Projeto de Lei nº 2.031/2016, de autoria do Vereador João Mendes de Jesus, que “Proíbe que pessoas que cometerem maus-tratos ou abandono a animais domésticos possam obter novamente sua guarda e de outros animais” EM APENSO: Projeto de Lei nº 989/2018, de autoria do Vereador Daniel Martins, que “Dispõe sobre a proibição de pessoas que praticaram maus-tratos ou abandono de animais possam reaver a guarda ou adotar outros animais no Município do Rio de Janeiro”; e

Projeto de Lei nº 343/2017, de autoria do Vereador Dr. Gilberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos pet shops, clínicas veterinárias e hospitais veterinários de informar à delegacia de proteção ao meio ambiente quando constatarem indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos”.

1.2. SANCIONADA:

Lei nº 6.435, de 27 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a proteção e bem-estar dos animais, as normas para a criação e comercialização de cães e gatos e define procedimentos referentes a casos de maus tratos a animais no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria do Vereador Prof. Célio Lupporelli (Projeto de Lei nº 366/2017).

1.3. PROMULGADAS:

Lei nº 4.731 de 4 de janeiro de 2008, que “Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas a serem aplicadas a quem os praticar, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria do Vereador Cláudio Cavalcanti (Projeto de Lei nº 355/2005). (REVOGADA EXPRESSAMENTE PELO ART. 102 DA LEI Nº 6.435, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018); e

Lei nº 6.003, de 21 de outubro de 2015, que “Torna obrigatória a afixação de cartaz com telefones para denúncias de maus-tratos contra animais, nos locais e na forma que especifica”, de autoria do Senhor Vereador Carlo Caiado. (Projeto de Lei nº 234/2009). Representação de Inconstitucionalidade nº 18/2017 (0066364-90.2016.8.19.0000) com pe-

didado julgado improcedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com trânsito em julgado.

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, em regime de teletrabalho, por disposição da RMD nº 10.337/2020, após pesquisa no sítio eletrônico desta Casa (camara.rj.gov.br), comunica a existência das seguintes proposições correlatas à presente:

PROMULGADAS:

Lei nº 4.685 de 23 de outubro de 2007, que “Estabelece multa para maus-tratos a animais e sanções administrativas a serem aplicadas a quem os praticar, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Claudio Cavalcanti. (Projeto de Lei nº 355/2005);

Lei nº 6.143, de 27 de março de 2017, que “Dispõe sobre a criação do Fundo de Proteção Animal no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria dos Vereadores Rafael Aloisio Freitas e Carlo Caiado. (Projeto de Lei nº 1.493/2015).

PROMULGADA/SANÇÃO TÁCITA:

Lei nº 6.663, de 1º de novembro de 2019, que “Dispõe sobre a criação de serviço telefônico para o encaminhamento de denúncias de maus-tratos a animais na estrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro denominado Disque Proteção Animal.”, de autoria do Vereador Prof. Célio Lupporelli (Projeto de Lei nº 1.322/2019).

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

O projeto está em conformidade com a Lei Complementar nº 48/2000, exceto:

a) Quanto ao art. 1º da proposição, cabe observar o art. 6º, III c/c o art. 10, I, “a” e II, “a” da referida Lei Complementar, quanto à clareza e à precisão terminológicas, para delimitar o âmbito de aplicação da lei, eis que restringir a aplicação para as “pessoas que cometerem crime de maus-tratos”, poderá sugerir uma interpretação de que a proposição em tela somente poderia ser aplicada após a certeza do cometimento do tipo penal do art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, após o devido processo legal perante o Poder Judiciário, o qual não pertence ao ente municipal. Do que, se a opção legislativa for por uma aplicação mais ampla, a fim de atingir “pessoas que praticarem atos definidos como maus-tratos”, viabilizaria a aplicação da presente proposição em sequência à fiscalização da Administração municipal, dada a independência das esferas administrativa e penal. Além de efetivar a aplicação da existente definição municipal de maus-tratos constante do art. 70 c/c arts. 5º, IX e 90 da Lei Municipal nº 6.435, de 27 de dezembro de 2018.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, incisos I, II, e XLI, em consonância com arts. 5º, 14, IV, 284, § 2º, 422, 460, 461, I, e IV, 468, todos da Lei Orgânica do Município (LOM).

A competência da Casa para legislar sobre o projeto fundamenta-se no *caput* do art. 44 do mesmo Diploma Legal.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69, da Lei Orgânica do Município.

6. ESPÉCIE NORMATIVA





O projeto reveste-se da forma estabelecida no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município.

7. NORMAS ESPECÍFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial: arts. 23, I, VI, VII; 30, I, II; 225, § 1º, VII;

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, em especial: 32;

Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”, em especial: 927, 935;

Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002., que “Institui o Código Estadual de proteção aos animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”, em especial arts. 5º-A e 6º.

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2020.

THEMIS ALEXANDRA AGUIAR SLAIBI
Consultora Legislativa
Matrícula 10/815.035-1

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



Informação nº 235/2020-PL

PROJETO DE LEI Nº 1.915/2020, QUE “TORNA OBRIGATÓRIA A PRESTAÇÃO DE SOCORRO AOS ANIMAIS ATROPELADOS PELO ATROPELADOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO JANEIRO, NA FORMA QUE MENCIONA”.

AUTORIA: VEREADOR DR. MARCOS PAULO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 233 do Regimento Interno c/c art. 8º parágrafo único da Lei nº 5.650/13, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a existência, em seu banco de dados, das seguintes proposições correlatas e similar à presente:

1.1. EM TRAMITAÇÃO:

Projeto de Lei nº 1.591/2012, de autoria do Vereador Carlo Caiado, que “Dispõe sobre o dever do Município de proteção a cães e gatos”;

Projeto de Lei nº 833/2018, que “Institui o serviço de atendimento móvel de urgência veterinária – SAMUVET, no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria do Vereador Luiz Carlos Ramos Filho;

Projeto de Lei nº 1.052/2018, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de socorro aos animais atropelados e dá outras providências”, de autoria do Vereador Marcelino D’Almeida;

Projeto de Lei nº 1.709/2020, que “Estabelece a obrigatoriedade de empresa concessionária, de administração de via expressa pedagiada, resgatar e prestar assistência veterinária de urgência aos animais atropelados”, de autoria do Vereador Marcelino D’Almeida;

1.2. SANCIONADA:

Lei nº 6.435, de 27 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a proteção e bem-estar dos animais, as normas para a criação e comercialização

de cães e gatos e define procedimentos referentes a casos de maus tratos a animais no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria do Vereador Prof. Célio Lupporelli (Projeto de Lei nº 366/2017).

1.3. PROMULGADA:

Lei nº 6.143, de 27 de março de 2017, que “Dispõe sobre a criação do Fundo de Proteção Animal no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, de autoria dos Vereadores Rafael Aloísio Freitas e Carlo Caiado. (Projeto de Lei nº 1.493/2015).

1.4. SANCIONADA/PROMULGADA:

Lei nº 4.244, de 12 de dezembro de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o pronto-socorro veterinário gratuito 24 horas, e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Cláudio Cavalcanti. (Projeto de Lei nº 356/2005). Representação de Inconstitucionalidade nº 110/2006 (0032691-58.2006.8.19.0000) com pedido julgado procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com trânsito em julgado.

PRECEDENTE REGIMENTAL Nº 27/2005:

Convém verificar a eventual incidência do Precedente Regimental nº 27/2005:

a)em seu item 1, em face do que dispõe o Projeto de Lei nº 1.052/20.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

O projeto está em conformidade com a Lei Complementar nº 48/2000.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, incisos I, II, e XLI, em consonância com arts. 5º, 14, IV, 284, § 2º, 422, 460, 461, I, e IV, 468, todos da Lei Orgânica do Município (LOM).

A competência da Casa para legislar sobre o projeto fundamenta-se no *caput* do art. 44 do mesmo Diploma Legal.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69, da Lei Orgânica do Município (LOM).

6. ESPÉCIE NORMATIVA

O projeto reveste-se da forma estabelecida no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município (LOM).

7. NORMAS ESPECÍFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial: arts. 23, I, VI, VII; 30, I, II; 225, § 1º, VII;

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, em especial: 32;

Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”, em especial: 927, 935;

Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002., que “Institui o Código Estadual de proteção aos animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”, em especial arts. 5º-A e 6º.

É o que compete a esta Consultoria informar.





Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2020.

THEMIS ALEXANDRA AGUIAR SLAIBI
Consultora Legislativa
Matrícula 10/815.035-1

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



Informação nº 236/2020

PROJETO DE LEI Nº 1.916/2020, QUE “CRIA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE ESCOLAR PARA A REALIZAÇÃO ANUAL DE CONSULTA CLÍNICA OFTALMOLÓGICA, FONOAUDIOLÓGICA E OTORRINOLARINGOLÓGICA PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AUTORIA: VEREADOR WILLIAN COELHO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 233 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.650/2013, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a existência, em seu banco de dados, dos seguintes projetos correlatos ao presente:

1.1. EM TRAMITAÇÃO

PL nº 62/2013, de autoria do Vereador Eliseu Kessler, que “INSTITUI TESTE VISUAL USANDO O MÉTODO OPTOMÉTRICO SNELLEN, AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PL nº 1.105/2018, de autoria do Vereador Junior da Lucinha, que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE, NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, DA REALIZAÇÃO DE EXAMES, AVALIAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E RASTREAMENTO PARA DIAGNÓSTICO PRECOCE DO AUTISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

1.2. PROMULGADAS

Lei nº 358/1982 (PL nº 863/1981), de autoria do Vereador Diofrido Trota, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O EXAME DE ACUIDADE VISUAL OBRIGATÓRIO NOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO”.

Lei nº 2.303/1995 (PL nº 378/1993), de autoria do Vereador Milton Nahon, que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO PERIÓDICA DE EXAMES OFTALMOLÓGICO, OTORRINOLARINGOLÓGICO E ODONTOLÓGICO EM ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, INSTITUI CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Representação de Inconstitucionalidade nº 0017369-47.1996.8.19.0000, julgada parcialmente procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 3.700/2003 (PL nº 528/2001), de autoria do Vereador João Cabral, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A MANTER, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA”. Representação de Inconstitucionalidade nº 0033300-75.2005.8.19.0000, julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

dade nº 0033300-75.2005.8.19.0000, julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.359/2006 (PL nº 45/2005), de autoria do Vereador Dr. Carlos Eduardo, que “TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO ANUAL DE AVALIAÇÃO CLÍNICA OFTALMOLÓGICA E OTORRINOLARINGOLÓGICA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Representação de Inconstitucionalidade nº 0032682-96.2006.8.19.0000, julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. SANCIONADAS

Lei nº 3.420/2002 (PL nº 1.141/1999), de autoria da Vereadora Lucinha, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A DISTRIBUIÇÃO DE ÓCULOS À POPULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Lei nº 2.949/1999 (PL nº 1.229/1999), de autoria do Vereador Ibrahim Hannas, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR GRUPO ITINERANTE COMPOSTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE DAS ÁREAS OFTALMOLÓGICA E OTORRINOLARINGOLÓGICA, PARA PROCEDER EXAMES DE ACUIDADE VISUAL E AUDITIVA NOS ALUNOS DA REDE OFICIAL DE ENSINO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO”.

Lei nº 3.275/2001 (PL nº 2.034/2000), de autoria do Vereador Eliomar Coelho, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA ANUAL DE SAÚDE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Lei nº 4.251/2005 (PL nº 904/2002), de autoria do Vereador Jorge Babu, que “CRIA O PROGRAMA DE CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS GRATUITAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Lei nº 3.871/2004 (PL nº 2.084/2004), de autoria do Vereador Alexandre Cerruti, que “AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO ÔNIBUS ESCOLAR DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Lei nº 5.573/2013 (PL nº 1.090/2011), de autoria do Vereador Paulo Messina, que “DISPÕE SOBRE OS INSTRUMENTOS DE VIGILÂNCIA E RASTREAMENTO PRECOCE DO AUTISMO NAS UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Lei nº 6.362/2018 (1.709/2016), de autoria do Poder Executivo, que “APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2000

O projeto está em conformidade com esta Lei.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 222

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, I, em consonância com os arts. 12; 351; 352; 322, IV, todos da Lei Orgânica do Município.

A competência da Casa para legislar sobre o projeto se fundamenta no *caput* do art. 44, do mesmo Diploma legal.

5. INICIATIVA





O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município. No entanto, convém verificar a possível incidência do art. 71, II, “b” da Lei Orgânica no art. 4º do projeto.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma prevista no art. 67, inciso III, da Lei Orgânica do Município.

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

HELENA DE ARAUJO LIMA
Consultora Legislativa
Matrícula 10/814.849-6

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



Informação nº 237/2020

PROJETO DE LEI Nº 1.917/2020 QUE “DÁ O NOME DE PRAÇA DOM HELDER CÂMARA (ARCEBISPO – 1909/1999) A UMA PRAÇA INOMINADA LOCALIZADA PELA CONFLUÊNCIA DAS RUAS OTTON DA FONSECA, EUZÉBIO DE ALMEIDA E TEODORO SAMPAIO, NO BAIRRO DE JARDIM SULACAP”.

AUTORIA: VEREADOR PROFESSOR ADALMIR

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 233 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 5.650/2013, informa:

1. SIMILARIDADE

A Diretoria de Comissões comunica a existência, em seu banco de dados, das seguintes proposições correlatas ao projeto:

1.1. EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei nº 1778/2016, de autoria da Vereadora Vera Lins, que “RECONHECE COMO POLO GASTRONÔMICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O SEGUINTE LOGRADOURO DO BAIRRO DE CASCADURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

1.2. PROMULGADA

Lei nº 4.231/2005 (PL 2059/2004), de autoria do Vereador Marcelino D’Almeida, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTRUIR UM MONUMENTO EM HOMENAGEM A DOM HÉLDER CÂMARA EM LOCAL QUE MENCIONA” (PL 2059/2004). Representação de Inconstitucionalidade nº 0020916-46.2006.8.19.0000, julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2000

O projeto está em conformidade com esta Lei.

2.2. PARECER NORMATIVO CJR Nº 1/1989

O projeto observa os preceitos do Parecer mencionado.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 222

O projeto atende aos requisitos do art. 222 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, I e IV, “r” da Lei Orgânica do Município.

A competência da Casa para legislar sobre o projeto se fundamenta no *caput* do art. 44, do mesmo Diploma legal.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município (LOM).

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma prevista no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município.

7. NORMAS ESPECÍFICAS

Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977, que “Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos”.

Lei nº 4.762, de 23 de janeiro de 2008, que “Proíbe a mudança de denominação de logradouros cuja denominação oficial exista há mais de 20 anos”.

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2020.

CECÍLIA PAIM VARELLA
Consultora Legislativa
Matrícula 10/815.030-2

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2

COMISSÕES PERMANENTES

Pareceres

Justiça e Redação

Da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1628/2019 que “DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA OS BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA”.

AUTOR: VEREADOR TARCÍSIO MOTTA
RELATOR: VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO
(Pela CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO





Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 1628/2019 que “DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA OS BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA”, de autoria do Senhor Vereador Tarcísio Motta.

II – VOTO DO RELATOR

A Proposição sob análise atende aos requisitos formais elencados no art. 222 do Regimento Interno e na Lei Complementar nº 48/2000.

No que tange ao aspecto material, compete à Câmara Municipal legislar sobre a matéria com fulcro nos artigos: 30, I; XXIV, XXX; 44; 67, III e 69 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Pelo todo exposto, opino Pela CONSTITUCIONALIDADE.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia, 31 de agosto de 2020, aprovou o voto do Relator, Vereador Thiago K. Ribeiro, Pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Lei nº 1628/2019, de autoria do Senhor Vereador Tarcísio Motta.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Presidente

Vereador DR. JAIRINHO
Vice-Presidente

Vereador JOÃO MENDES DE JESUS
Vogal



Da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1856/2020, que “DÁ O NOME DE PRAÇA PLÍNIO SCALDINI (1935/2020) A UMA PRAÇA INOMINADA DO MUNICÍPIO”.

AUTOR: VEREADOR CARLO CAIADO
RELATOR: VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO
(Pela CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 1856/2020, que “DÁ O NOME DE PRAÇA PLÍNIO SCALDINI (1935/2020) A UMA PRAÇA INOMINADA DO MUNICÍPIO”, de autoria do Senhor Vereador Carlo Caiado.

II – VOTO DO RELATOR

A Proposição sob análise atende aos requisitos formais elencados no art. 222 do Regimento Interno, na Lei Complementar nº 48/2000 e no Parecer Normativo nº 1/89, desta Comissão de Justiça e Redação.

No que tange ao aspecto material, compete à Câmara Municipal legislar sobre a matéria com fulcro nos artigos: 30, I, e IV, “r”; 44; 67. III e 69, da Lei Orgânica do Município.

A nomenclatura de logradouros públicos, que constitui elemento de sinalização urbana, tem por finalidade precípua a orientação da população (JOSÉ AFONSO DA SILVA, “Direito Urbanístico Brasileiro”, Malheiros, São Paulo, 2.ª ed., p. 285). De fato, se não houvesse sinalização,

a identificação e a localização dos logradouros públicos seria tarefa quase impossível, principalmente nos grandes aglomerados urbanos.

Em se tratando da iniciativa para legislar sobre denominação ou redeminação de logradouros públicos, esta é concorrente ou geral (art. 61, caput, da CF), portanto aplica-se ao caso concreto.

Pelo todo exposto, opino Pela CONSTITUCIONALIDADE.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia, 31 de agosto de 2020, aprovou o voto do Relator, Vereador Thiago K. Ribeiro, Pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Lei nº 1856/2020, de autoria do Senhor Vereador Carlo Caiado.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Presidente

Vereador DR. JAIRINHO
Vice – Presidente

Vereador JOÃO MENDES DE JESUS
Vogal



Da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1857/2020, que “DÁ O NOME DE CANTOR E COMPOSITOR SÉRGIO RICARDO A UM LOGRADOURO DA COMUNIDADE DO VIDIGAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTOR: VEREADOR FERNANDO WILLIAM
RELATOR: VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO
(Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 1857/2020, que “DÁ O NOME DE CANTOR E COMPOSITOR SÉRGIO RICARDO A UM LOGRADOURO DA COMUNIDADE DO VIDIGAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”, de autoria do Senhor Vereador Fernando William.

II – VOTO DO RELATOR

A Proposição sob análise atende aos requisitos formais elencados no art. 222 do Regimento Interno.

No que tange ao aspecto material, compete à Câmara Municipal legislar sobre a matéria com fulcro nos artigos: 30, I, e IV, “r”; 44; 67. III e 69, da Lei Orgânica do Município.

A nomenclatura de logradouros públicos, que constitui elemento de sinalização urbana, tem por finalidade precípua a orientação da população (JOSÉ AFONSO DA SILVA, “Direito Urbanístico Brasileiro”, Malheiros, São Paulo, 2.ª ed., p. 285). De fato, se não houvesse sinalização, a identificação e a localização dos logradouros públicos seria tarefa quase impossível, principalmente nos grandes aglomerados urbanos.

Em se tratando da iniciativa para legislar sobre denominação ou redeminação de logradouros públicos, esta é concorrente ou geral (art. 61, caput, da CF), portanto aplica-se ao caso concreto.

No entanto carece de emenda modificativa para adequação da Proposição ao Parecer Normativo nº 1/89 desta Comissão de Justiça e Redação.





Pelo todo exposto, opino Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia, 31 de agosto de 2020, aprovou o voto do Relator, Vereador Thiago K. Ribeiro, Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA ao Projeto de Lei nº 1857/2020, de autoria do Senhor Vereador Fernando William.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Presidente

Vereador DR. JAIRINHO
Vice – Presidente

Vereador JOÃO MENDES DE JESUS
Vogal

PROJETO DE LEI Nº 1857/2020

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Redija-se o Art. 1º do Projeto de Lei acima da seguinte forma:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Sérgio Ricardo (cantor e compositor - 1932/2020) a um logradouro da Comunidade do Vidigal no Município do Rio de Janeiro.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Presidente

Vereador DR. JAIRINHO
Vice – Presidente

Vereador JOÃO MENDES DE JESUS
Vogal



Da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1861/2020 que “DECLARA OS TRÊS PÍERES DE PEDRA DE GUARATIBA – PÍER DA COLÔNIA, PÍER DA AMENDOEIRA E PÍER DA CAPELA – COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, TURÍSTICO E MATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTOR: VEREADOR CARLO CAIADO
RELATOR: VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO
(Pela CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 1861/2020 que “DECLARA OS TRÊS PÍERES DE PEDRA DE GUARATIBA – PÍER DA COLÔNIA, PÍER DA AMENDOEIRA E PÍER DA CAPELA – COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, TURÍSTICO E MATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”, de autoria do Senhor Vereador Carlo Caiado.

II – VOTO DO RELATOR

A Proposição sob análise atende aos requisitos formais elencados no art. 222 do Regimento Interno e na Lei Complementar nº 48/2000.

No que tange ao aspecto material, compete à Câmara Municipal legislar sobre a matéria com fulcro nos artigos 30, I, XXX, XXXI e XXXII, em consonância com os arts. 23, 293, VII, 342, 343, II e § 2º, 350, 422, 430, II, “c”, e 461, III, 44 caput e XIV; 67, III e 69 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Sobre a matéria, verificar o conteúdo do Estudo Técnico nº 1/2015/CAL/MD/CMRJ, disponível em <<http://www.camara.rj.gov.br/scriptcase/v7/file/doc/ETEC-0012015.pdf>>, bem como o conteúdo da apresentação feita durante o I Ciclo de Palestras – Noções do Processo Legislativo, realizado entre 7 e 10 de fevereiro de 2017, disponível em <http://www.camara.rj.gov.br/Cons_Proces_Legislativo/005/Arquivo_01.pdf>, ambos produzidos pela Consultoria de Assessoramento Legislativo desta Casa Legislativa.

Pelo todo exposto, opino Pela CONSTITUCIONALIDADE.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia, 31 de agosto de 2020, aprovou o voto do Relator, Vereador Thiago K. Ribeiro, Pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Lei nº 1861/2020, de autoria do Senhor Vereador Carlo Caiado.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2020.

Vereador THIAGO K. RIBEIRO
Presidente

Vereador DR. JAIRINHO
Vice-Presidente

Vereador JOÃO MENDES DE JESUS
Vogal



Da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1869/2020 que “CONSIDERA POLO GASTRONÔMICO E CULTURAL O TRECHO REFERENTE À PRAÇA TREZE DE JUNHO NO BAIRRO DE CORDOVIL E DISPÕE SOBRE SUA IMPLANTAÇÃO”.

AUTOR: VEREADOR FELIPE MICHEL
RELATOR: VEREADOR THIAGO K. RIBEIRO
(Pela CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei nº 1869/2020 que “CONSIDERA POLO GASTRONÔMICO E CULTURAL O TRECHO REFERENTE À PRAÇA TREZE DE JUNHO NO BAIRRO DE CORDOVIL E DISPÕE SOBRE SUA IMPLANTAÇÃO” de autoria do Senhor Vereador Felipe Michel.

II – VOTO DO RELATOR

A Proposição sob análise atende aos requisitos formais elencados no art. 222 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e na Lei Complementar nº 48/2000.

No que tange ao aspecto material, compete à Câmara Municipal legislar sobre a matéria com fulcro nos artigos 30, I, IV, “a”, “m” e “n” em



MONIQUE EVELIN INOCÊNCIO
Secretária "ad hoc"

de Fernanda Carvalho Braga de Souza, matrícula nº 60/816.753-8. (Ref. Proc. CM-2319/2020).

ATOS E DESPACHOS

Mesa Diretora

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14274 - EXONERAR a pedido GISELLY OLIVETTI MILESI, matrícula nº 60/813.794-5, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DAI-5, do Gabinete do Vereador PAULO MESSINA, com validade a partir de 1º de setembro de 2020.

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14275 - NOMEAR JOSÉ MARIANO DE CASTRO ARAUJO, para exercer o Cargo em Comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DAI-5, no Gabinete do Vereador PAULO MESSINA, com validade a partir de 1º de setembro de 2020, em vaga decorrente da exoneração de Giselly Olivetti Milesi, matrícula nº 60/813.794-5.

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14276 - EXONERAR ORLANDO JOSÉ COSTA DOS SANTOS, matrícula nº 60/816.237-2, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DAI-6, do Gabinete do Vereador LUIZ CARLOS RAMOS FILHO, com validade a partir de 1º de setembro de 2020.

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14277 - NOMEAR JULIETA MARIA RIBEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, no Gabinete da Vereadora FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE, com validade a partir de 1º de setembro de 2020, em vaga decorrente da exoneração

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14278 - EXONERAR DÉBORA DA SILVA SANTOS, matrícula 60/814.587-2, do Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-6, do Gabinete do Vereador JOÃO MENDES DE JESUS, com validade a partir de 1º de setembro de 2020. (Ref. Proc. CM-2294/2020).

RESOLUÇÃO "P" DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE:

Nº. 14279 - NOMEAR WILSON DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-6, no Gabinete do Vereador JOÃO MENDES DE JESUS, com validade a partir de 1º de setembro de 2020, em vaga decorrente da exoneração de Débora da Silva Santos, matrícula 60/814.587-2. (Ref. Proc. CM-2294/2020).

Diretor de Pessoal

DESPACHO DO DIRETOR DE PESSOAL
EXPEDIENTE DE 08/09/2020
PROCESSOS DEFERIDOS

FÉRIAS

2151/20, 2181/20, 2202/20, 2205/20,
2206/20, 2209/20, 2236/20, 2253/20

FÉRIAS EM DOBRO
PARA FINS DE APOSENTADORIA
1411/20

EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES

COMUNICADO DO SENHOR PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, em atendimento ao OFÍCIO INT. CC nº 011/2020, de autoria do Senhor Vereador Reimont, Presidente da Comissão de Cultura, comunica aos respectivos membros e demais Senhores Vereadores, o CANCELAMENTO da Audiência Pública, que aconteceria dia 9 de setembro de 2020, quarta-feira, às 14h, em Ambiente Virtual.

Gabinete da Presidência, 8 de setembro de 2020

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente





● ● ● ● ●

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regimentais, em atendimento ao contido no OFÍCIO CPI Res.1486/2019 N° 04/2020, convoca os Senhores Vereadores ALEXANDRE ISQUIERDO, INALDO SILVA, JOÃO MENDES DE JESUS, THIAGO K. RIBEIRO e LEONEL BRIZOLA, membros titulares, da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução n° 1486/2019 “COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR IRREGULARIDADES NO CONTRATO DE CONCESSÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E A CONCESSIONÁRIA ViaRio S.A - TRANSOLÍMPICA”, para participarem de visita técnica na VIARIO, Rua Euzébio de Almeida, 2500, Jardim Sulacap, que será realizada no dia 10 de setembro de 2020, quinta-feira, às 12h.

Gabinete da Presidência, 8 de setembro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regimentais, em atendimento ao contido no OFÍCIO CPI Res.1486/2019 N° 05/2020, convoca os Senhores Vereadores ALEXANDRE ISQUIERDO, INALDO SILVA, JOÃO MENDES DE JESUS, THIAGO K. RIBEIRO e LEONEL BRIZOLA, membros titulares, da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução n° 1486/2019 “COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR IRREGULARIDADES NO CONTRATO DE CONCESSÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E A CONCESSIONÁRIA ViaRio S.A - TRANSOLÍMPICA”, para reunião de encerramento da referida Comissão, que será realizada no dia 11 de setembro de 2020, sexta-feira, às 11h, em ambiente virtual.

Gabinete da Presidência, 8 de setembro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regimentais, em atendimento ao contido no OFÍCIO CPE N° 076/20, convoca os Senhores Vereadores PROF. CÉLIO LUPPARELLI, TARCÍSIO MOTTA e DR. JORGE MANAIA, membros da Comissão Permanente de Educação, e convida os demais Vereadores para participarem da Audiência Pública, tendo como pauta as condições ideais para o retorno das atividades presenciais nas unidades de educação infantil da rede privada de ensino da Cidade do Rio de Janeiro, com a presença de representante da Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro e de representante da Fiocruz, a realizar-se no dia 9 de setembro de 2020, às 10h, quarta-feira, em ambiente virtual, tornando sem efeito o edital de convocação publicado no DCM de 02/09/2020.

Gabinete da Presidência, 8 de setembro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE
Presidente



A MESA DIRETORA, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 30, INCISO VII DO REGIMENTO INTERNO FAZ PUBLICAR O MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA E RESTOS A PAGAR REFERENTES AO MÊS DE JUNHO/2020.

PROCESSO N° 1969/20 – CMRJ – 12/08/2020

VOCÊ SABIA QUE AGORA A CÂMARA RIO TAMBÉM TEM PODCAST?

O Minuto Câmara Rio traz informações sobre o dia a dia do legislativo carioca. Você pode ouvir online ou baixar para escutar quando e onde quiser.



Acesse: <https://soundcloud.com/camarario>





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA - GERAL

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - JUNHO/2020

Determinação Legal: Art. 30, Inc. VII do Regimento Interno

Em R\$

ORÇAMENTO 2020 - CMRJ	
RECEITAS	
Duodécimo - Junho/2020	62.328.713,75
Duodécimos recebidos até Junho/2020	373.972.282,50
DESPESAS	
Orçamento do Exercício	747.944.565,00
Despesa empenhada	619.713.089,06
Despesa paga	267.242.785,39
Orçamento a empenhar	128.231.475,94
RESTOS A PAGAR - CMRJ	
Restos a pagar - saldo inicial	13.634.884,77
Anulados	81.554,75
Pagos	
Inscrição	-
Restos a pagar - saldo em Junho/2020	13.553.330,02
DISPONIBILIDADES - CMRJ	
Saldos em bancos - Junho/2020	172.169.219,70
ORÇAMENTO 2020 - FECMRJ	
RECEITAS	
Receitas diversas - Junho /2020	439.287,64
Receitas diversas até Junho/2020	23.393.594,60
DESPESAS	
Orçamento do exercício	11.629.326,00
Despesa empenhada	62.815,67
Despesa paga	24.198,78
Orçamento a empenhar	11.566.510,33
RESTOS A PAGAR - FECMRJ	
Restos a pagar - saldo inicial	8.011.238,75
Cancelados	
Inscrição	
Pagos	
Restos a pagar - saldo em Junho/2020	8.011.238,75
DISPONIBILIDADE - FECMRJ	
Saldo em Bancos - Junho/2020	33.146.734,07

Fonte: Contadoria - Geral/Diretoria de Finanças

Victor de Carvalho P. Proença
Chefe do Serviço de Controle Contábil
CRC -RJ nº 117.108
Mat: 12/814.857-9





Agora, a
capa do
DCM virou
o Informe
Legislativo.

NOVO BOLETIM INFORMATIVO



Mais dinâmico
e interativo pra
você acessar onde
estiver, no seu
tablet, desktop ou
smartphone.

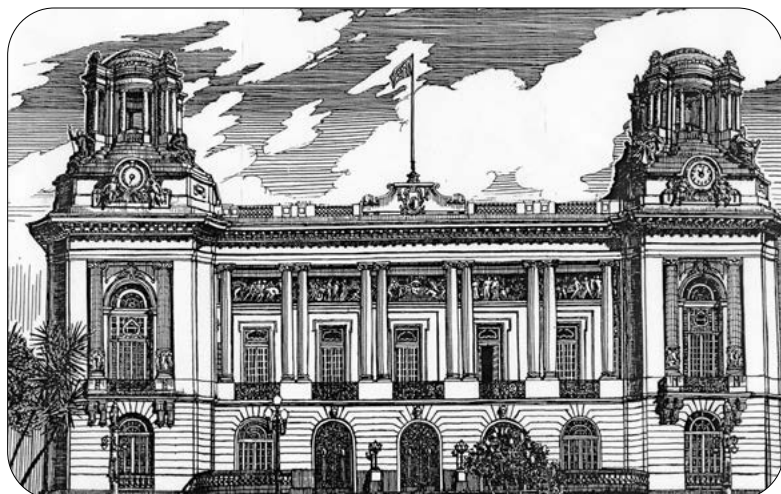
Notícias mais
completas, com
links interativos na
palma da sua mão.

CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO



RESOLUÇÃO Nº 1480 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, apurar e levantar os prejuízos monetários e sociais causados pela paralisação das obras no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Fernando William **INÍCIO:** 11/06/2019
Relator(a): Rosa Fernandes
Membros: Marcelino D' Almeida, ENCERRADA EM: 09/03/2020
Dr. Marcos Paulo **(*) ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL ATÉ:** 09/09/2020
Suplentes: **STATUS:** AGUARDANDO RELATÓRIO FINAL

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1483 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar as condições de trabalho de professores(as), merendeiras e demais funcionários(as) e trabalhadores(as) dentro das escolas municipais.

Presidente: Babá **INÍCIO:** 19/06/2019
Relator: Babá
Membros: Prof. Célio Lupparelli, **(*) ENCERRADA EM:** 04/08/2020
Átila A. Nunes, Marcelino **ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL ATÉ:** 18/09/2020
D'Almeida, João Mendes de Jesus **STATUS:** AGUARDANDO RELATÓRIO FINAL
Suplentes:

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1486 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades no contrato de concessão do Município do Rio de Janeiro e a concessionária VIARIO S.A. - TRANSOLÍMPICA.

Presidente: Alexandre Isquierdo
Relator: Thiago K. Ribeiro **INÍCIO:** 28/08/2019
Membros: Inaldo Silva, João Mendes de Jesus, Leonel Brizola **(*) PRAZO FINAL (COM PRORROGAÇÃO):** 12/09/2020
Suplentes: **STATUS:** EM ANDAMENTO

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1491 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar o recolhimento de tributos municipais por empresas fornecedoras de serviço de transporte remunerado privado de passageiro por intermédio de aplicativo.

Presidente: Leonel Brizola **INÍCIO:** 20/02/2020
Relator: Dr. Marcos Paulo
Membros: Átila A. Nunes, **(*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO):** 08/11/2020
Luiz Carlos Ramos Filho, **STATUS:** EM ANDAMENTO
Vera Lins

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1492 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades na execução do contrato de concessão para gestão e exploração integradas do Jardim Zoológico Municipal.

Presidente: Dr. Gilberto **INÍCIO:** 11/03/2020
Relator: Rafael Aloisio Freitas
Membros: Dr. Marcos Paulo, Luiz Carlos Ramos Filho, Renato Cinco **(*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO):** 25/11/2020
Suplentes: Major Elitusaalem **STATUS:** EM ANDAMENTO

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1493 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades no contrato de concessão entre o Município do Rio de Janeiro e a Orla Rio Associados Ltda

Presidente: Marcello Siciliano
Relator: Thiago K. Ribeiro **INÍCIO:** 10/03/2020
Membros: Fernando William, João Mendes de Jesus, Dr. Jorge Manaia **(*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO):** 24/11/2020
Suplentes: Tarcísio Motta **STATUS:** EM ANDAMENTO

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

RESOLUÇÃO Nº 1494 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar sonegação fiscal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS do setor financeiro da Cidade do Rio de Janeiro.

Presidente: Fernando William
Relator: Dr. Jorge Manaia **INÍCIO:** 10/03/2020
Membros: Inaldo Silva, Átila A. Nunes, João Mendes de Jesus **(*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO):** 24/11/2020
Suplentes: Babá **STATUS:** EM ANDAMENTO

(*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

COMISSÕES ESPECIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1496 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar os temas internacionais que se relacionam com o Município do Rio de Janeiro, manter os Vereadores informados sobre temas internacionais e estabelecer relações da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com outros parlamentos locais.

Presidente: Cesar Maia
Relator: Dr. João Ricardo
Membro: Leonel Brizola

INÍCIO: 04/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1497 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de monitorar e acompanhar o processo da PPP (Parceria Público-Privada) da RIOLUZ.

Presidente: Rafael Aloisio Freitas
Relator: Willian Coelho
Membros: Luiz Carlos Ramos Filho;
Vera Lins, Babá

INÍCIO: 04/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1498 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de analisar a relação e as responsabilidades do Poder Público com o Carnaval.

Presidente: Tarcísio Motta
Relator: Dr. Marcos Paulo
Membro: Marcello Siciliano

INÍCIO: 21/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1505 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a questão da habitação e direito à moradia adequada na Cidade do Rio de Janeiro.

Presidente: Reimont
Relator: Leonel Brizola
Membro: Jones Moura

INÍCIO: 24/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1506 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a conjuntura da população em situação de rua.

Presidente: Reimont
Relator: Dr. Marcos Paulo
Membro: Inaldo Silva

INÍCIO: 24/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1509 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de analisar o papel e as responsabilidades do Poder Público na prevenção e mitigação de desastres relacionados a enchentes.

Presidente: Tarcísio Motta
Relator: Leonel Brizola
Membro: Marcelino D'Almeida

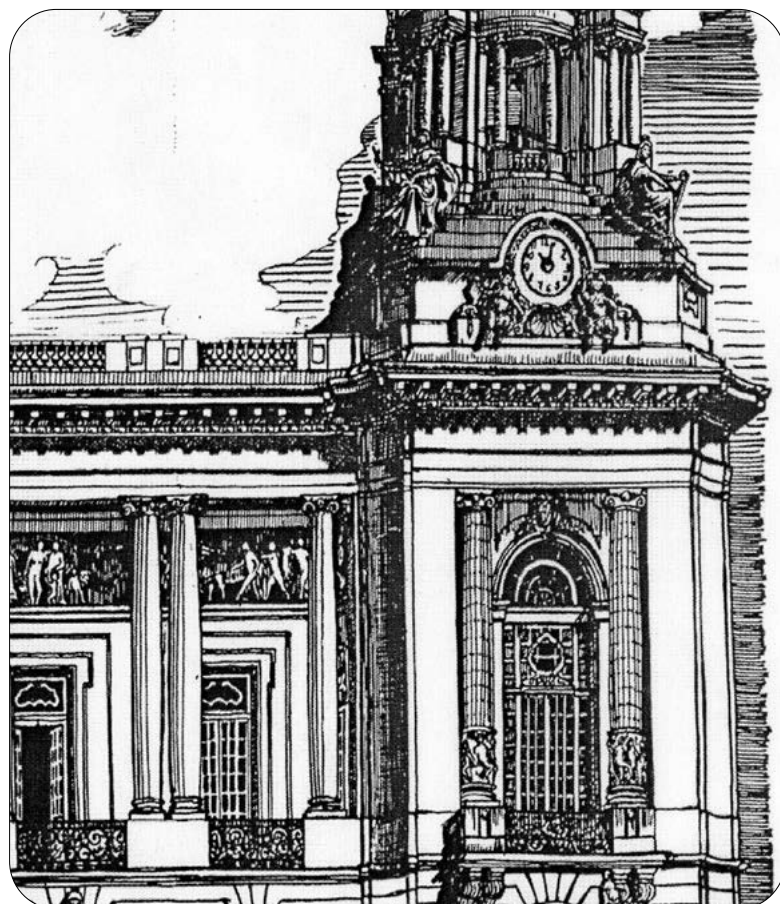
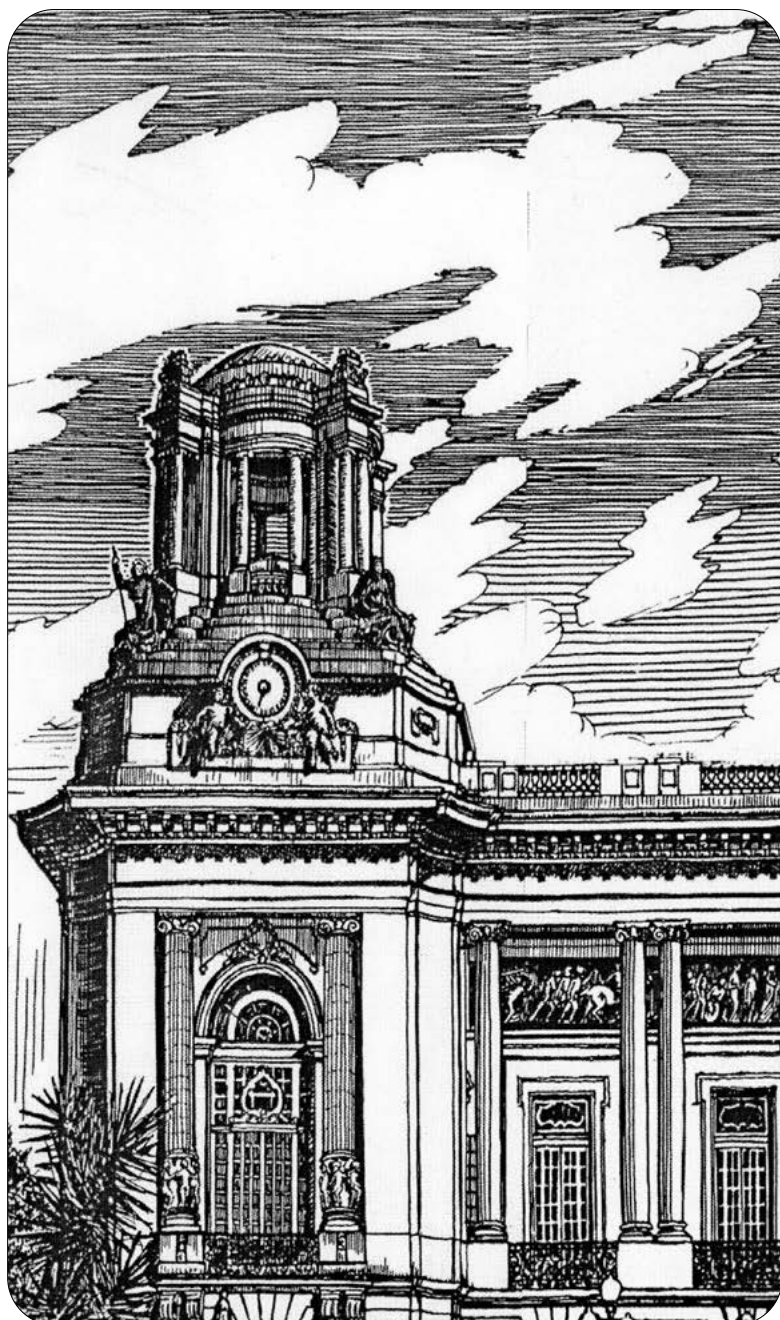
INÍCIO: 25/08/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa

RESOLUÇÃO Nº 1510 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de promover estudos, debates, seminários, diligências e todos os meios necessários à formulação de políticas para a saúde animal, na forma que menciona

Presidente: Dr. Marcos Paulo
Relator: Paulo Pinheiro
Membro: Tarcísio Motta

INÍCIO: 08/09/2020
PRAZO: Término da Sessão Legislativa



COMISSÕES PERMANENTES

JUSTIÇA E REDAÇÃO

THIAGO K. RIBEIRO PRESIDENTE	DR. JAIRINHO VICE-PRESIDENTE	JOÃO MENDES DE JESUS VOGAL
---------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA

RAFAEL ALOISIO FREITAS PRESIDENTE	LEANDRO LYRA VICE-PRESIDENTE	JAIR DA MENDES GOMES VOGAL
--------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

JUNIOR DA LUCINHA PRESIDENTE	INALDO SILVA VICE-PRESIDENTE	FERNANDO WILLIAM VOGAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------

ASSISTÊNCIA SOCIAL

DR. GILBERTO PRESIDENTE	WELINGTON DIAS VICE-PRESIDENTE	FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE VOGAL
----------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

ASSUNTOS URBANOS

WILLIAN COELHO PRESIDENTE	MARCELLO SICILIANO VICE-PRESIDENTE	ÁTILA A. NUNES VOGAL
------------------------------	---------------------------------------	-------------------------

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

MAJOR ELITUSALEM PRESIDENTE	MARCELINO D'ALMEIDA VICE-PRESIDENTE	LEANDRO LYRA VOGAL
--------------------------------	--	-----------------------

CULTURA

REIMONT PRESIDENTE	TARCÍSIO MOTTA VICE-PRESIDENTE	ROSA FERNANDES VOGAL
-----------------------	-----------------------------------	-------------------------

DEFESA CIVIL

ZICO BACANA PRESIDENTE	JONES MOURA VICE-PRESIDENTE	JUNIOR DA LUCINHA VOGAL
---------------------------	--------------------------------	----------------------------

DEFESA DA MULHER

FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE PRESIDENTE	VERONICA COSTA VICE-PRESIDENTE	LUCIANA NOVAES VOGAL
---------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TERESA BERGHER PRESIDENTE	CARLOS BOLSONARO VICE-PRESIDENTE	ALEXANDRE ISQUIERDO VOGAL
------------------------------	-------------------------------------	------------------------------

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEONEL BRIZOLA PRESIDENTE	RENATO MOURA VICE-PRESIDENTE	JAIR DA MENDES GOMES VOGAL
------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LUCIANA NOVAES PRESIDENTE	DR. CARLOS EDUARDO VICE-PRESIDENTE	PROFESSOR ADALMIR VOGAL
------------------------------	---------------------------------------	----------------------------

DIREITOS DOS ANIMAIS

LUIZ CARLOS RAMOS FILHO PRESIDENTE	VERA LINS VICE-PRESIDENTE	DR. MARCOS PAULO VOGAL
---------------------------------------	------------------------------	---------------------------

FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

ROSA FERNANDES PRESIDENTE	RAFAEL ALOISIO FREITAS VICE-PRESIDENTE	PROF. CÉLIO LUPPARELLI VOGAL
------------------------------	---	---------------------------------

EDUCAÇÃO

PROF. CÉLIO LUPPARELLI PRESIDENTE	TARCÍSIO MOTTA VICE-PRESIDENTE	DR. JORGE MANAIA VOGAL
--------------------------------------	-----------------------------------	---------------------------

ESPORTES E LAZER

FELIPE MICHEL PRESIDENTE	ITALO CIBA VICE-PRESIDENTE	PROFESSOR ADALMIR VOGAL
-----------------------------	-------------------------------	----------------------------

HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

DR. JORGE MANAIA PRESIDENTE	DR. JOÃO RICARDO VICE-PRESIDENTE	PAULO PINHEIRO VOGAL
--------------------------------	-------------------------------------	-------------------------

IDOSO

MARCELINO D'ALMEIDA PRESIDENTE	TERESA BERGHER VICE-PRESIDENTE	PAULO PINHEIRO VOGAL
-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------

MEIO AMBIENTE

ELISEU KESSLER	RENATO CINCO	WILLIAN COELHO
----------------	--------------	----------------

MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VERA LINS PRESIDENTE	INALDO SILVA VICE-PRESIDENTE	ÁTILA A. NUNES VOGAL
-------------------------	---------------------------------	-------------------------

OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA

BABÁ	DR. GILBERTO	WELINGTON DIAS
------	--------------	----------------

PREVENÇÃO ÀS DROGAS

VERONICA COSTA PRESIDENTE	LEONEL BRIZOLA VICE-PRESIDENTE	RENATO MOURA VOGAL
------------------------------	-----------------------------------	-----------------------

SEGURANÇA PÚBLICA

JONES MOURA PRESIDENTE	ITALO CIBA VICE-PRESIDENTE	ZICO BACANA VOGAL
---------------------------	-------------------------------	----------------------

TRABALHO E EMPREGO

FERNANDO WILLIAM PRESIDENTE	PAULO MESSINA VICE-PRESIDENTE	DR. CARLOS EDUARDO VOGAL
--------------------------------	----------------------------------	-----------------------------

TRANSPORTES E TRÂNSITO

ALEXANDRE ISQUIERDO PRESIDENTE	MAJOR ELITUSALEM VICE-PRESIDENTE	LUIZ CARLOS RAMOS FILHO VOGAL
-----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------

TURISMO

MARCELLO SICILIANO PRESIDENTE	MARCELO ARAR VICE-PRESIDENTE	DR. JOÃO RICARDO VOGAL
----------------------------------	---------------------------------	---------------------------

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

FERNANDO WILLIAM PRESIDENTE	THIAGO K. RIBEIRO VICE-PRESIDENTE	MARCELLO SICILIANO SECRETÁRIO	INALDO SILVA MEMBRO	ALEXANDRE ISQUIERDO MEMBRO
DR. JAIRINHO MEMBRO	ITALO CIBA MEMBRO	1º SUPLENTE	DR. JOÃO RICARDO 2º SUPLENTE	FELIPE MICHEL 3º SUPLENTE

Diário Oficial
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Quarta-feira, 9 de setembro de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Praça Floriano s/n - Tel: (21) 3814-2121
www.camara.rj.gov.br / ascom@camara.rj.gov.br

